

Índice

	Pág
Introdução.....	1
Pelouro de Administração e Finanças	4
Pelouro do Desenvolvimento, Inovação, Modernização, Controlo de Gestão e Turismo.....	13
Pelouro da Acção Social e Habitação.....	29
Pelouro do Planeamento e Urbanismo	70
Pelouro das Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente	85
Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.....	103
Orçamento	149

ANEXO

Santa Maria da Feira e o novo QREN

Grandes Opções do Plano

Introdução

Em 2006 iniciou-se um novo ciclo de desenvolvimento, tendo-se definido como áreas de actuação prioritárias o Saneamento Básico e o Desenvolvimento Económico como potenciador do emprego e qualidade de vida.

Entretanto e na sequência dos trabalhos relacionados com a definição do novo quadro comunitário de apoio – O Q.R.E.N. – foi elaborado no início de 2006 um documento estratégico que se junta, intitulado “Santa Maria da Feira e o novo Q.R.E.N.” que baliza a actuação do executivo municipal para os próximos anos.

Sem prejuízo da resolução de problemas que vão surgindo e de necessárias correcções que seja necessário introduzir será este o caminho a trilhar nos próximos anos.

O Plano e Orçamento para 2007 traduzem essas orientações, sendo de destacar, nessa linha, o forte investimento no saneamento básico, na renovação do parque escolar, e no arranque dos novos Parques Empresariais bem como a dinamização dos existentes.

O desenvolvimento do projecto de expansão do Europarque e a transferência da EXPONOR para Santa Maria da Feira têm vindo a merecer a melhor atenção do Município de Santa Maria da Feira, pela importância que assumirá na competitividade do nosso território.

Uma referência à efectiva dinamização das Zonas Industriais já existentes e ao desbloquear de terrenos, que vão permitir uma nova fase de investimento industrial, que certamente dinamizará novamente o mercado local de emprego.

Para atingir os objectivos correspondentes ao planeamento estratégico delineado, a Câmara Municipal assenta a sua organização nos seguintes pelouros:

- Desenvolvimento, Inovação, Modernização, Controlo de Gestão e Turismo;
- Planeamento e Urbanismo;
- Administração e Finanças;
- Educação, Cultura, Desporto e Juventude;
- Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente;
- Acção Social e Habitação.

Apesar do momento particularmente difícil da economia portuguesa, com reflexos directos na situação financeira dos Municípios, cujas receitas são fortemente afectadas pelo clima de crescimento ou estagnação da economia, o orçamento para 2007 apresenta uma significativa subida em relação a 2006 por força do investimento na área do ambiente, suportados nos apoios comunitários obtidos através do Fundo de Coesão e da medida 1.9 do O. N..

A contenção dos custos, a racionalização de despesas através de um controlo activo de compras, as pesquisas de mercado em ordem a obter os melhores preços, a potenciação da concorrência entre fornecedores, são aspectos que estão a merecer toda a atenção, tendo como objectivo a libertação de fundos para os investimentos que o município se propõe fazer.

O modelo de funcionamento da Câmara Municipal tem-se revelado adequado e responde satisfatoriamente às questões que se colocam, sendo de destacar pelo seu carácter inovador e pioneiro, o projecto “NORTEAR” implementado no Planeamento e Urbanismo, o qual se tem revelado uma importante ferramenta e gestão que vários municípios têm procurado conhecer para implementação nos seus serviços.

Uma referência especial merece também o processo de revisão do P.D.M. em curso, cujos trabalhos serão concluídos em 2007, sendo então remetidos para aprovação às diversas entidades competentes.

Quanto ao funcionamento da Câmara é de destacar a alteração do horário de trabalho e de abertura ao público iniciado em Dezembro de 2006 e que será plenamente concretizado em 2007, traduzindo-se no aumento em 1 hora do tempo útil de atendimento, já que a Câmara passará a funcionar ininterruptamente entre as 09:00 e as 17:00 horas.

A implementação do S.I.A.D.A.P. – Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública, será outra ferramenta tendente à motivação dos funcionários que potenciará um melhor desempenho associado às expectativas de progressão na carreira.

Não perdendo de vista as áreas assumidas como prioritárias, manter-se-ão as propostas na Acção Social, componente fundamental da actividade municipal, que será ainda mais desenvolvida nos próximos anos, com a transferência de competências da Administração Central para a Administração Local.

Finalmente uma especial referência à actividade cultural do Município, que constitui já hoje um marco distintivo de Santa Maria da Feira e que se tem revelado um dos principais factores de liderança do nosso território no todo nacional. Será uma aposta permanente e continuada, capaz de gerar receitas e auto-financiamento em ordem à sua sustentabilidade.

Pelouro da Administração e Finanças

Introdução

Considerando o contexto macroeconómico de contenção e rigor financeiro, perspectivamos para 2007 uma política de racionalização garantindo a melhor afectação dos recursos (humanos, físicos e financeiros) de forma a obtermos um elevado nível de desempenho ao mais baixo custo possível procurando cumprir a nossa missão de “garantir o melhor serviço ao munícipe”.

Numa perspectiva de melhoria contínua do serviço prestado aos munícipes, é forçoso introduzir na organização mecanismos de acomodação activa e pro-activa da estrutura organizacional e de práticas de gestão adaptadas à mudança acelerada do contexto económico e social.

A capacidade de evoluir continuamente com eficácia (atingir o objectivo) e eficiência (atingir o objectivo, através de uma afectação racional dos recursos disponíveis) envolve não só a introdução de novas ideias, como novos métodos e acima de tudo uma mudança de cultura e comportamento, favorecendo e incentivando o espírito de iniciativa e a assunção individual de riscos e responsabilidades.

É esta alteração, nas pessoas e não das pessoas, a única que permitirá diversificar a actuação de toda a máquina administrativa, alcançando-se uma cultura de gestão baseada nas acções mais eficazes e adequadas às reais necessidades e legítimas expectativas dos munícipes, o principal objectivo a alcançar com esta política.

Gestão Financeira

A racionalização da Gestão Financeira na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, numa óptica de contenção da despesa e de uma afectação mais criteriosa dos recursos, passará pela implementação de uma central de compras interna, com os consequentes ganhos em termos organizacionais e de capacidade negocial, facilitando a responsabilização e um melhor controlo de todos os processos de aquisições.

A relação município / fornecedor deverá, em última análise, proporcionar a obtenção de melhores resultados, através do estabelecimento de parcerias que contribuam para uma diminuição da despesa municipal e maximização de benefícios.

É nosso objectivo para 2007 criar condições que permitam um planeamento da despesa e dos compromissos financeiros, de forma a melhorar a imagem institucional e a otimizar a gestão dos recursos financeiros.

Recursos Humanos

A Gestão dos Recursos Humanos orienta-se por princípios e valores de satisfação dos munícipes em conformidade com a Missão da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Neste sentido, terá início em 2007 a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de forma a obtermos a **Certificação de Qualidade** de alguns dos nossos serviços pela **Norma ISO 9001:2000**. Esta política começará pelo Urbanismo, (aproveitando a implementação do projecto Nortear que se encontra em fase final) e será posteriormente alargada a outros serviços. Estamos certos de que este Processo trará grandes melhorias organizacionais, com o envolvimento e participação dos Recursos Humanos contribuindo também para a melhoria das condições motivacionais de todos.

Pretende-se também criar as condições para definição de um Manual de Procedimentos dos serviços incentivando a apresentação de propostas de melhoria de funcionamento que incidam sobre os métodos de trabalho ou recursos (humanos, técnicos e materiais).

A implementação do SIADAP (Sistema integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública) constituirá um excelente instrumento para proporcionar uma mudança de mentalidades e atitudes por parte de todos os funcionários (avaliadores e avaliados). Este novo método de avaliação permite sensibilizar para a mudança, associada a uma nova forma de gerir a organização, tendo por base a gestão por objectivos e visa o desenvolvimento integrado e coerente de um modelo global de avaliação. A definição de objectivos concretos para todos os funcionários apresenta-se como a grande novidade, e poderá criar condições motivacionais acrescidas, diminuindo a subjectividade da avaliação e proporcionado uma maior interactividade entre avaliados e avaliadores.

Neste sentido, e porque o SIADAP, além de se constituir como uma imposição legal que pressupõe a adopção de um novo sistema de avaliação, implica sobretudo uma mudança de mentalidades e atitudes por parte de todos os intervenientes neste processo, razão pela qual nos propomos acompanhar o desenvolvimento das várias fases inerentes ao mesmo, de forma a minimizar as resistências que habitualmente qualquer mudança organizacional provoca.

Assim, ao longo do ano de 2007 iremos promover avaliações intercalares, com uma periodicidade de três meses, com carácter meramente indicativo, onde o objectivo será aferir informação que nos permita monitorizar o sistema, e dar conta a toda a Câmara do desenrolar dos objectivos do Executivo e das unidades orgânicas, culminando como uma primeira avaliação formal em Janeiro de 2008, que incidirá sobre o ano de 2007.

Se é importante medir o desempenho individual, não menos relevante será medir o desempenho organizacional. A CAF – Estrutura Comum de Avaliação, constitui-se como um modelo de auto-avaliação, o qual resultou da cooperação dos países da União Europeia e visa o diagnóstico do funcionamento da organização.

Assim a CAF funciona como uma ferramenta de gestão especificamente construída para suportar a introdução da Qualidade no sector público na busca da melhoria contínua, o que constitui um requisito essencial da Qualidade nos Serviços Públicos.

Por conseguinte a aplicação desta ferramenta nos nossos serviços, dotará os mesmos de uma dinâmica de gestão pela qualidade, preparando-os para uma eventual Certificação da Qualidade, cuja importância foi referida anteriormente.

De facto, todos os aspectos mencionados são ilustrativos do grande desafio que hoje se impõe na administração pública em matéria de Gestão de Recursos Humanos, ao qual não podemos nem queremos ser alheios, optando assim por uma atitude proactiva. Neste sentido, pretendemos ir estudando as novas ferramentas colocadas à nossa disposição, como é o caso do Contrato Individual de Trabalho e da nova lei da mobilidade.

Formação

Para dispormos de funcionários competentes e motivados, propomo-nos dar continuidade ao Projecto “Formação de Activos” (Plano interno de formação- 2007) com o qual se pretende:

- a) Promover a aquisição de novos conhecimentos com vista ao aperfeiçoamento das competências individuais;
- b) Permitir a melhoria do desempenho nas funções de cada um;
- c) Sensibilizar para a mudança associada a uma nova forma de gerir a organização, tendo por base a gestão por objectivos inerente à implementação do SIADAP;

- d) Aperfeiçoar e consolidar os conhecimentos já adquiridos e as competências já desenvolvidas em acções de formação entretanto desenvolvidas quer internamente quer externamente;

Este projecto poderá ser alvo de uma candidatura junto da CCDRN, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores e por isso aguardamos directrizes desta entidade relativamente ao próximo Quadro Comunitário (2007-2013).

Este tipo de candidaturas só é possível pelo facto de sermos Entidade Formadora acreditada pelo CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica, estatuto renovado após auditoria realizada em Fevereiro de 2005 por mais 3 anos (até 2008).

Informática e Organização

A Sociedade da Informação apresenta inúmeras e fascinantes oportunidades que a administração pública deve aproveitar. Só assim será possível levar a cabo uma bem planeada e ordenada transição para o que se pode chamar a “Democracia Informada” no contexto da Sociedade da Informação.

Numa “Democracia Informada”, as novas aplicações da telemática virão facilitar as tomadas de decisão e contribuir para o estabelecimento de ligações mais eficazes e coerentes entre as instituições e os cidadãos comuns (no nosso caso com os municípios).

Todavia, a facilidade e a qualidade das suas ligações com o cidadão devem constituir objectivo primordial. As pessoas devem poder aceder às comunicações electrónicas com as Administrações não só a partir dos edifícios públicos, como também das suas próprias casas. Ao mesmo tempo, a comunicação física deverá ser acompanhada do direito de toda a gente ter acesso à informação pública.

Esta conversão para uma “Democracia Informada”, não ficará barata, ainda que se venha a verificar uma grande melhoria da relação custo/benefício dos serviços públicos.

No entanto, os custos substanciais do equipamento, da formação e da adaptação das bases de dados e sistemas de informação públicos devem ser considerados como investimentos susceptíveis de produzir rendimentos reais a médio prazo.

Após reflexão sobre a melhor estratégia para impulsionar uma administração orientada para a informação e torná-la mais próxima do cidadão (município) a Câmara Municipal, através do Gabinete de Informática e Organização identificou e incluí no seu plano de actividades os projectos a serem executados durante o ano de 2007 e seguintes.

Objectivos dos Projectos

Estes projectos visam atingir objectivos que por sua vez fazem do GIO um instrumento impulsionador no reforçar e maximizar das potencialidades permitidas pelas TIC's, que cada vez mais se identificam como factor presente de todas as dinâmicas necessárias para a concretização dos mesmos e que reflectem a seguinte missão: Contribuir para a eficácia do aparelho administrativo do Município, através da promoção, coordenação, desenvolvimento, implementação e exploração de sistemas e tecnologias de informação, no quadro de uma perspectiva global de economia de recursos e de protecção ao investimento; Promover e coordenar os sistemas e tecnologias de informação e das comunicações no município, no que respeita aos sistemas de gestão dos recursos (financeiros, humanos e patrimoniais); Garantir a arquitectura de sistemas de informação relativa ao SI de recursos do município assegurando a sua integração e interoperabilidade; Conceber, desenvolver, implementar e explorar sistemas de informação de utilização comum ou transorganizacionais no município; Gerir e administrar a rede de comunicações do município na área dos SI/TI em que se verifique existir ganhos na sua gestão centralizada; Colaborar em matéria de formação e gestão de competências para o município no domínio dos sistemas e tecnologias de informação.

Projectos

Aquisição de equipamento informático.

Desenvolvimento sistema informático de gestão de reclamações: Estudo, levantamento de necessidades e consultadoria ao nível das soluções existentes no mercado.

Sistema de controlo de acessos e assiduidade: instalação de equipamentos físicos de controlo biometrico e implementação do software de gestão da solução.

Serviço administrativo de atendimento à distância: atendimento não presencial.

Desenvolvimento / expansão dos sistemas de informação municipais: apoio às Juntas de Freguesia, com o levantamento das necessidades para a criação de estrutura de apoio e implementação de infra-estruturas, equipamento e soluções informáticas.

Apoio às escolas EB1 (81) e jardins de infância (92): Estudo e levantamento das necessidades para a criação de uma estrutura de apoio (helpdesk) e implementação de infra-estruturas, equipamento e solução informática.

Apoio e formação nas Aplicações de Gestão Autárquica SIGMA:

Gestão de Contabilidade POCAL

Gestão de Obras Particulares

Gestão de Obras Municipais

Gestão de Pessoal

Gestão de Armazéns

Gestão de Património

Gestão de Ciclomotores

Gestão de Feiras e Mercados

Gestão de Rendas

Gestão de Transportes Escolares

Gestão de Correspondência

Gestão de Uso e Porte de Arma

Gestão de Máquinas

Gestão de Publicidade

Gestão de Processo Concurso e Empreitadas

Gestão de Alvarás e Lic. Polic.

Gestão de Fiscalizações e Contra Ordenações

Arquivo Documental

Base Dados Relacionais - SIGMA: manutenção, desenvolvimento e actualização das aplicações SIGMA.

Gestão de Base Dados (Oracle): instalação e implementação do motor de base de dados Oracle em ambiente unix (sistema operativo: solaris).

Sistema electrónico em banda larga: serviços de estudo prévio e consultadoria de soluções existentes no mercado.

Sítios Autárquicos, serviços on-line, intranet autárquicas em banda larga, compras electrónicas, acessibilidades, infra-estruturas - Plataforma Tecnológica Municipal, redes camarária em banda larga:

- Estudo, concepção, reengenharia de processos
- Estudos e projectos
- Consultadoria e assistência técnica
- Desenvolvimento aplicacional (front-office)
- Produção de conteúdos
- Telefonia IP
- Activis LAN/WAN
- Redes Wirless
- Fibra Óptica
- Cabelagem estruturada
- Hardware / Software

Implementação da solução de workflow e gestão documental:

Integrada com o sistema de informação municipal que consistirá em gerir globalmente o ciclo de vida dos documentos produzidos e manipulados existente pelo município; permitirá guardar, localizar e imediatamente disponibilizar um documento, quando necessário e em qualquer parte, de acordo com regras de acesso; permitirá reduzir custos, através da desmaterialização de suportes físicos tradicionais; ao nível do workflow esta estratégia permitirá controlar todos os fluxos associados à circulação dos documentos dentro da organização.

Reformulação tecnológica prende-se com uma solução que tem como metas a alcançar a melhoria da segurança, uma eficaz manutenção do sistema de uma forma imediata, constante e imperceptível ao utilizador e ao regular funcionamento da rede informática e dos serviços, elevada disponibilidade, implementação mais rápida de novos recursos e de novas ferramentas, suporte a clustering, aumento na produtividade dos utilizadores, maior produtividade da equipa de TI, simplicidade e facilidade nas migrações e implementações, redução de custos, maior disponibilidade e tolerância a falhas, maior capacidade de gestão e aumento da disponibilidade dos servidores, acesso à rede em qualquer momento e em qualquer lugar, capitalização da tecnologia e da infra-estrutura existente, desenvolvimento de aplicações de colaboração (nomeadamente helpdesk, intranet, gestão documental, gestão de reclamações e informações úteis, optimização dos acessos ao Diário da Republica, interligação entre o portal regional EDVdigital e o portal do Município).

Os bens e serviços a incluir neste projecto prendem-se essencialmente com uma reestruturação profunda que possibilitará e dará suporte a todos os serviços implantados e a implantar de uma forma mais disponível e eficaz: servidores de alta disponibilidade, equipamentos de rede, unidade de armazenamento de dados, equipamento de backup, rack.

Pelouro do Desenvolvimento, Inovação, Modernização, Controlo de Gestão e Turismo

Gabinete de Apoio ao Empresário

Atento à realidade económico-empresarial, a Câmara Municipal através do Gabinete de Apoio ao Empresário - Gae desenvolve um conjunto de iniciativas com vista a promover, desenvolver e potenciar a envolvente empresarial no concelho, assumindo o papel de agente de desenvolvimento local por excelência.

É nossa aposta e incumbência melhorar a qualidade na relação atendimento ao empresário/munícipe.

O inter-agir com públicos diferenciados, trocando experiências em tempo útil, e acompanhar as novas tendências da economia local e nacional, permitem actualizar e preparar os recursos humanos do Gae para corresponder às solicitações e gerar pró-actividade.

São ferramentas indutoras de melhoramento da economia local, o material informativo elaborado pelo GAE de cariz económico/empresarial, disseminado para os agentes económicos público-privados.

O apoio e encaminhamento dos pequenos negócios, realça a vertente de empreendedorismo local, despoletando desta forma a iniciativa privada empresarial.

Em paralelo, dá-se continuidade a iniciativas de apoio aos diferentes agentes económicos, através de iniciativas materiais e imateriais, nomeadamente, seminários, sessões de esclarecimento, concursos, missões empresariais e outros.

Fomentar o crescimento e a diversificação de novas actividades económicas, através da instalação e acompanhamento de novos investimentos.

As áreas no domínio da inovação e tecnologia, o acompanhamento do QREN e a sua implementação no meio empresarial local, são objectivos do Gae, procurando proporcionar competitividade e qualidade nas empresas.

Em suma, o agir na proximidade, a articulação e cooperação em parceria com outros agentes económicos e o enraizamento de uma cultura empreendedora, permite induzir a melhoramentos da actividade empresarial e potenciar o futuro inovador do Concelho.

Assim, prevê-se o desenvolvimento das seguintes actividades:

Disseminação de Conteúdos do Foro Económico

- Distribuir pelos diferentes agentes económicos do Concelho, o “Inforgae”, boletim informativo com regularidade trimestral, com informações e acções do foro económico;
- Procurar um contacto permanente com as empresas, por via das tecnologias, com o objectivo de diagnosticar/auscultar atempadamente dificuldades, com vista a minimizar situações críticas;
- Disseminar por via das tecnologias conteúdos de relevante interesse económico;
- Elaborar brochuras elucidativas de conteúdos específicos.

Atitude pró-activa e apoio empresarial

- Organizar um Ciclo de Seminários a realizar no decorrer do ano, cuja previsão assenta entre três a cinco, com temas da actualidade;
- Organizar sessões de esclarecimento direccionadas para determinados sectores de actividade ou temáticas específicas, previstas entre duas a quatro;
- Elaborar um Plano de Sensibilização sobre o licenciamento das actividades económicas, procurando junto dos diversos agentes económicos sensibiliza-los para a necessidade de regularização;
- Organização, planeamento e execução do evento “Feiranegócios III”- encontro económico/institucional, procurando promover o existente e estimular o empreendedorismo, numa óptica de marca regional.

Planificação estratégica e estudos diversos

- Elaborar um plano estratégico de desenvolvimento económico, que sirva ao GAE como instrumento de planeamento e actuação;
- Estudos estatísticos/empresariais reflectindo a realidade local.

Representação externa

- Acompanhamento e promoção de missões empresariais interagindo com o meio empresarial.

Zonas Industriais

- Acompanhar e actualizar os processos relacionados com zonas industriais;
- Acolher e desenvolver novos espaços empresariais.

Gabinete de Desenvolvimento

Mobilidade e Transportes

No sistema de transportes colectivos, pretende-se continuar a desenvolver e manter actualizado o conjunto de informação sobre todos os transportes colectivos que servem o nosso concelho. Através de uma simples busca entre origem e destino, no site oficial do município, será possível obter os serviços de transporte existentes, as suas carreiras e horários correspondentes.

Neste âmbito e no início do ano será realizada pela Autarquia uma Conferência intitulada “*Que Sistema de Transportes para a Mobilidade em Santa Maria da Feira - enquanto Território Competitivo*”, tendo como objectivos principais fomentar um debate sobre a mobilidade e o sistema de transportes que serve o nosso território.

Esta preocupação enquadra-se nas actuais tendências de mobilidade, suportada em larga medida pelo automóvel particular, e na desajustada resposta do transporte colectivo relativamente às necessidades das populações. Neste momento, desenha-se um novo modelo de gestão e funcionamento das Autoridades Metropolitanas de Transporte de Lisboa e Porto, o que por si só fundamenta uma oportunidade de reflexão e esclarecimento sobre esta nova forma de gestão da mobilidade nas áreas metropolitanas.

Com a remodelação do transporte colectivo urbano de competência municipal – Transfeira – de acordo com as solicitações da população e a respectiva monitorização do projecto, coloca-se, neste momento, a necessidade de melhorar o serviço, adaptando-o à evolução urbana e às diferentes necessidades de mobilidade. As alterações propostas poderão incidir, principalmente, sobre o aumento da capacidade do serviço, na densificação da frequência do serviço em horas de maior procura e na introdução de um sistema de tarifário que potencie o aumento da utilização, atenuando o desequilíbrio modal existente.

Assim, é proposto para o ano de 2007 os seguintes projectos:

- Conferência “*Que Sistema de Transportes para a Mobilidade em Santa Maria da Feira – enquanto Território Competitivo*”;
- Projecto de Gestão e Modernização do Transfeira;
- Gestão do Sistema de Transportes Colectivos em Santa Maria da Feira.

CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

Numa sociedade caracterizada cada vez mais por relações de consumo, onde abundam quer a oferta, quer a procura, é também função dos municípios, assegurar o direito à informação e promover essa mesma informação, para que os munícipes façam escolhas equilibradas, que não destabilizem a sua vivência em sociedade por forma a que as escolhas concretizadas se traduzam em desenvolvimento.

Neste perspectiva é função primordial do Centro de Informação Autárquico ao Consumidor da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, promover o acesso à informação e facilitar o diálogo com os munícipes com vista a que os munícipes possam sempre que o pretenderem esclarecer as diversas dúvidas que tenham subordinadas à temática de consumo, estando habilitados para uma judiciosa gestão familiar, sabendo agir no mercado de consumo numa perspectiva de igualdade de oportunidades. Um munícipe informado é aquele que está consciente de que vive numa sociedade de consumo (onde a informação tem hoje um papel primordial), que é capaz de enfrentar situações como saber onde se aconselhar ou obter informação, que está também consciente das relações entre o consumo e o ambiente, que procura promover o seu poder aquisitivo para melhorar a vida da célula familiar e que, por último, inscreve as suas atitudes e comportamentos, enquanto consumidor, no leque dos direitos humanos.

Entrando numa análise exaustivamente consumista, concluímos que “somos todos consumidores” – esta é uma condição da qual não nos libertamos. É preciso estar informado, saber o que se compra, para que se compra e porque se compra, e quais as implicações dos nossos actos, sendo nesta vertente da informação que iremos basear a nossa actuação.

Assim, propomos para 2007 a concretização de acções com vista à promoção da informação, sendo esta um veículo privilegiado para o desenvolvimento económico, bem como para a consciencialização dos direitos e deveres dos consumidores.

Julgamos, de todo, necessário criar formas de interacção com os consumidores, contribuindo desta forma para a dissipação de dúvidas e promovendo o debate.

Numa perspectiva interna, será dado início ao processo de Certificação de Qualidade do CIAC.

Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores

Concretização de novo flyer de apresentação do Gabinete a ser lançado no dia Mundial dos Direitos dos Consumidores, juntamente com concretização de toalhete de mesa individual, que será distribuído nos diversos estabelecimentos de restauração do concelho, bem como a execução de sacos para pão que serão distribuídos nas padarias, pretendendo promover a imagem do gabinete junto da população em geral.

Sessões Temáticas

Realização de sessões temáticas subordinadas ao tema garantia dos bens e formas de actuação, promovendo através da apresentação das diversas temáticas o debate e a discussão sobre formas de agir e de estar.

Material Informativo

Concretização de materiais informativos com incidência em dossiers sobre regras de vivência em condomínios e situações de pergunta resposta com modelos de cartas para resposta a problemas do dia ao dia.

Balcão de Informação Itinerante

Este espaço permite disponibilizar uma vasta série de documentação relativa à defesa do consumidor, permitindo desta forma contactar com diferentes agentes económicos, para 2007 propomos que o mesmo circule pelas diversas médias e grandes superfícies existentes no concelho.

Calendário do Consumidor 2008

Edição do Calendário do Consumidor 2008 (5.000 unidades), calendário de secretaria com alertas sobre algumas questões fulcrais dos direitos e deveres enquanto consumidores.

Certificação de Qualidade

Iniciar o processo de certificação de serviços pela Apcer com base na Norma NO EN ISO 9001:2000, com vista a obtermos o respectivo certificado.

Gabinete de Turismo

Inserida na sua missão, prestação de um serviço de qualidade, hospitaleiro e profissional aos turistas e visitantes, contribuindo para a satisfação da sua experiência turística, é estratégia do Gabinete contribuir para o reforço da posição de Santa Maria da Feira como destino turístico através da aposta no desenvolvimento do turismo cultural e de eventos, de negócios e de saúde e bem-estar.

Como tal, as actividades do Gabinete incidirão no âmbito :

- da colaboração e organização de ferias e exposições municipais, bem como das promovidas por entidades públicas e particulares, sob o patrocínio ou com o apoio do município;
- do planeamento e desenvolvimento do Turismo e Termalismo no Concelho, colaborando nesta matéria com entidades centrais e regionais;
- da inventariação das potencialidades turísticas do Concelho e sua divulgação;
- da promoção do desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao turismo;
- do desenvolvimento de acções de acolhimento aos turistas.

Projecto de Promoção e Dinamização do Concelho de St^a M^a da Feira”

Tem como objectivo fundamental, numa primeira fase de implementação o levantamento das principais linhas orientadas, a apresentação das acções a desenvolver, os resultados esperados e o cronograma de execução.

O levantamento das linhas orientadoras, prendesse com a necessidade de identificar em primeira instancia todos os projectos de desenvolvimento existentes na área de intervenção.

A inventariação rigorosa dos recursos turísticos e da oferta turística existente, a análise exaustiva do perfil do turista/visitante tipos que se desloca ao concelho, avaliação dos pontos fortes e fracos de Santa Maria da Feira enquanto destino turístico (análise swot), a definição concreta dos produtos turísticos existentes e a aposta e a definição de uma estratégia de comunicação e promoção integrada, são as outras linhas orientadoras a seguir neste projecto.

Destacam-se das acções a desenvolver, neste projecto, a criação de uma logo marca turística, a elaboração de um concurso de ideias e projectos, o desenvolvimento de um portal do turismo de Santa Maria da Feira, a implementação da bolsa do voluntariado do concelho, o estabelecimento de parcerias com os equipamentos e entidades do concelho, a implementação de sinalética integrada, o desenvolvimento de itinerários turísticos temáticos, a revitalização dos transportes públicos (Transfeira), a cidade florida nas quatro estações, a promoção de grupos de animadores do ambiente e o estabelecimento de uma estratégia de comunicação e promoção integrada.

Organização, Gestão e Apoio ao Posto de Turismo Municipal

Visa a realização de exposições, decoração temática e melhoria de funcionamento do Posto de Turismo Municipal de Santa Maria da Feira, nomeadamente:

- Abertura do Posto de Turismo aos Sábados e Domingos
- Renovação mensal da decoração do Posto de Turismo, tornando mais agradável a permanência dos turistas e visitantes
- Promoção das atracções turísticas do concelho
- Promoção do artesanato e artesãos do concelho, através da realização de **exposições temáticas** (com a participação de artesãos “ao vivo”), possibilitando um acréscimo das suas fontes de receitas

Participação em Feiras de Turismo

Organização e gestão da presença da Câmara Municipal em Feiras de Turismo e eventos de cariz turístico, para promoção e divulgação da oferta concelhia, nomeadamente:

- Presença institucional e turística da Autarquia na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e, eventualmente, na Expoturis;
- Representação na Feira Internacional de Turismo de Madrid (FITUR);
- Eventual presença institucional e turística da Autarquia na Turisport ou ExpoGalecia (no âmbito da Adeturn ou da GAMP);
- Envolvimento da Sociedade de Turismo, de outras atracções e equipamentos do concelho e do sector privado nas actividades promocionais em que a Câmara estiver presente (redução de custos e rentabilização dos investimentos).

Participação em Feiras, Congressos e Exposições

Organização e gestão da presença da Câmara Municipal em Feiras, Congressos e outros eventos (nomeadamente no Europarque):

- Presença institucional e turística da Autarquia nos seguintes eventos já programados:

III Feira Negócios	Maio - Europarque
Feicor	Julho - Pav. Desportivo Lourosa
ExpoAventura	Outubro - Europarque
- Participação / representação institucional noutros eventos que seja considerada importante a presença da Autarquia

Feira Artesanato de Vila do Conde

Participação da Autarquia numa feira de artesanato, com projecção a nível nacional, a qual proporciona a divulgação das artes e ofícios das Terras de Santa Maria assim como dos usos e costumes, com a presença de animação em programa paralelo, nomeadamente:

- Presença institucional da Autarquia na Feira de Artesanato de Vila do Conde onde, para além da exposição e venda de artesanato representativo do concelho, pretende-se proceder à promoção turística de Santa Maria da Feira;
- Presença em parceria com Associação de Artesãos das Terras de Santa Maria;

Organização e Coordenação de Actividades e Eventos Turísticos no Concelho

Acções a desenvolverem no âmbito do projecto de promoção e divulgação do concelho de Santa Maria da Feira, nomeadamente:

- Comemoração do Dia Mundial do Turismo

- Elaboração de um poster informativo alusivo ao Dia Mundial de Turismo
- Reforço da distribuição do material promocional às unidades hoteleiras, equipamentos e atracções do concelho
- Exposição de artesanato tradicional de Santa Maria da Feira
- Oferta de pequenas lembranças (fogaças e caladinhos)
- “Porto de Honra” com prova de queijos da MAF

Promoção de Eventos: Visitas Turísticas

Visa a organização, coordenação e acompanhamento de visitas guiadas ao concelho de Santa Maria da Feira, nomeadamente:

- Preparação logística, recepção e acompanhamento de grupos organizados ao concelho de Santa Maria da Feira;
- Organização de uma visita turística quinzenal (Junho a Setembro), com acompanhamento do Posto de Turismo e no âmbito do Protocolo, para os turistas e visitantes que se deslocam a Santa Maria da Feira (sujeito a um número mínimo de aderentes);

Desenvolvimento de Estudos e Análises sobre a Actividade Turística concelhia

Realização de relatório anual de caracterização do Turismo no Concelho, bem como de outros estudos de carácter técnico, nomeadamente:

- Caracterização do Turismo no ano anterior e comparação com os anos precedentes
 - Instrumento de trabalho fundamental para a delineação de estratégias de desenvolvimento turístico
- **Protocolo “Conquiste Um Dia Diferente”**
- Revitalização do projecto Protocolo;
 - Desenvolvimento de novas estratégias e iniciativas de desenvolvimento e promoção turística integradas;
 - Valorização da oferta cultural e rentabilização das estratégias de comunicação;
 - Desenvolvimento de uma nova brochura e sinalética específica.

Organização e preparação da Viagem Medieval e outros Eventos

– **Imaginarias 2007**

–

- Apoio na preparação, logística, acompanhamento e promoção do Imaginarias 07
- **Reserva e gestão do alojamento, alimentação e transporte dos grupos e organização**
- Desenvolvimento da loja Imaginarias e venda de bilhetes de espectáculos e merchandising
- Apoio na promoção do Imaginarius
- Horário alargado do Posto de Turismo Municipal (9h00 – 24h00)

– **Viagem Medieval 2007**

- Preparação, logística e acompanhamento da Viagem Medieval 07
- Responsabilidade na componente do alojamento, alimentação, transporte e venda de bilhetes dos espectáculos e merchandising
- Formação aos voluntários dos Postos de Informação Turística e Venda de bilhetes
- Apoio na promoção da Viagem Medieval
- Horário alargado do Posto de Turismo Municipal (9h00 – 24h00)

Organização e melhoria da oferta turística concelhia

Elaboração e actualização de uma base de dados com informação turística local e regional, nomeadamente:

- Recolha, organização e apresentação de todos os contactos de entidades e individualidades relacionadas com a actividade turística numa única plataforma.

Elaboração e Actualização de Material Promocional

Tem como objectivo principal a preparação, organização e gestão do material promocional, nomeadamente:

- Elaboração de brochura com itinerários turísticos em Santa Maria da Feira rentabilizando os circuitos delineados para os Roteiros da Água e desenvolvendo novos circuitos temáticos);
- Elaboração de um novo guia turístico sobre o concelho;
- Actualização das brochuras “protocolo” e castelo;
- Elaboração de um conjunto de postais do concelho com “capa”;
- Elaboração de posters de Santa Maria da Feira, nomeadamente com fotos do Castelo;

- Desenvolvimento do calendário 07 e de um “marcador de livros” do concelho;
- Tradução para inglês, espanhol e francês da brochura do concelho

Desenvolvimento de Circuitos e Itinerários Turísticos

- Desenvolvimento de circuitos turísticos pedestres (Centro Histórico de S. M. Feira)
- Desenvolvimento de itinerários turísticos para os turistas através do recurso a viatura própria
- Circuito Roteiros da Água
- Ecológico e ambiental (Gabinete de Ambiente)
- Religioso
- Industrial / cortiça

Desenvolvimento de Textos e Conteúdos Turísticos

- Criação de CD Rom promocional de Santa Maria da Feira;
- O CD será traduzido em várias línguas (Inglês, Espanhol e Francês) e servirá igualmente como apresentação do Concelho nas deslocações institucionais;
- Promoção e divulgação turística do concelho.

Promoção de Bibliografias e Publicações Temáticas do Concelho

Visa a Aquisição/Consignação e Venda no Posto de Turismo de bibliografia e publicações temáticas sobre Santa Maria da Feira, nomeadamente:

- Aquisição /consignação de livros e publicações sobre Santa Maria da Feira para venda aos turistas e visitantes que se desloquem ao Posto de Turismo de Santa Maria da Feira
- Disponibilizar um melhor serviço aos turistas e visitantes

- Promoção do concelho e das suas tradições
- Desenvolvimento de uma base de dados com publicações sobre Santa Maria da Feira

Acções de relações públicas e promoção institucional de Santa Maria da Feira em diversos eventos e actividades desenvolvidos pela autarquia

Venda e registo de merchandising e material promocional da Autarquia, bem como de artesanato tradicional dos artesãos do concelho de Santa Maria da Feira

Promoção, venda e registo dos bilhetes dos espectáculos organizados pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Coordenação de estágios curriculares e profissionais

Gabinete de Relações Internacionais

Cooperação Económica Internacional

Estudo Económico sobre Santa Maria da Feira

A par da promoção económica do Concelho assente na nova centralidade do Europarque e dos parques empresariais, entende-se como necessário, efectuar a promoção do desenvolvimento Concelhio (e de acordo com a Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, art. 64 n.ºs 2j e 2l e 2m) através de uma promoção concertada das actividades artesanais e do património rural e cultural existente no Município.

Actividades

Efectuar uma parceria entre a Câmara Municipal e uma Universidade que através dos seus estudantes, e de acordo com os modelos científicos de desenvolvimento, efectuará um inventário das actividades artesanais existentes e dos equipamentos públicos e privados existentes, elaborando assim um estudo de desenvolvimento e promoção das actividades económicas tradicionais do Município.

Missão Empresarial e Cultural a Edmonton (Canadá)

Divulgação económica e cultural de Santa Maria da Feira (Nova Centralidade do Europarque e parques empresariais).

Protocolo entre a Câmara Municipal e a VPU (Federação dos Empresários Portugueses na Alemanha)

Divulgar as potencialidades do Concelho de Santa Maria da Feira; promover a nova centralidade do Europarque; continuar a divulgação do check-up empresarial junto das empresas locais; e prosseguir as relações estabelecidas com a VPU, de acordo com os objectivos pretendidos pela Câmara Municipal.

Pelouro da Acção Social e Habitação

Habitação e Acção Social

Actuar em favor dos mais vulneráveis dadas as situações de pobreza persistente, coexistindo a par de novas configurações, resultantes dos processos de modernização, continua a ser o objectivo do Município.

Assim, na área social, para 2007, pretende-se:

1. **A atenuação da pobreza e exclusão social;**
2. **A promoção da formação/qualificação e emprego** visando minimizar os efeitos do encerramento e deslocalização de empresas, melhorar a qualificação da mão-de-obra, e tendo em conta o carácter demasiado monoespecializado do tecido empresarial concelhio,
3. **A integração social** – na base de um conjunto de acções de promoção da interculturalidade e diversidade, de valorização do pilar da família, promovendo a conciliação entre a vida profissional e familiar, contribuir para a plena integração social e comunitária, reduzindo os efeitos da vulnerabilidade social.

Entre os grupos mais vulneráveis a situações de “nova pobreza” destacam-se no nosso Concelho as pessoas com deficiência, as vítimas de violência doméstica, as crianças e os jovens em risco (abandono escolar/trabalho infantil), os desempregados de longa duração, os toxicodependentes, os alcoólicos, e as pessoas/idosos isolados.

Mais do que uma falta de competências e capacidades, a condição de exclusão social aliada a situações de ruptura com as principais instituições da vida social, colocam esta franja da população entre as categorias que tendem a fazer crescer as situações de pobreza persistente, dada a complexidade de inversão das situações geradas. A integração destes grupos revela-se assim determinante para prevenir situações-limite.

Apesar da multiplicação de iniciativas a decorrerem no nosso Concelho, dirigidas às categorias mais desfavorecidas, persiste a necessidade de continuar a desenvolver medidas específicas integradas, que promovam a dinamização de projectos dirigidos às problemáticas que caracterizam cada um dos públicos.

Tendo por base este quadro, o eixo de desenvolvimento do Plano para 2007, centra-se nos níveis preventivo e proactivo, traduzindo-se no investimento em respostas inexistentes a nível concelhio e na consolidação das já existentes. Nesta perspectiva, em 2007 será consolidado o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE), o qual inclui acções direccionadas para novas áreas da intervenção social, como a Agência Local em Prol do Emprego, o Espaço Trevo – Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, o Mercado da Solidariedade e o Serviço Âncora; será dada continuidade à participação no Núcleo Local de Inserção do RSI; será apoiada a Unidade de Cuidados Continuados Integrados; será implementado o Observatório Social On-Line e apresentado o Plano de Desenvolvimento Social. Ao nível da habitação, será privilegiada uma gestão integrada, nomeadamente através da colaboração do Instituto da Construção, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Tendo em conta as problemáticas identificadas no diagnóstico social do concelho de Santa Maria da Feira, propomo-nos a promover projectos de desenvolvimento, integração social e melhoria das condições de vida das pessoas e grupos sociais mais desfavorecidos, assim como melhorar as condições de vida das pessoas e grupos em processo ou situação de desfavorecimento e/ou exclusão social, através do aumento dos seus níveis de participação e de acção comunitária, bem como da aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais facilitadoras da sua inserção profissional e social;

Estes objectivos deverão ser alcançados através da cooperação entre o sector público e o sector privado e participação e co-responsabilização dos grupos e comunidades locais no sentido de activarem os seus recursos e responsabilidades.

Habitação

Com a criação em 2006 do Gabinete de Gestão Patrimonial, integrando áreas profissionais como a Engenharia, Gestão e a área Jurídica foram promovidas as condições básicas necessárias à gestão integrada do Parque de Arrendamento Social do Município. Esta reestruturação permitiu ao sector da Gestão Social, uma maior capacidade de realização e concretização, e por conseguinte o reforço da sua capacidade de intervenção.

Gestão Social implica trabalhar para o aumento dos níveis de satisfação residencial dos moradores. Esta dimensão resulta da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente a existência de respostas de proximidade, de mecanismos céleres e de procedimentos uniformes para a resolução de problemas.

Assim, em 2007, a prioridade de intervenção consistirá na consolidação do funcionamento das estruturas de acompanhamento social e de proximidade, a funcionar já em 2006 em todas as freguesias do Concelho com Habitação Social, favorecendo o bem-estar residencial dos agregados familiares residentes no parque habitacional de arrendamento social e a valorização do património público. Desta forma serão objectivos: investir na manutenção dos fogos, dos edifícios e dos espaços públicos; realizar uma gestão eficaz em salvaguarda do equilíbrio financeiro; melhorar os serviços prestados aos arrendatários e promover uma gestão de proximidade que reforce o relacionamento e a confiança entre a entidade gestora e os arrendatários; criar um Manual de Procedimentos que englobe a gestão social, patrimonial e financeira; e apostar nos Programas de Desenvolvimento Social para alcançar uma gestão integrada. Aproveitar as tecnologias de informação, encarar os constrangimentos e dificuldades como oportunidades para dar novos e decisivos impulsos na continuação de uma gestão mais racional, são os nossos desejos. Ao mesmo tempo pretende-se desburocratizar os métodos e processos de trabalho, numa óptica de melhoria da relação com os moradores, sendo este um benefício que poderá corresponder ao binómio custo/eficácia.

1. Gestão Social

No campo da Gestão Social e sendo a promoção de habitação social uma área de responsabilidade do Município e atendendo a que o Programa de Realojamento por si só não responde à totalidade das situações, torna-se premente continuar a dinamizar os programas já existentes e criar outros que permitam minimizar as carências habitacionais concelhias. Assim sendo, enumera-se os programas a dinamizar e implementar em 2007.

1.1. Diagnóstico das Carências Habitacionais

Visando retratar eficazmente as necessidades/vulnerabilidades ao nível da habitação, efectuar-se-á o estudo e diagnóstico dos processos sociais de procura de habitação, para que este se constitua num instrumento orientador da definição de respostas e políticas sociais a implementar, em articulação com o Observatório Social por forma à concertação de respostas.

1.2. Actualização do Diagnóstico da População Realojada

Manter actualizada a caracterização demográfica e socio-económica da população realojada, com vista à construção, desenvolvimento e acompanhamento de projectos de intervenção social transversais e específicos aos empreendimentos habitacionais. Estes projectos poderão orientar-se para as seguintes vertentes: formação socioprofissional, programas ocupacionais para desempregados de longa duração e beneficiários de Rendimento Social de Inserção, projectos de prevenção de comportamentos de risco social de crianças e jovens, gestão de conflitos, entre outros.

1.3. Manual de Procedimentos

A elaboração de um Manual de Procedimentos, contemplará:

- Relação contratual entre o Município e o Morador (utilização dos fogos; pedidos de transferência de fogos; transmissão da titularidade do contrato; pedidos de redução de renda; processo de actualização de renda; rendas vencidas e não pagas; processo de cobrança de renda; e avaliação dos indicadores sócio-económicos dos agregados;
- Regime de renda apoiada e as bonificações adicionais;
- Incumprimento no pagamento de rendas ou planos de amortização;
- Acções de despejo por incumprimento do pagamento de rendas;
- Gestão do condomínio em regime de arrendamento;
- Gestão de proximidade;
- Mediação de conflitos;
- Intervenção social em articulação com outras instituições.

1.4. Gabinetes de Proximidade

Na continuidade da intervenção social desenvolvida junto da população realojada, pautada por uma lógica descentralizada, garantir-se-á o funcionamento dos 21 Gabinetes de Proximidade Local. Estes ao constituírem-se como pólos estruturantes e dinamizadores da Gestão Social, bem como mobilizadores das sinergias locais, privilegiam duas vertentes de acção: - uma, personalizada e direccionada para as necessidades individuais do inquilino/empreendimento; - outra, de carácter transversal que prevê a implementação de acções que visam o empowerment dos moradores e dos empreendimentos.

Neste âmbito, e a um nível micro realizar-se-ão as seguintes actividades:

- Atendimento personalizado, auscultação das vulnerabilidades e definição de projectos de vida e acompanhamento psicossocial;
- Visitas domiciliárias, acompanhamento e avaliação dos planos individuais e familiares;

- Gestão dos conflitos relacionais, facilitando a criação de momentos mediadores na resolução dos conflitos pelo reforço das competências de sociabilidade;
- Continuar o trabalho de organização dos moradores, para uma gestão dos espaços comuns ajustada às necessidades específicas de cada empreendimento/entrada, promovendo boas práticas de vivência comum e a apropriação do espaço;
- Reforço das relações de vizinhança e de solidariedades locais;
- Reclamações.

1.5. Programa HABITAR

Decorrente do trabalho de proximidade desenvolvido nos empreendimentos e com a implementação de boas práticas que permitam melhorar e promover a melhoria das condições de vida da população realojada com vista à sua inclusão social, apresenta-se um conjunto de actividades que constituem o plano de intervenção denominado Programa Habitar, nomeadamente:

1.5.1. Habito Aqui

Atendendo às necessidades diagnosticadas, no ano transacto, nos diversos empreendimentos, torna-se pertinente desenvolver um programa formativo direccionado para a população realojada, na seguinte áreas relações de vizinhança, gestão das partes comuns, manutenção e conservação da habitação, com vista ao aumento da satisfação residencial dos inquilinos.

Este programa será desenvolvido nos empreendimentos de habitação social propriedade do Município.

1.5.2. Prémio Municipal do Melhor Condomínio

Tendo presente o trabalho desenvolvido, no âmbito dos diversos Programas de Promoção Habitacional, junto dos moradores/utilizadores, com vista à sua participação e implicação na gestão dos espaços comuns, pretende-se implementar em 2007 o *Prémio Municipal do Melhor Condomínio*.

Este prémio tem como objectivo premiar publicamente a melhor organização de moradores dos edifícios/fracções que integram o Parque de Arrendamento Social do Município assim como a promoção de espaços de sociabilidade e de apropriação do novo espaço residencial.

1.5.3. Famílias +

Visando a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, favoráveis à mudança de atitudes e comportamentos, que contribuam para a melhoria das condições de vida das famílias, no ano de 2007, o presente programa mantendo os mesmos destinatários e metodologia, pretenderá para além de garantir a sua continuidade nas freguesias já implementadas, o seu alargamento a mais duas freguesias nomeadamente, Canedo e Fiães consideradas prioritárias na intervenção social.

1.5.4. Sessões Temáticas ao Consumidor

No seguimento das sessões informativas “Gastar com Conta e Medida” que foram realizadas em 16 freguesias, procurar-se-á, em articulação com o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, dar continuidade às mesmas, abordando-se outras temáticas ligadas ao consumidor, nas freguesias abrangidas pelo Programa de Realojamento.

1.5.5. Orientação Parental

Visando o fortalecimento das relações familiares, através do reforço das competências parentais, pretende-se continuar a dinamização do grupo de pais, que reunirá com periodicidade quinzenal e abrangerá a população das freguesias de Nogueira de Regedoura e Sanguêdo. A escolha destas duas freguesias deve-se ao facto de serem consideradas prioritárias em termos de apresentarem várias problemáticas associadas, nomeadamente, alcoolismo, toxicodependência, violência doméstica, comportamentos pré-delinquentes, conflitos familiares e de vizinhança. As escolhas das temáticas serão abordadas seguindo uma metodologia diversificada formativa, interrogativa e activa, com o apoio de dinâmicas de grupo.

1.5.6. Oficina Informática

Conscientes da importância da elevação do nível de escolaridade e da qualificação profissional dos jovens e adultos para promover a sua integração e inclusão social, pretende-se constituir uma resposta simultaneamente preventiva e reparadora dos processos de empobrecimento e exclusão social que afectam públicos mais desfavorecidos. Assim sendo, este espaço será cedido pela Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, o que nos permite rentabilizar o espaço físico e em simultâneo responder a uma necessidade sentida pela comunidade. A oficina de informática a implementar, pretende facilitar a promoção às novas tecnologias de informação como instrumento de comunicação e aprendizagem, através do acesso gratuito e acompanhamento à internet e formação em informática.

1.5.7. Clube dos Afectos

Este Clube pretende dinamizar espaços informais de encontro e convívio para os jovens, nos quais sejam implementadas sessões temáticas do seu interesse, ajudando-os a reflectir e a ponderar sobre as suas práticas, (pre)conceitos, sentimentos, e a adoptarem atitudes e comportamentos mais assertivos, e visíveis através da linguagem utilizada. O grupo de trabalho reúne-se com uma periodicidade semanal e é constituído por jovens dos 10 aos 16 anos, residentes no Empreendimento Habitacional de Sanguedo.

2. Gestão Patrimonial do Parque Habitacional

Tendo presente os princípios orientadores de uma gestão integrada, ou seja, uma gestão próxima do cidadão, descentralizada, não burocrática, profissionalizada, com uma dimensão fortemente social e equilibrada financeiramente, é necessário que se continue a investir num conjunto de processos organizativos, dos quais se destaca, nomeadamente a:

- Criação e implementação de um programa informático em parceria com o Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia do Porto, no sentido de permitir o acesso e tratamento da informação em menor tempo útil, com maior capacidade de organização e arquivo de dados, para análise periódica das

condições de utilização dos fogos; execução de intervenções de reparação; e manutenção e acompanhamento de todos os processos de obras de conservação.

Este programa permitirá:

- 1) Montagem do Empreendimento: tipologias, elementos construtivos e características dos fogos;
 - 2) Cadastro: registo actualizado e dinâmico das intervenções, patologias, custos iniciais e do ciclo de vida, bem como características sociais dos indivíduos e agregados;
 - 3) Intervenção: identificação de patologias e tipificação dos actos de intervenção;
 - 4) Pesquisas: quantificação, previsão e criação de estratégias;
 - 5) Reclamações: registo imediato das reclamações dos inquilinos, dando encaminhamento automático ao problema e conhecimento on-line do andamento da reclamação.
- Criação de uma equipa de carácter multidisciplinar na área da reparação e manutenção do parque habitacional, de forma a responder às solicitações e necessidades prementes de uma forma ágil e eficaz.
 - Concretização do processo de alienação das 50 fracções habitacionais do património de habitação social transferido pelo Ex-IGAPHE ao Município, designadamente a proposta de venda de fracções aos respectivos inquilinos e a venda do património devoluto.

2.1. Gestão dos Contratos de arrendamento

Gerir o parque habitacional público a cargo do Município, no sentido da salvaguarda dos investimentos públicos e a sua rentabilização, tendo como principal objectivo a satisfação das necessidades de alojamento e a integração social das famílias mais carenciadas, assenta não só nos aspectos sociais mas também numa vertente patrimonial e económica que envolve, necessariamente, uma componente jurídica relativa ao acompanhamento das relações contratuais estabelecidas, nomeadamente por via de contratos de arrendamento e de comodato das ditas fracções.

Durante o ano de 2006 verificou-se uma percentagem de incumprimento de pagamento de rendas, de 7%. Com o objectivo de diminuir esta percentagem de incumprimento, o

sector jurídico, para o próximo ano, reveste-se de um carácter primordial no apoio à gestão e consequente tomada de decisão relativa às medidas a tomar para a sua resolução; à elaboração de pareceres jurídicos e interposições de acções judiciais de despejo ou cobranças judiciais por via da injunção (cumprimento do deliberado em Reunião Ordinária de 2 de Maio de 2006, e também na realização de contratos e protocolos.

2.2. Gestão Económica e Financeira

Dada a implementação das novas modalidades de pagamento de rendas (Multibanco e CTT) no corrente ano, pretende-se no exercício de 2007 consolidar os procedimentos relativos à cobrança de rendas, uniformizando as práticas, de forma a aumentar a qualidade dos serviços prestados aos inquilinos, flexibilizando os sistemas de gestão, aumentando a sua eficácia, atingindo desta forma a descentralização e agilização pretendida.

Uma das funções fundamentais à gestão económica e financeira, é não só, a monitorização constante dos diversos processos de controle do cumprimento das obrigações contratuais por parte dos inquilinos, mas também a verificação, análise e adequação das capacidades económicas dos agregados à respectiva renda.

Desta forma, e com base no sistema de informatização dos processos de inquilinos já concluído, propõe-se a padronização dos diversos procedimentos a ter com os diversos sistemas de gestão, através da elaboração de um Manual de Procedimentos que estabeleça as normas a ter com a avaliação dos indicadores socio-económico dos agregados; o processo de actualização das rendas; o apuramento das receitas e despesas e as rendas vencidas e não pagas, assim como do processo de cobrança de rendas propriamente dito.

Propõe-se, neste sentido, consolidar a aplicação de regras uniformes no que diz respeito à utilização dos fogos, a pedidos de autorização temporária de residência e/ou coabitação; a pedidos de transferência de fogos; à transmissão da titularidade do contrato; e a pedidos de redução de renda.

Decorrente dos processos de actualização de rendas, em Regime de Renda Apoiada, realizados por este Município no âmbito do programa de realojamento e quando observada a aplicação da bonificação concedida pelo Município sobre o montante da renda apoiada, verifica-se que em algumas situações ocorre um fenómeno de desigualdade entre agregados com o mesmo nível de rendimentos e que por outro lado permite que inquilinos cujos rendimentos levam a uma renda apoiada idêntica ao preço técnico da habitação, paguem uma renda desadequada, pela aplicação da bonificação, à sua capacidade financeira. Propõe-se pois, para o ano de 2007, a análise profunda desta preocupação e uma proposta de alteração a este benefício social.

2.3. Gestão da manutenção e conservação

Dado o volume e natureza dos trabalhos de manutenção e conservação, será criada uma equipa multidisciplinar / multiserviços. Desta forma será possível otimizar o procedimento face às deficiências participadas, facilitando e diminuindo o tempo de respostas para a execução das reparações e assim permitir desenvolver estratégias anuais de manutenção.

Será dada continuidade aos programas habitacionais, tais como, Programa de Auto-Construção, Programa de Solidariedade e Apoio à recuperação de habitação – SOLARH, Apoio Excepcional no domínio da habitação, de forma coordenada com os aspectos sociais.

Tendo em conta que ainda faltam construir, ou adquirir, 29 fogos, dos 684 previstos, ao abrigo do Acordo de Colaboração entre o INH, IGAPHE e Câmara Municipal, celebrado em 10 de Fevereiro de 1996, prevê-se a sua transferência para o programa PROHABITA (Decreto-Lei nº 135/2004 de 3 de Junho) contemplando tipologias

adequadas para o realojamento de pessoas isoladas (T0 e T1), articulando com o Programa de Arrendamento, referido anteriormente.

De acordo com o plano de recepções definitivas dos empreendimentos construídos ao abrigo do Programa de Realojamento, prevê-se para o ano de 2007 o término do prazo de garantia de 4 empreendimentos habitacionais, nomeadamente, Fiães (Souto); Fiães (Ferradal); Lourosa (Cadinha) e Arrifana. Neste sentido, será realizado o levantamento das patologias de todos os trabalhos respectivos, conjuntamente com a entidade executante, de modo a identificar responsabilidades e accionar mecanismos com vista às reparações das mesmas. Concretizadas as reparações necessárias, realizar-se-á o acto de recepção definitiva e posteriormente lavrado o correspondente auto.

3. Programas Habitacionais

3.1. Auto-Construção, SOLARH e Apoio Excepcional no Domínio da Habitação

Garantir a continuidade da dinamização dos três programas, através da análise e enquadramento legal das solicitações ao nível socio-económico, bem como proceder ao acompanhamento dos processos de obras, em articulação com o sector de engenharia. Salienta-se que este processo assenta num trabalho de parceria com as entidades locais, por forma a uma maior rentabilização e operacionalização dos recursos.

3.2. Apoio Directo ao Arrendamento

Ciente da necessidade de promover novas respostas, pretende-se no âmbito do Dec. Lei n.º 135/2004 de 3 de Junho, com a participação do INH, implementar um programa que vise apoiar as famílias com maior vulnerabilidade no arrendamento. Concretamente o programa proporcionará a 10 famílias do concelho, seleccionadas de acordo com parâmetros socio-económicos previamente definidos, um subsídio pecuniário mensal correspondente a uma percentagem da renda total paga.

4. Outras Medidas

Para o processo de alienação dos fogos de habitação social do património do Ex-IGAPHE, durante o ano de 2006, foram estabelecidos os procedimentos inerentes à alienação deste património nos termos da lei.

Assim, para 2007, pretende-se efectivar a alienação de 42 fracções, e proceder ao estudo do possível enquadramento do processo de alienação de 8 fracções. Deste modo é necessário conhecer o estado de conservação das mesmas e aplicar todo o procedimento previsto.

Por outro lado, e simultaneamente será realizado uma proposta de actualização das rendas, com base num estudo socio-económico dos agregados, com a finalidade de uniformizar os regimes de arrendamento no Parque Habitacional do Município.

A par dos procedimentos descritos, o Sector Jurídico irá, no ano de 2007, iniciar os procedimentos necessários à instrução da abertura do concurso de alienação das fracções identificadas como devolutas conforme o DL nº 141/88 de 22/04.

Acção Social

A estratégia de actuação do Município nesta área, em 2006, assentou no aprofundamento do espírito de parceria numa lógica territorial, na procura de racionalização dos recursos, promovendo as sinergias locais, através da dinamização do Conselho Local de Acção Social, assim como na capacitação e reforço das competências, sociais, pessoais e profissionais das populações mais desfavorecidas, potenciando a promoção do desenvolvimento social concelhio.

Desta forma, foi dada continuidade no terreno a diversos projectos que permitiram a implementação de acções integradas para a intervenção em diversos domínios da área social, tais como: Programa Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências; Programa Raízes do Afecto; Programa Rendimento Social de Inserção; Projecto Direitos & Desafios – Programa PROGRIDE; Projecto Riscos e Traços - Programa Ser Criança; Projecto Observatório Social.

Com estas dinâmicas implementadas, foram desenvolvidas novas atitudes de participação e intervenção das comunidades e suas organizações, no combate à pobreza e exclusão social, nomeadamente ao nível da implementação de novas respostas sociais. Assim, em 2007, a acção do Município nesta área irá centrar-se, na continuidade e consolidação do trabalho de promoção da inclusão social, promovendo respostas cada vez mais próximas dos grupos em situação de vulnerabilidade social com vista à melhoria das suas condições de vida.

1. Programa Raízes do Afecto

Numa lógica de continuidade da política de promoção do bem estar e da qualidade de vida dos munícipes de Santa Maria da Feira prosseguir-se-á com o desenvolvimento do Programa de Intervenção Junto da População Sénior - Raízes do Afecto, onde o público alvo é a população idosa, mas também as suas famílias e as gerações mais jovens.

Este Programa tem como principais objectivos estimular comportamentos e atitudes promotoras de um envelhecimento saudável e activo, reforçar a cidadania dos idosos através da sua participação na vida familiar e comunitária e contribuir para a valorização da sua imagem e estatuto na sociedade.

Em 2007 dar-se-á continuidade a algumas iniciativas já implementadas e desenvolver-se-ão outras que permitirão alcançar estes objectivos, através da realização de actividades nas áreas da saúde, da actividade física, do lazer e da cultura, procurando garantir um envelhecimento bem-sucedido.

1.1. Movimento e Bem-Estar

Este programa criado em 2000 tem vindo ao longo dos anos a crescer tanto em termos de entidades e de idosos abrangidos assim como em actividades, tendo registado em 2006 uma participação na ordem dos mil idosos distribuídos por trinta e sete entidades, que vão desde IPSS's até Juntas de Freguesia e Associações Culturais e Desportivas.

Prosseguindo com o objectivo de assegurar a participação de todos os idosos interessados na prática desportiva, como garantia do desenvolvimento e manutenção da sua autonomia e participação social, o programa Movimento e Bem-Estar procurará consolidar e alargar as actividades já implementadas, dando continuidade à divulgação e

ao estabelecimento de protocolos de adesão nas freguesias com maior índice populacional e/ou área geográfico do concelho.

Em 2007 desenvolver-se-ão as seguintes actividades:

- Ginástica de manutenção e hidrogenástica semanais;
- Três torneios concelhios de Boccia;
- Continuidade das Caminhadas e Tai-Chi-Chuan nas trinta e uma freguesias do concelho, em parceria com as entidades aderentes em cada freguesia, mobilizando não só os idosos mas também o público em geral;
- Prosseguir com a Dança em quatro pólos (Santa Maria da Feira, Arrifana, Mozelos e Vila Maior), uma vez por mês em cada local e em parceria com a Universidade Sénior, Centro Social e Paroquial de Arrifana, Associação Pelo Prazer de Viver e Centro Social Vilamaiorense ;
- Promover as Comemorações do Dia Mundial da Saúde em parceria com as diferentes entidades protocoladas com o Município e com os Serviços de Saúde (Centro de Saúde, Hospital), Segurança Social e Universidades direccionando-as sobretudo para a formação dos técnicos e dos idosos nas áreas da saúde e do bem estar;
- Realizar as III Olimpíadas Seniors do Concelho no mês de Julho e as I Olimpíadas Inter-Municipais, em parceria com os Municípios de Entre Douro e Vouga em data a acordar;
- Realizar o encontro de reinício das actividades 2007/08;
- Desenvolver duas acções de formação na área da gerontologia e geriatria direccionadas sobretudo aos professores que integram o programa e desenvolvem as actividades junto dos idosos.

1.2.Passeios na Minha Terra

De acordo com os objectivos definidos aquando da implementação do programa Passeios na Minha Terra em 2005 e atendendo ao interesse e participação crescente demonstrado pelos idosos nas edições anteriores, sugere-se a sua continuidade prosseguindo os objectivos de participação dos idosos na construção da identidade concelhia, promovendo diferentes formas de expressão artística e cultural e a sua inserção social.

Para o ano 2007 será dada continuidade dos passeios ao concelho de Santa Maria da Feira com carácter obrigatório, um ao Porto, embora direccionado para outros pontos de interesse, e outro a alguns concelhos da Região Entre Douro e Vouga, sendo o calendário e as condições de participação semelhantes ao ano de 2006.

Definir-se-ão outros percursos alternativos, sempre numa perspectiva de permitir o acesso a diferentes locais e espaços que até aí não tinham sido explorados em termos culturais e turísticos.

1.3.Imagens da Minha Vida

Este programa constitui-se como actividade cultural e de lazer que procura ir ao encontro das memórias, das histórias de vida e dos saberes das gerações mais velhas, que constituem as nossas raízes culturais, contribuindo para a construção de um sentimento de pertença a uma comunidade.

Em 2007 este programa será constituído por três actividades principais: um ciclo de cinema, uma exposição temática e a realização de uma peça de teatro intergeracional.

Inicialmente mais direccionado para a população idosa, procurará envolver as várias gerações valorizando os saberes e as histórias de vida das diferentes gerações e épocas.

Estas actividades serão realizadas em parceria com as mais diversas entidades concelhias e com os projectos de intervenção comunitária desenvolvidos pela divisão.

1.4. Idosos Revisitam a Infância

Reiniciado em 2006, este programa promove o encontro de crianças e idosos, valorizando os saberes tanto dos avós como dos netos e permitindo a ambos um grande envolvimento afectivo, tão importante para estas duas gerações.

É neste contexto e em conjunto com o Pelouro da Educação e parceria com as Ipss's e escolas concelhias que se propõe o desenvolvimento deste programa, que será constituído por três fases: uma primeira um concurso literário, uma segunda um concurso de ilustração e finalmente a edição de um livro. A ultima fase prevê-se para 2008.

1.5. Prevenção Saúde Sénior

Não tendo sido possível em 2006 desenvolver este programa de uma forma mais estruturada, foram-se realizando no entanto abordagens às questões da prevenção da saúde sénior, muito especialmente no Fórum Envelhecimento Saudável e Activo e nas actividades internas das entidades aderentes ao programa Movimento e Bem-Estar, sensibilizando os idosos para a importância da manutenção de hábitos de vida saudáveis.

Em 2007 prosseguir-se-á com o desenvolvimento deste programa, em cooperação com o Centro de Saúde, Hospital S. Sebastião, IPSS's, Juntas de Freguesia, Associações Desportivas, Cruz Vermelha e Universidades interligando-o sempre que possível com outros programas do plano Raízes do Afecto, nomeadamente com o Movimento e Bem-Estar e a Preparação para a Reforma.

1.6. Espaço Sénior

Não tendo sido possível pôr em funcionamento este espaço por motivos de ordem logística e de recursos humanos em 2006, procurar-se-á dinamiza-lo no mais breve espaço de tempo, pois este terá uma importância fundamental para o idoso e família. Sendo um serviço de informação nele o idoso e/ ou a sua família encontrarão apoio e

orientação técnica para a resolução dos seus problemas, nas áreas da acção social, da saúde, lazer e cultura, direitos e obrigações, recursos e equipamentos existentes.

Este espaço permitirá ainda ao idoso garantir a sua participação como cidadão activo e criar mecanismos que facultem uma melhor formação/informação relativamente às suas necessidades pessoais e sociais, bem como contrariar a tendência natural do isolamento e inactividade.

À semelhança de outros programas deste plano, este espaço será o resultado de parcerias entretanto estabelecidas com diversas entidades nomeadamente serviços de saúde, acção social e universidades.

Como forma de incentivar um cada maior envolvimento e participação social e comunitária aos idosos, sugere-se ainda a criação do **Cartão Sénior** que permitirá o acesso a diversos serviços e produtos culturais, recreativos, de saúde e outros, a custos mais reduzidos.

O lançamento deste cartão envolverá os mais diversos serviços em áreas muito diversificadas e será o resultado de um constante envolvimento da comunidade nas questões relacionadas com o envelhecimento da população.

1.7.Preparação para a Reforma

Decorrente da tendência verificada para um cada vez maior envelhecimento das populações, associado às reestruturações entretanto verificadas no âmbito dos planos de reforma torna-se necessário repensar estes programas de preparação para esta fase da vida, numa lógica sobretudo de um envelhecimento activo e produtivo.

Este programa entretanto estruturado será desenvolvido em colaboração com a Divisão de Recursos Humanos e o Gabinete de Apoio ao Empresário e terá os seguintes objectivos:

- Preparar a população para esta nova etapa da sua vida, que é a reforma, abordando áreas como a saúde, direitos e alternativas de ocupação que promovam o seu bem-estar;
- Proporcionar o contínuo desenvolvimento da pessoa numa óptica de envolvimento e participação social;

- Sensibilizar os empresários para a necessidade de preparar os seus colaboradores para esta fase das suas vidas com qualidade.

Mais uma vez este programa será articulado com outros, nas áreas da saúde, acção social, lazer e cultura, envolvendo as pessoas em idade de pré-reforma e reforma.

2. Gabinete de Desenvolvimento das Comunidades Locais

2.1. Apoio Técnico aos Diversos Sectores da Acção Social

Manter e organizar um sistema de informação relativo aos Programas Nacionais e Comunitários no âmbito da acção social nas áreas da Formação Profissional, População Sénior e Projectos de Desenvolvimento Social e Local.

Divulgar a informação recolhida junto dos outros sectores municipais quando considerado pertinente.

Elaborar candidaturas a Projectos de desenvolvimento social local em articulação com os outros sectores municipais.

2.2. II Encontro de Teatro para o Desenvolvimento Comunitário

Na sequência da participação, na edição do ano passado do Festival Internacional de Teatro de Rua IMAGINARIUS, pretende-se dar continuidade ao trabalho iniciado de forma a consolidar as artes como meio de intervenção metodológica no trabalho com públicos desfavorecidos.

Com este Encontro pretendemos concretizar os seguintes objectivos:

- promover a criação de novos públicos
- estimular o desenvolvimento pessoal e social dos seus intervenientes

- questionar a percepção pré-concebida que a comunidade em geral tem das populações mais desfavorecidas
- fomentar a pesquisa e experimentação de novas práticas na área social com o recurso às artes

Com base na implementação destas metodologias a produção de espectáculos têm por um lado, uma função pedagógica, na medida que incentivam a criatividade dos intervenientes (crianças, jovens, adultos e idosos), como exigem um trabalho regular em equipa. Por outro lado, estes momentos são oportunidades para os intervenientes contactarem com experiências diversas, proporcionando a construção de projectos colectivos que potenciam a inserção dos indivíduos e das actividades de utilidade social.

2.3. Prevenção do Abandono e Insucesso Escolar no Concelho

A prevenção do abandono e insucesso escolar passa pelo envolvimento e responsabilização de todos os interessados no acto educativo (pais, alunos, professores, funcionários, comunidade local e empresas), desenvolvendo condições para o seu sucesso.

Constata-se que actualmente existe uma dispersão da informação no que concerne à situação do abandono escolar no Concelho assim como as entidades que intervêm junto do aluno ou do jovem em abandono escolar não desenvolvem uma acção concertada entre si.

Face ao exposto consideramos pertinente, em conjunto com o Pelouro da Educação, a construção de um diagnóstico, desenvolvendo a dimensão prospectiva do projecto Riscos e Traços, no que diz respeito ao levantamento dos factores que contribuem para o fenómeno do abandono escolar no Concelho e para a definição das estratégias de intervenção adequadas e com carácter preventivo.

2.4. Feira das Profissões

Esta iniciativa pretende ser uma medida de prevenção ao abandono e insucesso escolar, e contribuir para o aumento das habilitações literárias e profissionais dos jovens no nosso Concelho.

Será também uma acção a promover conjuntamente com o Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude em articulação com o agrupamento das escolas.

Esta acção dirigir-se-á particularmente aos jovens estudantes a frequentar o 9º, 11º e 12º anos de escolaridade – períodos de tomada de decisão quanto ao percurso de aprendizagem escolar e profissional. Nesse sentido, serão convidadas entidades ligadas à formação profissional, às universidades, e outros como o ministério da defesa.

2.5. Concelho Solidário

Esta iniciativa prevista inicialmente para 2006 será promovida em 2007, tendo como objectivo a promoção da coesão social a nível concelhio, e visa premiar personalidades, associações e empresas do nosso Concelho com testemunhos de intervenção e responsabilidade activa na área social.

3. Projecto Riscos e Traços

O Projecto Riscos e Traços resultou da candidatura efectuada ao Programa Ser Criança, com início em 2004 e com término em Janeiro de 2007. Este projecto co-financiado pelo Ministério da Segurança Social dirigiu a sua intervenção para jovens em risco de abandono e insucesso escolar e suas famílias, através da promoção de actividades artísticas em contexto escolar.

Face à prevalência do fenómeno do abandono e insucesso escolar no nosso Concelho, e da necessidade de dar continuidade às dinâmicas instituídas nas diversas escolas abrangidas pelo projecto (EB 2,3 Canedo, EB 2,3 Dr. Carlos Ferreira de Almeida e EB 2,3 Fernando Pessoa) manter-se-ão as actividades do projecto, apresentando ainda algumas iniciativas de cariz concelhio.

3.1. Oficinas Artísticas

O reconhecimento da importância de uma educação que vá para além da simples transmissão de saberes e, que se equaciona como via de formação da pessoa no seu todo valorizando as **artes como meio de intervenção metodológica** *ao serviço do próprio ensino de saberes*, é o nosso ponto de partida.

O uso das artes como metodologia educacional tem por objectivo o desenvolvimento equilibrado da personalidade, abrangente em todas as suas dimensões e, em particular o desenvolvimento afectivo-emocional.

A **Educação pela Arte** proporciona vivências simbólicas e emocionais que contribuem para o desenvolvimento de mecanismos psicológicos que fortalecem os jovens para lidar com situações adversas.

Na base destas considerações decorrerão **3 oficinas artísticas** (dança, percussão e artes do circo), de acordo com a satisfação das necessidades de expressão dos jovens, desenvolvidas de modo inter-estruturado e globalizado.

Em cada escola são constituídos grupos e, as oficinas artísticas são desenvolvidas semanalmente como actividades extra-escolares na própria escola ou noutros espaços.

Deste trabalho resultou a construção de um espectáculo “Assalto à Escola”, integrando as três componentes de formação artística. A ideia passou pela criação de um espectáculo versátil e interactivo, com o recurso ao espaço escola convivendo com esta de forma harmoniosa, sem sobressaltos, mas com um sentido de potenciar a sensibilidade estética dos jovens e do público. Numa 1ª fase o espectáculo foi levado a cena apenas numa das escolas da zona de intervenção do projecto (EB 2,3 de Canedo), apostando-se este ano na disseminação do mesmo noutras escolas do concelho.

A intervenção junto dos jovens em risco de abandono e insucesso escolar pressupõe que se considere, entre outras dimensões, a questão dos saberes, qualificações e competências, de forma a criarem-se condições facilitadoras da sua inclusão social. Assim, através de sessões formativas procurar-se-á criar um contexto de aprendizagem onde se possam desenvolver as competências que melhor se adequem ao perfil dos jovens. Neste sentido surge a participação dos jovens em eventos culturais como a *Viagem Medieval* e o Festival *Internacional de Rua IMAGINARIUS*, desenvolvendo igualmente a noção de espectáculo e trabalho de grupo.

As **Brigadas de Trabalho Comunitário** têm como objectivo principal envolver os jovens em novos contextos e com diferentes grupos (crianças e idosos), responsabilizando-os pela programação e monitorização de actividades.

Utilizando ferramentas artísticas pretende-se junto destes jovens, alguns em ruptura social e afectiva, motivá-los para participar numa actividade, e habituá-los a um contacto regular e não violento com outras crianças e adultos.

Durante o período das férias escolares serão dinamizadas actividades complementares, como forma de ocupação saudável dos tempos livres, e também como meio de reforçar a relação afectiva entre os jovens e os técnicos do projecto.

3.2. No Trilho da Cultura

Pretende-se privilegiar uma abordagem integradora através da qual os participantes terão oportunidade de criar performances, e integrar os seus trabalhos em eventos públicos (festas escolares, eventos concelhios, entre outros). Paralelamente são proporcionados momentos em que os jovens são espectadores de acontecimentos artísticos, de forma a desenvolverem o seu sentido crítico e estético pela arte. Estas iniciativas permitem ainda aos participantes criar novos hábitos de ocupação dos tempos livres.

As saídas e as visitas possibilitam aos técnicos e aos formadores premiar a participação e o desempenho dos jovens mais assíduos e interessados nas actividades.

3.3. Intercâmbio Juvenil Internacional

Este intercâmbio dependerá da aprovação da candidatura efectuada ao Programa Juventude, visando a troca de experiências ao nível das artes de circo entre os jovens integrados no projecto Riscos e Traços e os jovens da Fundação Parada de Bucareste. No caso de vir a concretizar-se, este intercâmbio proporcionará aos jovens a oportunidade de acederem às actividades de mobilidade e de ensino não formal, ajudando-os a adquirir conhecimentos, aptidões e competências.

3.4. Banco Escolar Solidário

Esta iniciativa pretende minimizar o esforço acrescido das famílias socialmente mais desfavorecidas na aquisição dos livros escolares e combater indirectamente o abandono precoce da escola.

A operacionalização do banco será realizada em articulação com o Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude e com os Agrupamentos das Escolas, quer para a recolha, quer para a distribuição dos livros pelas famílias sinalizadas.

A campanha de recolha dos livros será efectuada entre Junho e Julho, e a sua distribuição no mês de Setembro, tendo-se previamente efectuado o levantamento das famílias carenciadas e suas necessidades.

A distribuição dos livros será efectuada pelos agrupamentos, na medida em que cada agrupamento anualmente faz a selecção anual dos manuais que vai utilizar.

3.5. Espaço “Elevar o Nível”

Conscientes dos desafios da nossa sociedade e da rápida mutação dos processos tecnológicos, pretende-se com este espaço facilitar o acesso de todos gratuitamente às novas tecnologias de informação e comunicação. Deste modo, o espaço encontra-se a funcionar em instalações cedidas pela Junta de Freguesia de Canedo. A abertura e a gestão do espaço é assegurada por um monitor, decorrendo neste cursos de iniciação e/ou de aperfeiçoamento às TIC's, com o apoio de um técnico de informática.

A manutenção da abertura do espaço justifica-se, em nossa opinião por esta freguesia se localizar na parte mais recôndita do Concelho e manter alguns sinais de ruralidade. No que no nosso entender explica a procura maioritariamente por parte população infantil, adulta e sénior, mais do que a juvenil que tem acesso a estes recursos na escola. Procurando esta última o espaço mais no período das férias escolares.

3.6. Formação Parental

A dinamização do grupo de pais passará pela articulação com a Associação de Pais da Escola EB 2,3 de Canedo, para a definição e promoção de sessões (in) formativas.

Assim, trimestralmente serão dinamizadas na escola sessões com a participação de prelectores nas áreas previamente definidas.

3.7. Exposição Riscos e Trapos

No âmbito do Curso de Costura Criativa foram elaboradas indumentárias para o grupo de jovens das artes circenses utilizarem nos eventos de cariz medieval.

Como forma de divulgar e incentivar o interesse do grupo de mulheres na continuidade da actividade de costura realizar-se-á uma exposição dos trabalhos “Riscos e Trapos”, durante todo o mês de Junho, no posto de turismo. Procura-se com esta iniciativa encontrar oportunidades de criação de emprego, através da produção de vestuário para os eventos medievais concelhios e outros, pelas intervenientes no processo formativo.

4. Projecto de Luta Contra a Pobreza – DIREITOS & DESAFIOS

4.1. Grupo *Animatus*

Actualmente este grupo de jovens apresenta produções próprias, resultado de um processo de formação contínua em diversas áreas artísticas. Importa assim garantir a participação destes jovens nas actividades, assim como a realização das mesmas, apoiando a continuidade e sustentabilidade deste grupo.

O trabalho a realizar passa igualmente pelo apoio à sua autonomização, que poderá passar pela associação deste grupos como outros similares, com base na criação de uma Associação Juvenil.

4.2. Associação Juvenil

A criação de uma Associação Juvenil visa aumentar a participação dos jovens no processo de tomada de decisões assim como proporcionar os canais adequados de participação e uma estrutura e valores institucionais que dêem apoio à realização das acções.

Esta Associação pretende enquadrar as actividades dos diversos grupos de jovens apoiados por esta Divisão, numa perspectiva de responsabilização e autonomização. Tendo já sido realizadas várias reuniões de trabalho ao longo do ano de 2006, para definição de uma plataforma de interesses comuns aos diversos grupos, será promovida a constituição formal da Associação, apoiando o desenvolvimento da sua actividade.

4.3. Clube do Ambiente

A consolidação do clube passa pelo alargamento das suas actividades a outros núcleos desenvolvidos junto da população realojada (crianças, jovens e famílias), de forma a envolver a população no tratamento e cuidado dos espaços verdes. Várias acções podem ser implementadas designadamente, 23 sessões de (in)formação dinamizadas em pequenos grupos junto da população, constituição de grupos para levantamento e plantação de plantas aromáticas, edição semestral do jornal ecológico; construção de objectos com reaproveitamento de materiais.

4.4. Centro de Promoção Educativa

A continuidade desta resposta prende-se com a necessidade da existência de um espaço de apoio lúdico-pedagógicas para 25 crianças e pré-adolescentes, dos 6 aos 13 anos, oriundos de meios socio-económicos desfavorecidos com maior necessidade de acompanhamento individualizado.

Apesar da existência de espaços formais na comunidade (ex. Programa de Prolongamento Escolar) estes continuam a não ser adequados às necessidades específicas deste grupo, visto não incluírem serviços como, por exemplo, o transporte e

o acompanhamento e intervenção mais individualizado junto das crianças e jovens, e suas famílias.

5. Gabinete de Atendimento de Saúde Juvenil

O Gabinete de Atendimento de Saúde Juvenil (GASJ), a funcionar em fracção, propriedade da Câmara Municipal, sita em Empreendimento de Habitação Social do Município, na freguesia de Fiães, resulta de um protocolo firmado entre a Administração Regional de Saúde do Centro/Sub-Região de Saúde de Aveiro e este Município.

*“Constituem objectivos do **GASJ**:*

- a) atender de forma confidencial, gratuita e desburocratizada adolescentes e jovens;*
- b) fornecer conhecimentos na área da sexualidade e da saúde em geral;*
- c) promover atitudes e comportamentos promotores de saúde;*
- d) contribuir para o aumento da capacidade individual de tomada de decisão e da recusa de comportamentos não desejados;*
- e) apoiar psicologicamente adolescentes e jovens com situações e comportamentos de risco; ” (Clausula II do Protocolo)*

As actividades desenvolvidas por este Gabinete são da competência da ARS cabendo à Câmara o apoio logístico ao desenvolvimento das actividades nomeadamente a cedência do espaço necessário ao desenvolvimento das actividades, o fornecimento dos recursos materiais necessários para a prossecução dos objectivos do Gabinete e apoiar na divulgação e promoção das actividades.

6. Migrações

O êxito de qualquer política de imigração mede-se através do grau de sucesso da integração dos imigrantes na respectiva sociedade, sendo certo que a estabilidade e a coesão das nossas sociedades beneficiam com a integração de nacionais de países terceiros e seus descendentes. Ao aderir à Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes, em 2006, o Município pretende contribuir para esta integração, sabendo que é no plano local que ela se processa, sendo para tal imprescindível o seu envolvimento.

Ao mesmo tempo, é importante referir também a abertura de um Posto de Atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), com vista a proporcionar um serviço em condições mais favoráveis para os imigrantes, nomeadamente no que respeita à proximidade da sua área de residência. Este serviço prestará os serviços de: prorrogação de permanência em território português; prorrogação de permanência em território nacional; concessão de autorização de residência; renovação de autorização de residência; autorização para o exercício de actividade profissional; visar passaportes.

De seguida apresentam-se as acções a desenvolver em 2007, pelos dois Gabinetes de apoio à população migrante, no concelho.

6.1. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes (GACE)

O Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes é um serviço criado em 2003, no cumprimento do Acordo de Cooperação celebrado a 12 Setembro de 2002 com a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas que tem como missão: Apoiar os munícipes que tenham estado emigrados, que estejam em vias de regresso, que queiram emigrar ou que ainda residam nos países de acolhimento.

Na sua actividade o GACE procede ao Atendimento, Apoio e Resolução de questões ligadas à área da emigração, nomeadamente na área da Segurança Social, Emprego, Educação, Cidadania, entre outras, a 80 utentes, em média, por mês.

Assim, pretende-se efectuar 2 Ciclos de debate, em parceria com as Comissões Locais Inter-Freguesia e Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas,

e abertos à comunidade em geral, com o propósito de sensibilizar para as problemáticas existentes em torno do fenómeno da emigração, e esclarecer os problemas sentidos pela população emigrante nos países de acolhimento e de origem, nomeadamente: acesso às pensões de velhice, de invalidez e outras pensões sociais; condições de trabalho e legislação laboral aquando pretendem emigrar.

A fim de permitir uma melhor compreensão sobre o fenómeno da emigração concelhia, de forma a serem desenvolvidas medidas que promovam a integração social, cultural, educacional e profissional, será dada continuidade à realização da base de dados estatísticos.

Por fim, e não tendo sido possível proceder à realização do Encontro entre Gabinetes de Apoio aos Emigrantes em 2006, pretende-se levar a efeito esta acção em 2007, sendo importante delinear estratégias futuras de integração social e inserção profissional da população regressada e emigrada, e ainda, estimular uma troca de experiência entre técnicos.

6.2. Centro Local de Apoio ao Imigrante – CLAI

Em 2007, o CLAI dará continuidade às acções que visem integrar social, profissional e culturalmente, a população imigrante a residir no nosso Concelho, nomeadamente: apoiar social, jurídica e profissionalmente nas situações de legalização de residência, em articulação com as entidades locais.

Será dinamizado o espaço multimédia, onde estarão disponíveis 2 computadores para utilização livre e gratuita, de forma a facilitar a comunicação dos imigrantes entre si e com os seus familiares que se encontram em seu país de origem, através da consulta de correio electrónico, bem como outros recursos (cassetes, CDs, revistas, entre outros).

De forma a facilitar a sua integração profissional e social na comunidade, serão organizados 2 Cursos de língua portuguesa e 1 de língua russa.

Será organizada uma Acção de Formação em Educação intercultural, por forma a proporcionar uma reflexão sobre o processo de aprendizagem intercultural, visando

discutir os desafios que se colocam perante a diversidade. Esta acção dirige-se especificamente a técnicos de intervenção, mediadores sócio-culturais, dirigentes associativos, técnicos e funcionários de diferentes organismos implicados no processo de acolhimento e integração de imigrantes, bem como jovens, estudantes e público em geral.

Pretende-se ainda, no período das férias escolares proporcionar às crianças e jovens imigrantes a ocupação dos tempos livres, facilitando assim o processo de adaptação cultural e potenciar as suas competências em prol de toda a comunidade, bem como a sua integração social e na comunidade. Será ainda prestado apoio técnico e logístico à **Associação de Imigrantes – Drujba**, na concretização das suas actividades, com vista à sua autonomização.

7. Banco Local de Voluntariado

Inaugurado em 2005 e como resultado de uma necessidade sentida pelas mais diversas instituições e serviços concelhios interessados em valorizar e promover o trabalho voluntário foi criado o Banco Local de Voluntariado de Santa Maria da Feira, constituindo o seu principal objectivo promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado.

Este Banco tem por base o estabelecimento de parcerias com o Centro Social de Souto, que disponibiliza uma psicóloga duas manhãs por semana para garantir o atendimento e encaminhamento dos voluntários e organizações, e a Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira que cede o espaço.

Em 2006 por questões de ordem logística, nomeadamente necessidade de mudança de instalações nem sempre foi possível cumprir o plano de actividades previsto, havendo no entanto actividades que se foram realizando e que irão ter um maior desenvolvimento em 2007:

- Acolher candidaturas de pessoas interessadas em fazer voluntariado, bem como receber solicitações de voluntários por parte de entidades promotoras;
- Proceder ao encaminhamento de voluntários para entidades promotoras de voluntariado;
- Acompanhar a inserção de voluntários nas entidades para onde foram encaminhados;
- Utilizar e difundir os suportes de informação normalizados pelo Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV);
- Divulgar projectos e oportunidades de voluntariado quer ao nível concelhio como a nível nacional;
- Disponibilizar ao público informações sobre voluntariado;
- Realizar um encontro de informação e sensibilização para a importância do voluntariado;

8. Rede Social

Traçado o diagnóstico da realidade social do Concelho e num momento em que a Rede Social se encontra a findar o Plano de Desenvolvimento Social, o ano de 2007 apresenta-se como um ano-desafio na medida em que serão delineadas as acções estratégicas, aplicando de forma transversal e abrangente várias políticas sociais, seguindo as directrizes traçadas no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2006-2008 e o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013, assim como o Plano Nacional de Emprego.

Após a apresentação do diagnóstico social do Concelho em reunião de plenário do Conselho Local de Acção Social, em 2006, o qual evidenciou quais os fenómenos sociais mais preocupantes e quais as necessidades mais prementes de serem resolvidas, torna-se agora necessário enveredar para um planeamento mais estratégico e participativo, que nos leve a uma forma organizativa sustentada, que nos permita ir mais além. A Rede Social é mais um contributo nesse sentido. Assim, em 2007, a Rede

Social, pretende alicerçar este projecto, integrando as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos vários sectores, numa acção concertada e coerente de desenvolvimento local, através da apresentação do Plano de Desenvolvimento Social para o Concelho e respectivo Plano de Acção para dois anos, tendo por base o Diagnóstico Social.

8.1. Encontro Concelhio da Rede Social

O encontro Concelhio da Rede Social destina-se a promover a reflexão sobre o desenvolvimento da rede, intercâmbio de boas práticas, discussão das principais conclusões da avaliação do ano anterior e discussão das linhas de acção para o ano em curso. Serão convidados a participar no Encontro, todos os agentes envolvidos na Rede Social. Pretende-se ao mesmo tempo incluir nesta iniciativa a troca de experiências com as Redes Sociais dos Concelhos de Entre o Douro e Vouga.

8.2. Sistema de Informação e Comunicação Integrado

Pretende-se com este sistema criar um conjunto de instrumentos que permitam não só a comunicação e circulação eficaz de informação entre as organizações e entre estas e a população, mas também a produção de informação pertinente e facilitadora do processo de avaliação, planeamento e tomada de decisão. Assim serão criados:

- Base de Dados dos Agentes Locais e das Respostas Sociais
- Sistema de Monitorização Social do território

8.3. Qualificação dos parceiros do CLAS

Esta área será fundamental, de forma a prevenir situações de ruptura e a qualificar as organizações parceiras. Esta medida deverá ser reforçada, devendo caminhar-se para a construção conjunta de planos de formação, que respondam às efectivas necessidades de modernização e qualificação das organizações concelhias.

Assim, em 2007, serão efectuadas duas formações, dirigidas a parceiros do CLAS nas áreas:

- Gestão de recursos humanos: comportamento organizacional e gestão administrativa de recursos humanos
- Gestão do tempo e conflitos laborais
- O trabalho em Rede – Metodologias Activas

8.4. Plano de Acção 2007-2009

A definição de um Plano de Acção para 2007-2009, constituirá um articular de esforços e vontades, traduzidos em planos de actuação, participados por diferentes entidades, que desenvolvem actividades específicas com os públicos onde se pretende intervir.

O papel da Rede Social será o de potenciar a operacionalização do Plano de Acção através da sensibilização das instituições para incluírem nos seus planos de actividade, acções que concorram para o Plano de Desenvolvimento Social.

8.5. Programa de Apoio e Acompanhamento às Comissões Sociais de Freguesia e Inter-Freguesias (CSF/CSIF)

Pretende-se ao nível das CSF/CSIF cumprir objectivos, sendo que os resultados da intervenção desenvolvida têm que produzir impacto nos territórios onde se intervém e na melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral, e dos mais carenciados, em particular. A afirmação das CSIF como espaços de promoção de projectos de âmbito territorial, que concorrem para o desenvolvimento local e que promovem o conhecimento e o interconhecimento continua a ser um processo a ser desenvolvido. Desta forma, será concluída a constituição de todas as CSIF/CSF.

A par destas actividades, será realizada formação em “Desenvolvimento Local e Comunitário” com o objectivo de atingir um desenvolvimento social local mais harmonioso, que responda efectivamente aos problemas das populações.

8.6. Boletim Social

Criar um novo canal de comunicação, com a comunidade em geral, constituindo simultaneamente um espaço de reflexão para a parceria do Concelho, promovendo trocas de experiências, de conhecimento e de saberes. Este Boletim terá uma edição semestral.

9. Observatório Social

O Observatório Social DIAS – *Diagnosticar, Identificar, Accionar e Solucionar*, no ano de 2007, pretende dar continuidade ao trabalho já iniciado, com o objectivo de contribuir para o planeamento estratégico do desenvolvimento social do concelho, através da elaboração de diagnósticos e estudos que permitam a detecção de potencialidades e/ou constrangimentos e a monitorização das áreas prioritárias de intervenção.

O Observatório, após uma 1ª fase de construção e sistematização dos indicadores sociais e tratamento dos dados recolhidos junto de diversas fontes nas áreas da Educação, Emprego/Desemprego, Comportamentos Desviantes, Família/Qualidade de Vida e População, encontra-se na fase de elaboração do modelo de apresentação dos indicadores. Assim sendo, as acções previstas para o ano de 2007 são:

- Constituição do Observatório Social on-line, com o IDIT, que colocará à disposição de toda a comunidade uma base de dados, constantemente actualizada, com os indicadores sociais considerados pertinentes, e que traduzam a dinâmica social do concelho, funcionando como uma base de trabalho sólida e eficaz para todas as instituições locais que trabalham na área do social. Para

além da base de dados, englobará também a carta social do concelho com os equipamentos sociais geo-referenciados, uma análise swot para cada uma das áreas consideradas, e a implementação de um sistema semáforo que sinalize as tendências evolutivas das diferentes áreas sociais do concelho.

- Elaboração de um dicionário social em duas edições, que permita a divulgação dos principais aspectos das problemáticas abordadas pelo Observatório.
- Realização de um fórum/workshop que potencie a participação dos diferentes agentes sectoriais locais, para a apresentação e discussão de estratégias que conduzam á resolução dos problemas locais.

10. Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências

O Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências, protocolado com o Instituto da Droga e da Toxicodependência teve o seu início em Abril de 2003 e terminus em Agosto de 2005. A partir desta data a Câmara Municipal em conjunto com os outros parceiros do Plano assumiram a continuidade das suas actividades centrais e que tinham até ao momento apresentado resultados mais eficazes. Desta forma no ano 2007 o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências entrará no seu 4º ano de implementação perspectivando-se algumas alterações no seu formato inicial.

A reformulação deste Plano continua a privilegiar os **princípios centrais** de acção que se inserem na **Estratégia Nacional Contra a Droga e Toxicodependência**:

- a lógica de solidificação e reforço do trabalho interinstitucional, tendo em vista a responsabilização e autonomização dos agentes significativos da comunidade
- a complementaridade e articulação entre os três projectos que constituem o Plano e os outros projectos promovidos pela autarquia
- a necessidade de uma resposta eficaz, potenciadora dos recursos existentes, integrada e global na área da prevenção no concelho, tendo em conta a multiplicidade e a complexidade das situações associadas ao fenómeno da toxicodependência

Os seus **objectivos gerais** são os seguintes:

- Sensibilizar a comunidade para a problemática do consumo/tráfico de drogas;
- Identificar necessidades sentidas pela população/instituições do concelho;
- Desenvolver conhecimentos/competências sobre as temáticas das toxicodependências e da prevenção;
- Reforçar factores protectores da toxicodependência e minimizar factores de risco;
- Encaminhar situações específicas para os serviços adequados;
- Apoiar o desenvolvimento de estratégias de prevenção;
- Promover competências pessoais, sociais e parentais;
- Desenvolver competências de animação e dinamização com a finalidade de autonomizar os destinatários.

Relativamente às **modalidades de intervenção** o Plano Municipal, este divide a sua acção em dois grandes campos: a intervenção directa com os destinatários; e a consultadoria junto dos agentes significativos da comunidade no âmbito da Prevenção Primária das Toxicodependências.

Os **destinatários** das suas actividades são: Crianças, Adolescentes, Jovens, Pais, Famílias, Auxiliares de Acção Educativa, Professores, Dirigentes Associativos, Responsáveis por Espaços de Lazer Nocturno, Voluntários, comunidade em geral. Quanto aos **contextos de intervenção** continua-se a privilegiar o Familiar, Escolar e Espaços de Lazer, recreativos e desportivos. Neste novo formato o Plano passa a ter uma abrangência concelhia.

Ao longo do ano 2007 serão abertas candidaturas aos Programas PORI (Plano Operacional de Respostas Integradas) e PIF (Programa de Intervenção Focalizada) promovidos pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência.

Serão desenvolvidas as seguintes actividades, em 2007:

- Clube de Pais (Janeiro-Dezembro)
- Aconselhamento Parental (atendimento e acompanhamento das famílias) (Janeiro-Dezembro)
- Linha Telefónica de Apoio às Famílias (Janeiro-Dezembro)
- Acções de Sensibilização nas Escolas (Janeiro-Dezembro)
- Actividades Lúdico-Desportivas (Janeiro-Dezembro)
- Atendimento e acompanhamento a jovens (Janeiro-Dezembro)
- Dinamização e Formação de Jovens Mediadores (Janeiro-Dezembro)
- Acções de sensibilização dinamizadas pelos Jovens Mediadores Sociais e Pais (Janeiro-Dezembro)
- Performances teatrais com jovens e pais no âmbito da temática para apresentação à comunidade em geral (Janeiro-Dezembro)
- Concurso Fotográfico “Riscos e (In)Dependências” – 2ª edição (Janeiro-Abril)
- Formação
- Serviços de consultoria na área da Prevenção Primária das Toxicodependências (Contexto Familiar, Escolar e Espaços de Lazer, recreativos e desportivos) junto das instituições/população do concelho.

11. Projecto DIREITOS & DESAFIOS II

PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento

O Projecto “*Direitos & Desafios*” resultou da candidatura efectuada ao Programa PROGRIDE (Programa para a Inclusão e Desenvolvimento do I.S.S.), com início em Setembro 2005 e terminus em 2009. Este projecto tem como entidade promotora a Câmara Municipal e entidade executora a Associação Pelo Prazer de Viver, encontra-se no seu 2º ano de implementação e norteia-se pelos **objectivos centrais** do programa financiador:

- promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas
- combater o isolamento, a desertificação a exclusão em zonas deprimidas
- intervir junto de grupos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes

Tendo em conta estes objectivos centrais o projecto “Direitos & Desafios” tem prevista a continuidade da execução, ao longo do ano de 2007, das seguintes **acções**:

11.1. Mercado da Solidariedade

Esta estrutura, através de apoio alimentar, procura responder às necessidades de situações de pobreza extrema e contribuir para a plena integração económica e social na comunidade, de grupos de população mais vulneráveis. O Mercado promove: campanhas de recolha de alimentos, estabelecimento de protocolos com empresas da área alimentar, acondicionamento e distribuição de produtos alimentares através de organizações intermediárias que trabalham directamente com a população (o Mercado conta com a colaboração de 17 instituições intermediárias). Este trabalho tem como base uma forte componente de voluntariado é procura responder a situações de emergência de uma forma rápida e flexível. O Mercado teve o início da sua actividade em Dezembro de 2005 e até ao momento apoiou 280 famílias, o que perfaz na sua totalidade 773 indivíduos. Estas famílias pertencem a 10 freguesias do concelho.

11.2. Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica / Espaço Trevo

Este gabinete assenta numa abordagem multidisciplinar, passando pelo atendimento, acompanhamento psicológico e consulta jurídica a situações de violência doméstica. A sua acção estará vocacionada para a intervenção com vítimas, nomeadamente mulheres, homens e crianças.

Após a sua abertura em Janeiro de 2006, o gabinete registou o atendimento nas suas diferentes vertentes de 59 situações, que correspondem a 96 indivíduos - 35 situações

procuraram apenas informações, 31 acompanhamento psicológico e 20 apoio jurídico. Estas situações são oriundas de 23 freguesias concelhias e 2 concelhos vizinhos. No que se refere à prevenção da violência doméstica o gabinete desenvolveu intervenção junto de 208 jovens do 9º ano de escolaridade de duas escolas concelhias.

No ano 2007 o gabinete propõe-se intervir junto de agressores, depois das situações devidamente avaliadas, com a finalidade de promover comportamentos mais adequados, nomeadamente o auto-controlo e a impulsividade. Relativamente às campanhas de prevenção de violência doméstica dirigidas a crianças e jovens, bem como campanhas de sensibilização dirigidas a toda a comunidade, está prevista a sua continuidade após a avaliação da eficácia da intervenção realizada em 2006. Ainda durante o próximo ano será estudada a possibilidade com a GNR, PSP, Câmara Municipal e Entidade que tenha experiência de trabalho nesta área, de encontrar uma habitação para responder a situações limite de violência que ocorrem durante a noite, não sendo possível accionar os recursos existentes que tem um funcionamento predominantemente diurno.

11.3. Direitos e Desafios Virtual

Em 2007 pretende-se criar um portal que sistematize o conjunto de recursos e instrumentos disponíveis a nível social e de cidadania com enfoque a nível concelhio (serviços públicos, IPSS's, e respectivos serviços e valências, indicando a existência ou não de vagas, com possibilidade de pré inscrição on-line; ONG's, Grupos Informais).

11.4. Serviço Âncora

Este serviço procura ser uma resposta para as famílias do nosso concelho que apresentam pobreza persistente, permitindo dar uma resposta imediata a situações de alto risco como: necessidade de alojamento temporário, necessidade de apoio ao nível da medicina dentária, necessidade de apoio ao nível de pagamento de dívidas, aquisição de medicamentos essenciais para o bem-estar, nomeadamente das crianças e idosos. Este serviço contará ainda com um Centro de Recursos para a Saúde dotado de artigos

para a reabilitação e cuidados continuados, sendo estes cedidos a título de empréstimo às famílias carenciadas, bem como às instituições que desenvolvem trabalho nesta área. Durante 2006 o serviço âncora prestou apoio pecuniário a 10 famílias e apoio ao nível da medicina dentária a 33 jovens.

11.5. Programa de Ecoformação

Com este programa pretende-se realizar uma experiência piloto a nível concelhio com o apoio do Pelouro do ambiente do município. Propõe-se a realização em alguns empreendimentos das seguintes actividades: construção de compartimentos colectivos de armazenamento de resíduos, produção de um manual de utilização realizado em conjunto com as famílias, sessões de sensibilização relacionadas com a questão dos resíduos sólidos, produção de material pedagógico para apoio às acções, realização de um concurso relacionado com a limpeza dos compartimentos e dos espaços verdes envolventes, organização de visitas aos aterros sanitários.

11.6. Jardins para a Inclusão

Nesta acção irá continuar-se a proceder ao restauro de uma habitação inserida numa zona verde, em completo abandono paisagístico, para aí funcionar um Centro de Recursos Pedagógicos. Prevê-se como actividades a criação de oficinas temáticas na base da educação ambiental e pela arte. Este espaço será dirigido a jovens em situação de insucesso e abandono escolar, bem como aos jovens em geral, permitindo a construção de projectos pré-profissionalizantes tendo em conta os seus interesses. Ao longo do ano 2006 esta acção funcionou nas instalações da Oficina de Ideias tendo desenvolvido trabalho junto de 18 jovens e 10 pais.

11.7. Programa Cegonha & Companhia

Com este programa de Educação para a Saúde Materno-Infantil, desenhado em parceria com o Centro de Saúde de Sta. Maria da Feira, pretende-se continuar a promover a formação parental pré e pós parto. Desta forma procuram-se evitar situações, como a depressão pós-parto, negligência parental entre outros riscos associados à educação dos filhos. Esta acção dirige-se não só às mães ou futuras mães mas também a pais. Ao longo do ano 2006 foi realizado um curso com a participação de 4 indivíduos.

11.8 Agência Local em Prol do Emprego

Esta agência funciona de uma forma integrada assumindo os seguintes serviços: atendimento, acompanhamento e encaminhamento à população desempregada, serviço de orientação profissional, serviço de assessoria (contabilidade, gestão, marketing), formação para jovens desempregados e/ou à procura do 1º emprego e desempregados de longa duração, serviço de apoio ao empreendedorismo (criação de auto-emprego e micro-iniciativas). Os seus objectivos centrais são: reforçar a componente educação/formação ao longo da vida, consolidar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas por via formal e informal. Nesta estrutura funciona ainda um Centro de Recursos com acesso gratuito à Internet, disponível a este público.

Após a sua abertura em Janeiro de 2006, a ALPE conta neste momento com 749 inscrições, 25 processos em acompanhamento técnico para a criação do auto-emprego, colocou directamente no mercado de trabalho de 31 indivíduos, 28 indivíduos em formação profissional e 60 em processos de validação de competências (dados actualizados em Setembro de 2006).

Pelouro Planeamento e Urbanismo

Promover cada vez mais a qualidade de vida e o desenvolvimento urbano

As importantes mudanças empreendidas na área do planeamento e urbanismo, cujos efeitos só podem ser visíveis parcialmente, têm como objectivo central a introdução de uma cultura de desburocratização, mudança, modernização, inovação, diálogo e uma permanente preocupação com a qualidade.

Esta cultura, passará ainda pela especialização e integração simultânea de todas as actividades inerentes à prática urbanística, nomeadamente o planeamento, a gestão urbanística, informação territorial ou urbana e atendimento geral.

Nesse sentido, tem vindo a ser implementado um conjunto de iniciativas que visam não só facilitar uma maior integração entre as valências de planeamento, gestão e informação urbana, num quadro mais vasto de melhoria da eficiência, desburocratização e transparência, assim como responder eficazmente às alterações legislativas em curso – quer no que se refere ao quadro mais geral das competências das autarquias, quer no que se refere especificamente às matérias de planeamento e gestão urbanística.

Assim, o novo modelo de organização visa corresponder, simultaneamente, a dois objectivos: melhoria da eficiência dos serviços, assegurando uma boa resposta às necessidades dos cidadãos e investidores e, acima de tudo, a salvaguarda do interesse público/colectivo e qualidade de vida dos cidadãos, o que passa pela promoção da boa integração urbanística, qualidade arquitectónica e construtiva no concelho.

A actividade de planeamento urbanístico também pressupõe, necessariamente, a existência de mecanismos que permitam acompanhar e perspectivar as tendências de desenvolvimento do concelho, além da disponibilidade, como suporte, de avançados sistemas de informação.

Estruturar o território. Um concelho cada vez com menos assimetrias

O Município coloca a política do urbanismo e do ordenamento do território no centro da estratégia de desenvolvimento do concelho.

Pretende-se fazer de Santa Maria da Feira um concelho cada vez mais equilibrado e coeso territorialmente, onde os seus habitantes tenham cada vez maior qualidade de vida e as diversas actividades se desenvolvam no respeito por valores humanos.

Assim, prosseguiremos um forte empenho na condução de uma política urbanística de exigência, rigor e qualidade, de forma a promover cada vez mais o ordenamento sustentável do território municipal.

A aposta na qualificação dos espaços públicos, criando ou renovando espaços de vivência colectiva, assume-se, cada vez mais, como uma acção estratégica e essencial na afirmação de Santa Maria da Feira como “um bom Concelho para viver”.

Assumir o papel do espaço urbano nas dinâmicas de inclusão, desenvolvimento e criação de novas oportunidades

O espaço público é o local privilegiado de cidadania, no qual se deve proporcionar um contexto favorável à diversidade, factor essencial e indispensável ao desenvolvimento económico e social de cada região.

Mas também é no espaço público que podem emergir fenómenos sociais indesejados como a exclusão social, a degradação do meio ambiente ou a criminalidade. Cabe aos poderes públicos anular, minimizar ou precaver esses fenómenos ameaçadores do equilíbrio social e do desenvolvimento humano.

Embora esses fenómenos não sejam particularmente evidentes em Santa Maria da Feira, entendemos que ao nível do Planeamento e do Ordenamento do Território muito pode ser feito para continuar a promover a coesão social.

Assim, mantendo e reforçando o rumo que vem sendo seguido, no âmbito do Planeamento e Urbanismo vão ser realizados estudos, planos e intervenções urbanas tendo sempre presente a necessidade de conjugação da sua natureza de concelho dinâmico, activo, empreendedor, de vocação regional e europeia promovendo a qualidade de vida.

Este compromisso expressa-se marcadamente em 15 acções:

I. O Plano Director Municipal é um instrumento fundamental para o futuro do município, na medida em que estabelece o modelo de estrutura espacial do território concelhio, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência a nível local. Assim, uma das principais apostas da Câmara Municipal na área do Ordenamento do Território e das políticas municipais em geral é a revisão do PDM. O ano de 2007 será marcado pela conclusão da proposta final e pela recolha de pareceres e concertação com as entidades externas de forma a obter-se a convergência de interesses e soluções.

II. Consolidação da imagem de afectividade, humanismo, tradição e modernidade como factor crítico para a atracção urbana, económica e turística;
Esta acção passa pela continuidade no desenvolvimento de estudos e planos urbanísticos que reflectam oportunidades para novos olhares e aprendizagens sobre a região;

III. Desenvolvimento da política de requalificação urbana, programando e promovendo intervenções no tecido urbano, através de Planos de Urbanização, Estudos Urbanísticos e Projectos de (Re) Qualificação Urbana;

IV. Promoção de intervenções que valorizem a mobilidade do cidadão com deficiência, desenvolvendo projectos para eliminação de barreiras arquitectónicas nos percursos pedonais e espaços públicos existentes;

V. Reforço das opções de mobilidade ambiental menos agressivas para as pessoas, através da criação de ciclovias e da renovação e criação de novas áreas pedonais;

VI. Promoção de estudos que permitam uma melhor mobilidade de tráfego, como factor crítico no desenvolvimento do concelho, assegurando bons níveis de fluidez, estacionamento, pedonização e transportes colectivos, numa lógica de integração, complementaridade e planeamento, colocados ao serviço da qualidade de vida dos cidadãos.

VII. Favorecer a actividade industrial, planeando, projectando e apoiando a implementação dos Parques Empresariais PERM e PEC, bem como de outras zonas ou parques industriais, assentando sempre no conhecimento da realidade do nosso tecido industrial.

VIII. Criação de um plano de modernização do comércio, em parceria com associações locais, que favoreça a modernização do comércio tradicional, como pólo fundamental para a revitalização dos centros urbanos;

IX. Continuação do projecto do Parque Urbano da Cidade – Rossio, encosta das Guimbras e Rio Cáster;

X. Conclusão do projecto de criação de percurso pedonal entre a cidade de Santa Maria da Feira e Lourosa;

XI. Elaboração de Plano Estratégico potencie a relação da cidade de Santa Maria da Feira com o Europarque, antecipando o impacte da sua expansão, onde se definam também novos cenários de oportunidade, crescimento e desenvolvimento do todo concelhio.

XII. Elaboração de um Atlas Municipal como documento de referência com a caracterização dos aspectos geográficos sociais e económicos do concelho no início do

séc. XXI. Grande parte deste trabalho já se encontra elaborado. Importa por isso, que o mesmo seja organizado de modo a servir de base a uma publicação em Cd-rom.

Este documento, constituirá um rigoroso diagnóstico das características físicas do território concelhio, em termos de relevo, hidrografia, geologia, ocupação do solo e constrangimentos ambientais e, naturalmente, os seus aspectos demográficos, sociais e económicos.

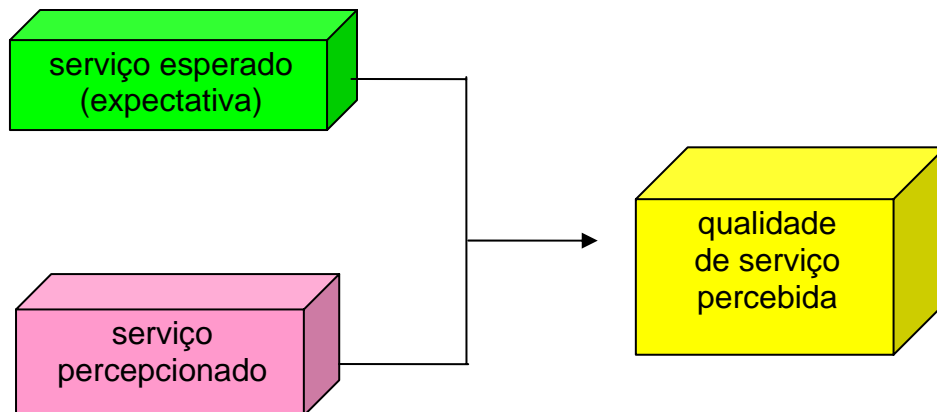
XIII. Elaboração de um Plano Rodoviário Municipal, devidamente articulado com o Plano Director Municipal, que defina a estratégia de desenvolvimento da rede viária a médio e longo prazo, nomeadamente a sua interligação com a rede rodoviária nacional e a definição dos investimentos prioritários. Continuar a desenvolver o projecto “Você Está Aqui” apesar de não ser de momento possível recorrer a candidaturas para o seu financiamento, esperando novas janelas de oportunidade que levem à implementação deste projecto.

XIV. Valorização dos espaços públicos nas freguesias situadas fora do perímetro urbano da sede do concelho

XV. Prosseguir na elaboração de Estudos, Projectos e Planos de Urbanização/Pormenor, submetendo-os ao parecer dos diversos organismos da Administração Central, quando da lei, decorra tal obrigação;

GAU – Gabinete de Atendimento Urbano

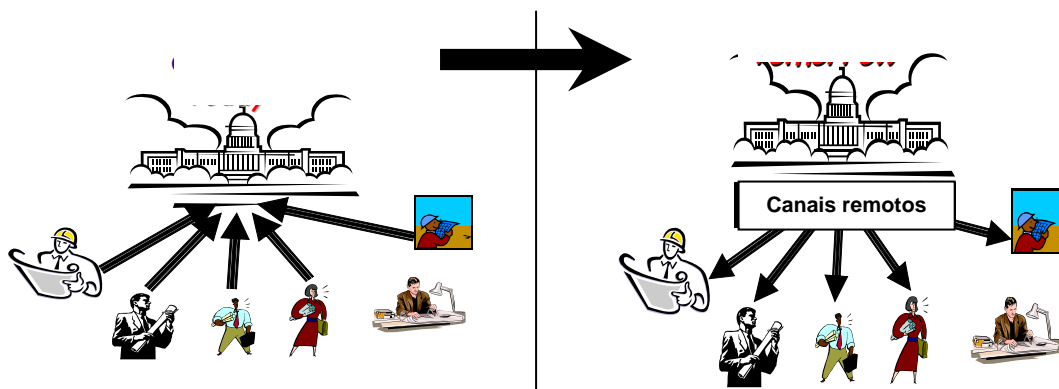
Aumentar os níveis de satisfação do munícipe avaliando o grau de qualidade do serviço pelos seus utilizadores. A importância da avaliação da satisfação do cidadão/cliente advém da necessidade de aumentar a qualidade no sector público e portanto medir o seu grau de eficácia na prestação desses serviços com vista à melhoria do fornecimento dos mesmos. Assim, podemos definir qualidade como o grau de satisfação das necessidades ou das expectativas do utente.



Legenda: Formulação da opinião sobre a qualidade de um serviço: diferença entre qualidade esperada e qualidade recebida.

O conceito de *qualidade do serviço público* traz consigo instrumentos importantes de gestão de marketing, como a adopção de uma nova atitude face ao cidadão/cliente, a auscultação do utente, a aplicação de métodos de trabalho mais eficientes e eficazes, a melhoria permanente de processos, a produção de indicadores de avaliação e o controlo de resultados, pelo que nos propomos fundamentalmente desenvolver **3 novas acções**:

I. Melhorar a eficiência do processo de atendimento presencial redimensionando o serviço de atendimento com base na análise dos indicadores do desempenho do Gabinete de Atendimento Urbano. A opção pelo aumento do número de postos de atendimento deve ser encarada, exclusivamente, como uma solução temporária, que apenas se manterá, enquanto a implementação estruturada dos canais remotos não se verificar. Uma vez que, a estratégia de evolução que se pretende para o GAU passa precisamente por, no médio prazo, inverter a situação actual, ou seja, que as formas de atendimento mais utilizadas pelos utentes deixem de ser a via presencial passando o maior peso a incidir sobre outros canais colocados à sua disposição.



Legenda: tendência de médio prazo no fornecimento dos serviços do pelouro

A **automatização do registo de entrada de requerimentos** será outra das formas de agilizar o fornecimento do serviço consiste na introdução de um sistema automático de registo de requerimentos, composto por um scanner e um software de leitura de dados. A introdução deste tipo de equipamento implica por um lado, a redefinição dos formulários de entrada dos pedidos, bem como, uma acção de comunicação dirigida aos utilizadores do serviço das alterações produzidas nos formulários e consequente modificação na instrução dos pedidos. Os efeitos da operacionalidade deste projecto traduzem-se em melhorias, nomeadamente, na redução dos tempos de registo e diminuição dos tempos médios de atendimento. Outra vantagem consiste no facto dos erros gerados diminuírem. Desta forma é possível libertar o operador de tarefas que não são críticas, do ponto de vista do atendimento, ficando este mais disponível para os esclarecimentos necessários com vista a um atendimento com qualidade.

II. Melhorar a comunicação com o município com a introdução de novos canais de comunicação, Cada vez mais os cidadãos esperam do sector público um relacionamento semelhante ao do sector privado, nomeadamente ao nível das formas de comunicar. Verifica-se actualmente uma massificação dos canais remotos, como é o caso, por exemplo, da Internet. A nossa sociedade carece actualmente de um bem que é precioso mas, que também, cada vez mais escasso, o tempo! A adaptação do sector público a esta realidade é inevitável.

Partindo desta necessidade, no ano de 2007 serão colocados à disposição do município os seguintes canais: *Internet, telefone, correio electrónico e sms*. Canais esses mais cómodos e rápidos.

No entanto, apesar destas vantagens não podemos descurar a especificidade de cada um, pelo que será desenvolvido um profundo trabalho de estruturação dos mesmos, tanto ao nível do estudo e definição de conteúdos, como de processos e infra-estruturas. Este trabalho vai remeter-nos para a resposta às questões do tipo “o quê?”, “como?” e “quando?”. [que conteúdos/em que canal/em que momento]

Ainda neste âmbito serão preparadas e realizadas campanhas de divulgação dos mesmos.

III. Gestão da comunicação aposta na consistência da informação que é veiculada nos canais de interacção com o utente

O atendimento ao cidadão não pode ser dissociado da necessidade da existência de uma informação consistente e integrada.

Partindo deste princípio, será dada continuidade, ao já iniciado, guia de atendimento urbano, enriquecendo-o com informação estruturada que sirva de base aos operadores de atendimento e que constitua para a organização uma base do conhecimento.

Neste âmbito, será ainda prevista formação a estes colaboradores com vista ao alinhamento de todo o *front-office* garantindo que a informação transmitida é, na sua essência, a mesma independentemente de quem a veicula.

Fiscalização:

Depois da reformulação do sector de fiscalização operado e já consolidado, prosseguimos nos objectivos anteriormente traçados e desenvolvemos um novo programa/objectivo.

I. “Programa de Fiscalização e Vigilância aos Estabelecimentos de Produtos alimentares” que será levada a efeito em conjunto com a Autoridade de Saúde Concelhia, sendo realizadas visitas aos estabelecimentos com a elaboração de um relatório, onde se enumeram as deficiências detectadas, e dado um prazo para correcção das mesmas (de acordo com os dados disponíveis, o número de estabelecimentos de restauração e padarias/pastelarias é aproximadamente de 1300).

Este projecto terá uma função preventiva e pedagógica, pretendendo atingir os seguintes **cinco objectivos:**

1. **Criação de melhores condições dos serviços** prestados de forma a garantir uma melhor segurança aos consumidores;
2. **Realização de uma acção pedagógica** junto dos responsáveis dos estabelecimentos;
3. **Distribuição de uma brochura de recomendações** de boas práticas de higiene e segurança alimentar;
4. **Levantamento e actualização da base de dados** dos estabelecimentos de restauração e de padarias/pastelarias do Concelho;
5. **Fomentar uma concorrência saudável.**

Sistema Municipal de Informação Geográfica

A Divisão de Informação Geográfica foi criada com o objectivo estratégico de promover a troca e partilha de informação organizada e georeferenciada pelos serviços, de forma a melhorar o desempenho das suas funções.

Gabinete do Sistema Municipal de Informação Geográfica é responsável pela recolha de informação (cartográfica e alfanumérica), estruturação e normalização da mesma, recolha de registos fotográficos e disponibilização dessa informação para os restantes serviços da câmara.

Gabinete de Cartografia, Cadastro e Topografia realiza levantamentos topográficos, autos de implantação de obras, actualizações da cartografia de base e implantação de alinhamentos/piquetagem.

Posto de Informação Geográfica de atendimento ao munícipe está localizado no GAU (Gabinete de Atendimento Urbano) e trabalha com uma aplicação em ambiente SIG, o GeoPlots. Neste posto são fornecidas plantas topográficas a diversas escalas, mapas temáticos, ortofotomapas e PDM. Estas plantas topográficas são dinâmicas, ou seja, os processos urbanísticos, edifícios, novas vias inseridos no SMIG num determinado dia aparecem nas plantas fornecidas no dia seguinte.

Após a conclusão da primeira fase que incluía a criação e estruturação da informação geográfica, estão reunidas as condições para a expansão das ferramentas SIG pelo que se **definiu um novo objectivo:**

I. Disponibilização do SMIG a todos os técnicos da Câmara atendendo a que o desenvolvimento urbano se caracteriza por uma crescente complexidade de problemas colocados aos gestores e técnicos, por um aumento das exigências da qualidade dos serviços prestados pelas entidades gestoras e, não menos importante, por exigências de uma gestão orçamental eficaz. A abordagem destes aspectos requer, numa perspectiva moderna, uma análise integrada dos problemas do desenvolvimento autárquico, aos

níveis do planeamento, da coordenação e da gestão. Dada a natureza, dimensão e número de premissas em jogo, trata-se de matéria que se reveste de complexidade crescente, para dar resposta às crescentes exigências qualitativas e quantitativas da gestão autárquica.

Um conjunto de aplicações permitirão, no próximo ano e de uma forma gradual, difundir o uso da elevada quantidade de informação geográfica já existente na DIG a toda a câmara municipal. Estas aplicações visam atingir **três grandes objectivos**:

1. **Aumento da eficácia** na manipulação e na transmissão de informação entre departamentos da câmara municipal, com a consequente racionalização de recursos em meios humanos e financeiros com a implementação destas novas tecnologias;
2. **Conhecimento integrado e detalhado** da informação geográfica, o que garante uma maior eficácia na análise dos problemas que se colocam, nomeadamente nos que se referem à exploração dos mesmos;
3. **Padronização dos fluxos de informação** alfanumérica e geográfica, sendo bem definidos os procedimentos e os níveis de responsabilidade dos técnicos afectos à recolha, ao processamento, à análise e à saída de resultados.

Para que seja possível disponibilizar aos técnicos municipais a informação SIG existente na Divisão de Informação Geográfica será necessário adquirir uma ferramenta cuja camada aplicacional constituirá o esqueleto sobre o qual assentam as várias aplicações SIG descritas de seguida (*GeoPortal*). Esta ferramenta de gestão e administração das aplicações SIG permitirá aos técnicos da DIG efectuar a configuração e parametrização das aplicações SIG e dos respectivos conteúdos, sem necessidade de recorrer a terceiros.

Pretende-se que sejam desenvolvidas **seis novas acções**:

- 1. Gestão e Licenciamento Urbanístico** - esta funcionalidade permitirá gerir e manipular informação sobre processos de obras e loteamento, através da integração com o sistema ERP (Nortear/SIGMA) já existente na câmara municipal. Esta aplicação permitirá uma maior celeridade no tratamento dos processos urbanísticos dando cumprimento aos prazos mais curtos impostos pela actual legislação, aceder geograficamente às diferentes fases de licenciamento de um projecto, e ter sempre disponível toda a informação geográfica necessária para análise dos processos urbanísticos, nomeadamente as cartas de condicionantes e zonamento do PDM, os planos de urbanização/pormenor e outros estudos.
- 2. Gestão do Cadastro e Património** - Permitirá gerir e manipular informação referente ao cadastro e património municipal. Pretende-se fazer a integração com o sistema de informação já existente na câmara municipal relativo à gestão do Património. Esta ferramenta dotará o Município de uma poderosa ferramenta de análise e apoio à decisão para gerir e desenvolver o património imobiliário municipal.
- 3. Gestão da Publicidade** - Com esta funcionalidade será possível gerir todos os contratos celebrados entre a câmara municipal e entidades externas relativos à publicidade. Além disso, permitirá identificar os diferentes locais de instalação dos painéis publicitários, o seu conteúdo, duração do contrato, etc.
- 4. Gestão do Equipamento e Espaço Urbano** - Esta ferramenta permitirá gerir e manipular informação geográfica e alfanumérica referente ao equipamento e espaço urbano. Pretende-se fazer a integração com os sistemas de informação já existentes relativos à gestão do equipamento escolar, desportivo, cultural, religioso e de saúde.

5. Disponibilização de informação geográfica aos municípios - Serão definidas e implementadas um conjunto de funcionalidades de carácter geográfico, a disponibilizar no portal do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, que permitirão disponibilizar um conjunto de serviços úteis ao cidadão e entidades externas:

- **Colocação *on-line* da página de mapas interactivos do SMIG** - Para tal será necessário proceder à finalização e adaptação da página de *internet* do SMIG (já desenvolvida) para integração no portal do Pelouro do Planeamento e Urbanismo. Esta adaptação prende-se com a uniformização da imagem do site já existente no SMIG com a do portal a desenvolver para o pelouro e com a estruturação de *links* de ligação das duas plataformas *web* já mencionadas.

6. Colaboração nos Projectos EDV Digital – “Portal SIG” e EDV Digital – “GeoInvest” - *Acompanhamento e fornecimento de informação para os projectos “EDV Digital – Portal SIG” e “EDV GeoInvest – Sistema de Informação Georeferenciada de Apoio ao Investimento e Desenvolvimento da NUT Entre Douro e Vouga”.*

Outros projectos:

De forma a dar continuidade ao trabalho já efectuado pelo Gabinete Municipal de Informação Geográfica prevê-se que no próximo ano sejam desenvolvidos os seguintes novos projectos:

- **Desenvolvimento de uma base de dados SIG dos levantamentos topográficos e planos de alinhamento**
- **Novas metodologias de actualização cartográfica**
- **Levantamentos geográficos de informação temática**

Projecto Nortear – permitiu-nos a tramitação e gestão de processos de obras e loteamentos em formato digital, desde Agosto de 2005, sendo reconhecido como um projecto inovador e pioneiro na gestão autárquica.

A consolidação deste projecto permite-nos avançar no próximo ano para o relacionamento com entidades externas ao Pelouro com recurso ao mesmo tipo de meios, nomeadamente as Juntas de Freguesia e as entidades externas (EDP, Protecção Civil, Governo Civil, CCDRN, etc...).

Durante este período continuaremos a introduzir melhorias às já soluções implementadas de modo a apurar o modelo final introduzindo novas funcionalidades, e cada vez maior grau de satisfação dos utentes.

- **Ligação de Arquivos I II e III ao Nortear / Controlo de Saída/Entrada de Processos nos Arquivos** – Existindo ainda neste momento uma grande quantidade de processos em papel distribuídos pelos vários arquivos do Pelouro, existe a necessidade de os solicitar aos arquivos, o que origina registos de tramitação, muitas das vezes sem recurso a qualquer registo informático, com a agravante de dois destes arquivos se situarem noutras instalações.

Pretende-se com a implementação deste projecto, a ligação em rede dos vários arquivos ao edifício do Pelouro de Planeamento e Urbanismo, e colocação em funcionamento do sistema Nortear nos mesmos. Desta forma será possível realizar todos os pedidos de processos e registo de tramitação na aplicação Nortear, aumentando o controlo de acesso aos processos, eventuais extravios dos processos, assim como, a possibilidade de realizar os pedidos de informação ao arquivo de processos que se encontram em tramitação no Nortear, o que irá dar origem a informações directamente registadas no Nortear, sem necessidade de recorrer a actual digitalização de documentos internos.

- **Digitalização de Processos em Histórico** – Sendo um dos objectivos do Pelouro a diminuição da tramitação de processos em papel, pretende-se com a implementação deste projecto a digitalização gradual dos processos em papel anteriores a Agosto de 2005 existentes em arquivo, de modo a eliminar gradualmente a sua tramitação.

Projecto Portal de Serviços de Urbanismo On-Line – depois de suspendermos o projecto para enquanto não se consolidava o Nortear, chegou agora a altura de tirar partido das potencialidades da Internet abrindo um novo canal de interacção com o município que procura os serviços do Pelouro. Este canal vai elevar ainda mais a transparência relativa à actividade urbanística pois poderão visualizar publicamente todos os pedidos de informação prévia, licenciamentos ou autorizações, devidamente georeferenciados, e saber qual o estado do pedido, ou saber o que está licenciado ou previsto para determinado terreno, Freguesia ou para o Concelho. A título exemplificativo, refira-se que já todos passaram em locais onde estavam a decorrer obras, sem saber se as mesmas se encontram licenciadas ou autorizadas. Futuramente poder-se-ão certificar em sua própria casa. Assim **cada município poderá transformar-se numa entidade fiscalizadora**. Por outro lado, o município poderá consultar, mediante autenticação por palavra-chave, os processos de obras e loteamentos que a ele digam respeito, saber em que fase de análise está o seu processo, verificar prazos, pareceres técnicos, pedir certidões e/ou plantas, pagar taxas e submeter/instruir requerimentos aos serviços do Pelouro, o que contribuirá significativamente para descongestionar os serviços de atendimento camarários e facilitará as tarefas do município, que poderá dispor de ferramentas de facilitação das suas tarefas nomeadamente formulários electrónicos. O acesso aos conteúdos dos processos poderá ser igualmente disponibilizado às entidades responsáveis pelas especialidades e/ou infra-estruturas envolvidas assim como, às Juntas de Freguesia.

Certificação e Qualidade dos Serviços de Urbanismo - A implementação deste processo, orientado por objectivos de racionalização de procedimentos e de tramitação de todos os processos, sofreu uma pausa dada a implementação de novas ferramentas tecnológicas associadas a novos procedimentos e métodos de trabalho. Um processo perfeitamente definido e delineado que teve que aguardar o arranque em produtivo dos projectos supra referidos com os quais está intimamente relacionado.

Pelouro de Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente

Na sequência das grandes linhas de orientação estratégica definidas no início do actual mandato, cabe ao Pelouro das Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente, concretizar no terreno as obras necessárias.

Assim, os trabalhos relativos ao Saneamento Básico são o grande factor de mobilização do sector, conforme se pode analisar mais detalhadamente adiante, merecendo ainda especial atenção a problemática da drenagem de águas pluviais que merecerá um estudo específico tendo como objectivo a definição de uma actuação programada e planeada ao longo dos anos.

Simultaneamente e tendo em conta o desenvolvimento económico necessário à competitividade do nosso território e à empregabilidade, vai iniciar-se a construção da Via de Acesso ao Parque Empresarial da Cortiça, com um custo de cerca de 2 milhões de euros (sem contabilização dos custos dos terrenos), prosseguindo também os trabalhos necessários ao arranque do P.E.R.M..

Tendo em conta a aprovação da Carta Educativa e as grandes linhas de orientação do próximo quadro comunitário de apoio – o Q.R.E.N. – a Educação, sendo já uma aposta estratégica do município, merecerá uma especial atenção ao nível do edificado e da reconversão do parque escolar, que permita uma melhor resposta às alterações que estão a ser implementadas ao nível dos horários escolares e actividades lectivas.

Seguidamente apresentamos as principais obras e projectos a iniciar ou prosseguir em 2007.

1. Projectos e Obras Municipais

Escolas

Conforme já foi referido as alterações ao nível dos horários escolares e actividades lectivas acentuam a necessidade de adaptação do parque escolar, havendo nalguns casos necessidade de avançar com a construção de núcleos escolares. Atendendo ao enorme esforço financeiro que a resposta às necessidades exige, as intervenções serão efectuadas faseadamente, prevendo-se para o próximo ano o arranque da construção dos Núcleos Escolar de Mosteirô, do Murado – Mozelos e da Gesteira 2 – S. João de Ver.

Simultaneamente será feita a recuperação e ampliação de algumas escolas mais degradadas e que têm funcionado em regime de desdobramento:

- E.B.1 de Outeiro – Rio Meão;
- E.B.1 de S. Domingos – Argoncilhe;
- E.B. 1 de Vendas Novas – Fiães;
- E.B.1 de Cavaco – Santa Maria da Feira;
- E.B.1 da Igreja – Sanguêdo
- E.B.1. da Igreja - Lobão.

Rede Viária

A necessidade de compatibilizar as intervenções nos arruamentos com os trabalhos de execução das redes de drenagem de águas residuais e pluviais tem levado a uma estratégia de manutenção de estradas de forma a que as intervenções de fundo só sejam efectuadas após a execução das referidas estruturas. A concretização do processo de revisão tripartida com a S.I.M.R.I.A. e a INDÁQUA FEIRA da concessão fará com que em 2007 sejam retomados os trabalhos de execução das redes o que obrigará a um

esforço acrescido quer na manutenção e conservação dos arruamentos, quer na repavimentação de alguns troços.

De entre os vários quilómetros de estradas a requalificar, destacamos os trabalhos da E.N. 327 nas freguesias de S. Miguel de Souto e Mosteirô, obra de grande importância e complexidade, por se inserir numa zona densamente povoada e que condiciona fortemente a intervenção, esperando-se a sua conclusão em 2007. Destacamos ainda a repavimentação e requalificação do Av.^a do Sarrilha em S. Miguel de Souto, principal via de ligação da freguesia de S. Miguel de Souto à Sede Concelhia, o arranque da 2.^a fase, da requalificação da Rua Central / Rua dos Corticeiros, via de ligação entre Lourosa e Santa Maria de Lamas e a requalificação da Rua das Corgas em Mozelos.

De referir ainda que a via de acesso ao P.E.C. é simultaneamente um troço da via estruturante Feira / Nogueira.

Outras e Obras e Edifícios

Durante o ano de 2007 concluir-se-á a execução da pista de atletismo em Lourosa e será iniciada a 2.^a fase da requalificação da Feira do Dez.

Prosseguirão também os trabalhos de recuperação do Convento dos Lóios, obra que sofreu um atraso significativo devido à intervenção do I.P.A.R., prevendo-se a conclusão dos trabalhos da 2.^a fase do Museu do Papel no primeiro trimestre de 2007.

A requalificação de parte do Centro Histórico da Cidade – Rossio, Av.^a Corte-Real e margens do Rio Caster – iniciar-se-á em Fevereiro do próximo ano, prevendo-se a sua conclusão em Julho.

Referencia ainda ao apoio directo às Juntas de Freguesia em projectos de equipamentos de especial interesse para a população, sendo de referir a construção/ampliação dos cemitérios de Travanca, Espargo, Fornos e S. Miguel de Souto e a remodelação/instalação das Capelas Mortuárias de Fornos, Santa Maria da Feira, Romariz, Sanfins e Travanca.

2. Saneamento Básico

Abastecimento de Água

Esta área será uma das grandes apostas do Município, que irá completar, em termos de fiabilidade do sistema, todo o investimento feito nos últimos anos.

Uma das componentes fundamentais da Missão da Câmara Municipal é dotar o Município de Santa Maria da Feira de infra-estruturas de abastecimento de água para consumo humano (Reservatórios), que permitam assegurar sem falhas e com qualidade, o fornecimento de água aos Municípes, garantindo uma capacidade de reserva de 48 horas, que permitirá salvaguardar qualquer situação de emergência durante esse período, isto é, não será posto em causa o abastecimento de água às populações caso haja, por exemplo, uma avaria grave numa adutora ao sistema. Ao mesmo tempo pretende-se dar cumprimento ao Programa de Investimentos Municipal, nos termos da concessão contratada com a Indáqua Feira.

Para o efeito estão já em curso as obras de construção dos reservatórios, de acordo com o Quadro que se segue, onde pode avaliar-se o investimento em causa e os correspondentes prazos de execução:

Sistema / Localização		Capacidade (m ³)	Investimento (euros)	Prazo (dias)
R11	S.M. Lamas	2 200	499.528,79	300
R34	Canedo	3 848	500.000,00	365
R38	Guisande	2 386	237.123,43	300
R40	Argoncilhe	3 510	533.906,20	365
R42	Mozelos	2 368	449.500,00	300
R46	S. M. Lamas	2 500	545.856,00	300
R49	Fornos	2 500	508.051,02	300
R52	Sanfins	2 048	263.928,45	270
R56	Pigeiros	830	201.134,32	300
R57	Romariz	1 144	250.000,00	270
Total		23 334	3.989.028,01	

Nota: Os investimentos referidos prolongar-se-ão pelo ano de 2008.

Com a execução destes Reservatórios o Município de Santa Maria da Feira passará a estar dotado com um total de 22 Reservatórios, sendo ainda de acrescentar os Reservatórios de Arrifana, Vergada e Vila Nova que serão executados pela empresa Águas do Douro e Paiva. Estes equipamentos complementam e garantem todo o abastecimento de água, em alta, ao Município.

Águas Residuais

Tendo-se já avançado significativamente nos trabalhos ao nível de projecto, negociação/aquisição de terrenos e ultrapassados alguns procedimentos relacionados com a Contratação Pública, iremos iniciar no terreno a execução de todo o sistema de drenagem, transporte e tratamento das águas residuais da Bacia do Douro, concluir os Interceptores do Rio Caster e da Bacia do Rio Antuã, bem como proceder à reabilitação dos interceptores já executados na Bacia da Ribeira de Rio Maior.

Estas obras, a par das que se vão iniciar na sequência do acordo celebrado com a SIMRIA, designadamente os Interceptores da Bacia da Laje e a parte final dos interceptores do Caster, Silvalde, Beire e Rio Maior, irão contribuir para a despoluição das principais linhas de água do concelho e consequentemente para um melhor ambiente e qualidade de vida.

De referir ainda que durante o próximo ano irão ser executados os trabalhos necessários à entrada em funcionamento da ETAR da Remolha, prevendo-se que a mesma entre em funcionamento no segundo semestre de 2007.

Para uma melhor percepção das vertentes de trabalho previstas de forma que sejam alcançados os resultados pretendidos, salientamos a execução das seguintes obras de drenagem e tratamento de esgotos:

Sistema / Localização	Capacidade (hab/eq)	Investimento (euros)	Prazo (dias)
Conclusão do Interceptor de Caster	—	137.202,24	90
Construção do Sistema Interceptor da Bacia do Rio Antuã - 2ª fase	—	274.543,50	270
Construção da ETAR de Fiães	46.000 (2019) ^(*)	2.860.009,67	270
Sistema Interceptor da Bacia da Ribeira de Aldriz	—	488.961,17	270
Concepção/Construção da ETAR de Argoncilhe	17.147 (2048) ^(*)	2.300.000,00	270
Construção do Sistema Interceptor de Fiães	—	653.417,40	365
Construção do Sistema Interceptor do Uima Montante	—	1.645.055,00	365
Construção do Sistema Interceptor do Uima Jusante	—	206.590,00	270
Concepção/Construção da ETAR de Canedo	3.128 (2048) ^(*)	750.000,00	270
Construção do Sistema Interceptor do Inha	—	1.456.289,00	365
Concepção/Construção da ETAR do Inha	11.256 (2040) ^(*)	1.800.000,00	270
Reabilitação de alguns troços interceptores na bacia de Rio Maior, Subsistema de Espinho	—	500.000,00	180
Reabilitação da ETAR da Remolha	6.500	200.000,00	120
Total		13.272.067,98	

^(*) ano horizonte de projecto

Águas Pluviais

Por outro lado e estando atentos à situação das Águas Pluviais no Concelho, prevemos a elaboração de um Plano de Reestruturação do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais que será posto em prática ao longo dos próximos anos, uma vez que se trata de um investimento considerável.

Nota

A par dos principais trabalhos referenciados, daremos ainda continuidade à construção de pequenos troços da rede de drenagem pluvial e residual e à requalificação/pavimentação dos arruamentos objecto de intervenção em função das necessidades mais prementes do Concelho.

A metodologia a utilizar para a concretização eficaz dos trabalhos a realizar durante os próximos anos, passará pelas seguintes fases:

- Aquisição atempada dos terrenos necessários à execução das ETAR's e Reservatórios e constituição de Servidões Administrativas para passagem dos Interceptores;
- Elaboração dos Processos de Concurso para adjudicação das obras;
- Fiscalização/acompanhamento das diversas empreitadas.
- Entrega das obras à(s) Concessionária(s), para exploração.

3. Ambiente

Para além dos trabalhos realizados diariamente pelos técnicos do Gabinete do Ambiente, como o acompanhamento dos serviços de gestão de RSU, recepção e tratamento de reclamações, informação de processos, entre outros, para o ano de 2007 estão definidos alguns projectos que pelo seu cariz ambiental e social terão grande impacto na vida da população do concelho.

Podemos destacar os seguintes:

Reabilitação do Rio Uíma

Pretende-se reabilitar o Rio, repondo de forma sustentada e integrada a boa qualidade ambiental e definir um espaço público ribeirinho que crie ou revitalize lugares com profundo significado e interesse para as populações e para os visitantes, assegurando a

funcionalidade dos sistemas naturais e sua conectividade e conservando e valorizando a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural.

Serão feitas intervenções ao nível da qualidade da água, dos ecossistemas ribeirinhos e da regularização das margens quando necessário, bem como ao nível da mobilidade urbana, com a criação de ciclovias e percursos pedonais, adaptado para utilizadores com mobilidade condicionada, ao longo de uma extensão de 16,5 Km, ligando 9 freguesias do concelho.

Este projecto vem dar corpo a uma estratégia delineada pelo Município que contempla a despoluição dos rios e ribeiras do concelho. Com a conclusão do sistema de saneamento em 2008, que terá como consequência a melhoria da qualidade da água da bacia do Rio Uíma, ficam criadas as condições para se avançar com a sua despoluição e requalificação.

Praia Fluvial da Mamoa

Este projecto aparece para dar resposta a uma necessidade cada vez maior de reabilitar zonas ribeirinhas e criar espaços públicos em estreita ligação com a natureza.

O projecto situa-se no Rio Úl, no lugar da Mamoa, freguesia de Milheirós de Poiares e contempla a construção de um açude e equipamentos de apoio à praia.

Limpeza de montureiras

As montureiras são locais onde se encontram acumulados resíduos, de forma não controlada.

Infelizmente estes depósitos de resíduos continuam a proliferar no concelho não obstante o esforço dos técnicos no sentido de identificar os autores dos mesmos.

Estes locais são identificados, são classificados os resíduos e são programadas as limpezas e respectivo destino final.

Levantamento e diagnóstico ambiental das unidades industriais do concelho

Este levantamento tem como objectivo fornecer informação sobre as condições ambientais em que as empresas do concelho estão a laborar, permitindo-nos assim fazer uma avaliação estratégica dos riscos e ameaças a que o concelho está sujeito, bem como prevenir futuros acidentes.

Concurso público internacional de recolha de RSU e limpeza urbana

Com o objectivo de alargar e alterar alguns serviços que fazem parte do presente contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho, irá ser lançado em 2007 um novo concurso internacional que contemplará não só a recolha de RSU mas também alguns serviços que fazem parte da limpeza urbana, como varredura manual e mecânica, limpeza de bermas e valetas, colocação de papeleiras, entre outros.

Projecto de educação ambiental nas escolas do concelho

O desafio lançado no ano lectivo 2006/2007, tem como principal objectivo desenvolver o espírito de iniciativa e de equipa dos alunos do concelho, através da preparação e implementação de um projecto relacionado com a temática dos resíduos.

4. Jardins e Espaços Verdes

Durante o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2007, pretende-se efectuar a elaboração de projectos de novos espaços verdes, em vários locais públicos de todo o concelho, nomeadamente em rotundas, vias de circulação rodoviárias e parques públicos.

Pretende-se ainda promover a execução de novos espaços verdes de acordo com os projectos paisagísticos elaborados internamente ou outros já existentes. Para a execução destes novos espaços verdes, prevê-se recorrer à aquisição de equipamento tipo multifunções para carregamento, acerto e manuseamento de terra vegetal e material vegetal, sementes, adubos, compostos orgânicos, aluguer de equipamentos e material de rega.

Pretende-se também promover a coordenação e execução de todos os trabalhos de manutenção de espaços verdes existentes em toda a cidade, assim como em edifícios públicos em todo o concelho (exemplo Termas das Caldas de S. Jorge, Escolas, Parques e Largos de Feiras). Nestes trabalhos estão previstos cortes quinzenais em todos os relvados e áreas verdes existentes na cidade, limpeza e monda de canteiros, podas de rebaixamento de arbustos em canteiros, substituição de plantas mortas, vandalizadas ou furtadas, limpeza de ervas e folhas em parques públicos, tratamento e restauro de relvados, e tratamento e renovação de relvados desportivos. Para a execução destes trabalhos fazer-se-á a aquisição de material vegetal, árvores e arbustos, sementes de relvas e adubos, assim como equipamento para arejamento e restauro de relvados e renovação de equipamento de corte de relvados, que se encontra obsoleto ou em fase final do ciclo de vida.

Pretende-se efectuar trabalhos de podas de árvores localizadas em espaços públicos de todo o concelho. Com aquisição da escada elevatória efectuada este ano, vamos efectuar o rebaixamento das copas das árvores, assim como a poda cirúrgica de árvores que se encontram já envelhecidas. Para a execução destes trabalhos será necessário adquirir material de poda de árvores nomeadamente, motosserras, tesouras e um equipamento de trituração dos restos dos ramos provenientes das plantas, etc. Estão previstos também trabalhos de avaliação e diagnóstico de árvores em fase avançada de envelhecimento, com identificação das pragas e doenças existentes, procedendo-se ao respectivo tratamento ou abate.

Ao longo do ano de 2007, pretende-se fazer a reestruturação dos jardins históricos das Guimbras, com redução intensa das copas das árvores e implementação de canteiros floridos.

Serão ainda promovidas acções de educação ambiental que visem as pessoas a preservar os espaços verdes, evitando a sua degradação e vandalismo.

Pretende-se também levar a cabo acções que visem o levantamento topográfico de todas as áreas a ajardinar e classificação sistemática das árvores, existentes nos arruamentos e parques públicos.

Estão previstas acções de formação teórico/ práticas da carreira de jardineiro, nomeadamente em “Podas de Conservação e Tratamento da Árvore no Espaço Urbano”, “Plantação e Transplantação de Árvores e Arbustos”, “Sementeira, Plantação e Tratamento de Relvados”, “Sementeira, Plantação e Tratamento de Relvados”, “Higiene e Segurança no Trabalho”, “Utilização de fertilizantes químicos e orgânicos em espaços verdes”, “Instalação de sistema de rega automáticos em espaços verdes” e “Utilização de herbicidas selectivos nos relvados para o combate a infestantes”.

Na área dos viveiros pretendemos utilizar terrenos com vocação agrícola, pertencentes ao município, para a plantação e crescimento de árvores ornamentais, que posteriormente serão utilizados em parques e arruamentos públicos e implementar a instalação de estufas agrícolas, para enraizamento e envasamento de plantas herbáceas e semi-herbáceas, de floração intensa.

5.Floresta

Zona de Caça Municipal

A constituição de uma nova zona de caça municipal de Santa Maria da Feira (que irá incluir as freguesias antes pertencentes à zona de caça de Milheiros de Poiães dissolvida em 2006) e a sua sinalização no terreno são os objectivos mais importantes a atingir em 2007. Este processo já se encontra em análise nos serviços da DGRF e espera-se esteja concluído e seja publicado em Diário da República nos primeiros meses do próximo ano.

Mata das Guimbras

A reabilitação da Mata das Guimbras ($\approx 5,5$ ha), vem sendo efectuada desde Setembro de 2002. Nos primeiros anos, os trabalhos ali desenvolvidos tiveram como principais objectivos a eliminação da maior parte das árvores de espécies infestantes ali existentes, o controlo da sua regeneração natural através da semente acumulada durante as últimas décadas, e a plantação de novas árvores de espécies autóctones nos espaços vazios.

Para o ano de 2007 e seguintes será feito um acompanhamento constante do desenvolvimento destas árvores, (realização de podas de formação, substituição das árvores mortas e/ou danificadas, transplante de plantas obtidas por regeneração natural), bem como um controlo da vegetação espontânea e da germinação/rebentação de austrálias e eucaliptos (agora cada vez menos).

A permanência dum funcionário para execução destas tarefas, possibilitará, ao mesmo tempo, evitar situações de vandalismo não raras vezes verificadas no local.

Programa POC-Florestas (uma equipa de 3 funcionários) (co-financiado)

Este programa foi desenvolvido no nosso concelho em 2005. Caso a legislação aplicável o permita, será implementado de novo em 2007 como uma das respostas do município às obrigações em defesa da floresta contra incêndios decorrentes da aplicação do DL 124/2006 de 28 de Junho.

Programa de Vigilância Móvel Motorizada de Incêndios (co-financiado)

O Projecto AGRIS 3.4 “Vigilância Móvel Motorizada de Incêndios” encontra-se em execução desde 2004. O último ano deste projecto é 2007 mas dada a sua importância para a defesa da floresta contra incêndios, procurar-se-á prosseguir com o programa nos anos seguintes.

Melhoramento de infra-estruturas de apoio ao combate de incêndios florestais

Caminhos florestais em bom estado são essenciais para que o combate aos incêndios florestais seja eficaz. Durante o próximo ano procurar-se-á repor a funcionalidade de alguns deles, principalmente os que atravessam as maiores áreas florestais.

Limpeza de terrenos florestais (candidatura ao Fundo Florestal Permanente aguarda aprovação)

Esta candidatura foi apresentada tendo em conta as competências das autarquias em defesa da floresta contra incêndios referidas no DL 156/2004 de 30 de Junho, em vigor na altura. Caso seja aprovada permitirá a criação de faixas de protecção a aglomerados populacionais adjacentes a espaços florestais nos locais de maior perigosidade.

Limpeza de outros terrenos florestais (competências DL 124/2006) e abate de árvores

O Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho veio alterar algumas das competências das autarquias em matéria de defesa da floresta contra incêndios (revogou o DL 156/2004 de 30 de Junho).

Deste decreto resulta ser competência das autarquias realizar faixas de protecção a toda a rede viária municipal que atravessa espaços florestais (variantes, vias estruturantes, vias municipais, caminhos). A sua concretização seria importante para permitir a criação de zonas de descontinuidade nos espaços florestais, limitando, em caso de incêndio, o avanço do fogo e o aparecimento de grandes manchas florestais queimadas contínuas.

6. Protecção Civil

Os princípios estruturantes da protecção civil passam por atingir alguma estabilidade, valorizando as acções de previsão, prevenção, reacção, combate as crises e, finalmente reposição da normalidade.

Qualquer área do território municipal pode ser afectado por qualquer tipo de risco, o que obriga a um serviço de protecção civil que valorize a participação activa e informada de todos. Pretendemos desenvolver acções de informação e esclarecimento sobre medidas de auto protecção em vários casos de emergência, apostando na formação e informação, tanto dos agentes de protecção civil como nos cidadãos.

A protecção civil é uma tarefa cívica, por excelência. A sua responsabilidade deve ser partilhada por todos. De forma a garantir uma boa interligação, continuaremos a apoiar financeiramente e materialmente os nossos bombeiros, forças de segurança e cruz vermelha.

Da necessidade de coordenação e mobilização de meios para ocorrer a uma emergência é imperativo uma gestão eficaz e racional dos meios, mantendo e adquirindo equipamentos de emergência e socorro, válidos e actualizados de acordo com os riscos identificados.

Assim sendo, pretendemos apostar numa protecção civil eficiente para que numa dada situação de emergência a salvaguarda e segurança da população, bens e património do município sejam assegurados.

7. Centro Veterinário Municipal

O gabinete do médico veterinário municipal foi criado com o objectivo de centralizar e organizar os pedidos de pareceres técnicos nos licenciamentos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro e participação nas vistorias para licenciamento e posterior fiscalização e controlo dos estabelecimentos comerciais de produtos de origem animal, bem como os estabelecimentos comerciais de produtos não alimentares, onde se incluem os estabelecimentos de prestação de serviços de cuidados médico-veterinários e os de comércio de animais e alimentos para animais.

Série “informação ao munícipe”

O objectivo da criação de uma série de brochuras, com os temas abaixo referidos, prende-se com o facto de chegarem ao conhecimento do Médico Veterinário Municipal frequentemente, através de contacto telefónico e pessoalmente, dúvidas e questões pertinentes relativamente ao licenciamento e aos requisitos técnicos e higio-sanitários dos estabelecimentos comerciais de produtos de origem animal, dos estabelecimentos comerciais de produtos não alimentares, onde se incluem os estabelecimentos de prestação de serviços de cuidados médico-veterinários e os de comércio de animais e alimentos para animais, bem como para obtenção da licença das viaturas de transporte de animais vivos. Estas incertezas passam, na maior parte das vezes, por desconhecimento da legislação actual e procedimentos a seguir por parte dos munícipes.

Assim, torna-se necessário prestar este serviço público, elaborando alguns panfletos, com informação sobre a legislação vigente, requisitos técnicos e sanitários e procedimentos para obtenção da licença a requerer.

Pretende-se assim, criar as seguintes brochuras:

- **Viaturas de Transporte de Animais Vivos;**
- **Talhos;**
- **Peixarias;**
- **Supermercados com secção de talho e/ou peixaria**
- **Clínicas Veterinárias;**
- **Venda Ambulante de Carne e Peixe em Locais Fixos.**

No caso dos talhos e peixarias, pretende-se incluir ainda, de uma forma simples e acessível a temática **“Boas práticas de higiene e segurança alimentar”**, procurando enunciar, alertar e sensibilizar os comerciantes, de uma forma simples e prática, para as regras básicas de higiene e segurança alimentar, nomeadamente ao nível da higiene do pessoal, das instalações, do equipamento e das secções de exposição e venda nestes estabelecimentos.

Estas publicações servirão para distribuição no gabinete do médico veterinário municipal, na secção das Taxas e Licenças e no GAU do Pelouro do Planeamento e Urbanismo. Além disso, estarão disponíveis para *descarregar* na página do Gabinete do Médico Veterinário Municipal, no sítio da Câmara Municipal na Internet: www.cm-feira.pt.

Página na Internet do Médico Veterinário Municipal

Durante o ano de 2007, serão criados novos conteúdos na página já existente no sítio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, respondendo às necessidades actuais, proporcionando aos munícipes um conjunto de informações adicionais no sentido de os esclarecer acerca dos assuntos que são competência do Médico Veterinário Municipal, nomeadamente o licenciamento dos estabelecimentos comerciais do ramo alimentar e das viaturas de transporte de animais vivos e de venda ambulante, os problemas de saúde pública actuais (ex. Gripe Aviária), bem como as reclamações relacionadas com a presença de animais, fornecendo para além da legislação aplicável a cada situação, um manual de procedimentos e uma base de dados dos estabelecimentos comerciais existentes para cada ramo de actividade alimentar.

Construção de centro veterinário municipal (posto de vacinação e de identificação animal)

Apesar de estar já em curso a construção de um canil intermunicipal, em Ossela, concelho de Oliveira de Azeméis, envolvendo os municípios de Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra, Arouca e Oliveira de Azeméis, torna-se necessário projectar umas instalações necessárias para assegurar a continuidade e a

obrigatoriedade de existência de um posto de vacinação e identificação animal em cada concelho, contando com algumas celas para recolhas e quarentena de animais perigosos, atropelados e suspeitos de doenças infecto-contagiosas (quarentena).

Neste sentido e uma vez que o actual canil municipal não oferece as condições necessárias, prevê-se que seja construído um novo espaço junto ao estaleiro municipal, com acesso independente do mesmo.

Serviços a implementar

Controlo da reprodução

Através da legislação actual, as Câmaras Municipais devem promover o controlo da reprodução dos animais de companhia, evitando ninhadas indesejáveis, sendo necessário recorrer à aquisição de anticoncepcionais e abortivos, para aplicação no canil, a preços mínimos de custo aos detentores de animais, que assim o desejem.

Desparasitação

Na defesa da saúde pública e ambiente (competência das autarquias), pretende este canil disponibilizar a preço mínimo de custo aos detentores de animais de companhia, desparasitantes internos, prevenindo doenças parasitárias transmissíveis ao homem.

Identificação animal (animais errantes)

De forma a evitar o possível futuro abandono de animais resgatados do canil municipal e dos cães que nele são adoptados, justifica-se que, para além da vacinação anti-rábica obrigatória, a autarquia promova que a cada animal que saia do canil municipal, seja colocado também um microchip, de forma a responsabilizar os detentores destes animais e também, para os donos mais conscientes, incentivar a adopção.

Eutanásia humanitária (animais particulares)

Para além da eutanásia efectuada aos animais recolhidos pelo canil municipal (encontrados na via pública, doentes, atropelados, em sofrimento, não reclamados ou não adoptados após o período legal de permanência no canil), surgem de uma forma

cada vez mais frequente pedidos de eutanásia a animais particulares, doentes ou com a qualidade de vida comprometida, que se dirigem ao canil municipal e pela ausência de uma taxa destinada para este efeito, de forma a cobrir as despesas dos medicamentos utilizados (Rompum® - Xilazina, para sedar o animal e Eutasil® - Pentobarbital sódico, para a eutanásia propriamente dita), este serviço tem sido efectuado gratuitamente.

Série “Cuidados a ter com o seu animal de estimação”

À semelhança dos anos anteriores, com a elaboração da brochura “*Cuidados a ter com o seu animal de estimação*” e do panfleto “*Animais de companhia: ter ou não ter, eis a questão*” e atendendo à boa receptividade das pessoas a esta iniciativa do Canil Municipal, pretende-se levar a cabo este ano, mais uma brochura ou panfleto, procurando continuar a veicular através das campanhas efectuadas anualmente pelas freguesias um conjunto de informações simples mas úteis para os detentores de canídeos, que assim tomarão consciência de problemáticas actuais e das suas obrigações legais.

A edição de 2007, conterà informações adicionais acerca de doenças transmissíveis ao homem através dos animais, entre outras, a Febre da carraça, a Leptospirose ou a Toxoplasmose, não esquecendo mais uma vez, o apelo e a consciencialização das pessoas para o não abandono dos animais e à remoção dos dejectos produzidos pelos seus animais, nos espaços públicos.

Página na Internet e blogue do canil municipal

A existência da renovada página oficial do canil municipal (www.cm-feira.pt/canil) e do novo blogue do canil municipal (canilmunicipaldafeira.blogspot.com) começaram a produzir efeitos durante o ano de 2006. Entre Junho e final de Setembro, já atingiram um número de acessos superior a 1500, além de que a publicação na Internet das fotografias dos cães existentes no canil municipal, resultaram em adopções. Este serviço público, quase único a nível nacional, continuará a ser uma forte aposta deste serviço médico veterinário municipal para 2007.

Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Introdução

O Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, durante o ano de 2007, continuará a prosseguir os objectivos estratégicos que definiu para o período 2006-2009. Assim, na Educação destacam-se a consolidação da implementação do projecto “Escola a Tempo Inteiro” e a construção, ampliação e renovação do parque escolar; na Cultura, a afirmação dos principais eventos, que são hoje uma das imagens de marca de Santa Maria da Feira, e o começo da instalação física do Centro de Artes de Rua; no Desporto, a finalização e apresentação do plano estratégico de desenvolvimento desportivo e a promoção, cada vez mais forte, das actividades de desporto para todos; na Juventude, o envolvimento cada vez maior dos jovens na vida do concelho, bem como a adopção de políticas que incentivem e estimulem a sua capacidade criativa e empreendedora.

Educação

A educação e a formação constituem pilares fundamentais para a sustentação de qualquer comunidade. Não é possível pensar em crescimento, desenvolvimento sustentado, competitividade e qualidade de vida sem que todos os que compõem a comunidade possuam competências para participar de uma forma activa em sociedades cada vez mais competitivas e em permanente e acelerada transformação tecnológica.

Se é verdade que a educação é um processo de crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal, social, cultural e profissional, que potencia o aproveitamento das capacidades de cada individuo, também é verdade que a educação conjunta de uma comunidade eleva exponencialmente a possibilidade de aproveitamento desses meios, logo o desenvolvimento sustentado do Concelho.

Neste sentido, Santa Maria da Feira, Concelho Educador por excelência, continua a apostar, em 2007, na Educação, tendo como referência um conjunto de princípios e linhas orientadoras vertidos na Carta Educativa, que foi homologada em 30 de Outubro de 2006.

Os objectivos estratégicos da política educacional concelhia são os seguintes:

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho de Santa Maria da Feira através da melhoria da educação, ensino, formação e cultura;
- Promover o aumento da qualidade das aprendizagens e assegurar a continuidade das mesmas ao longo da vida;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos e à reconversão e adaptação do parque escolar, optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Adequar a oferta educativa do município às necessidades reais, de modo a contribuir para o desenvolvimento da qualidade e diversidade da oferta educativa concelhia, assegurando o desenvolvimento social do concelho;
- Orientar a expansão do sistema educativo em função do desenvolvimento económico, social e cultural, de forma a promover e garantir a igualdade do acesso ao ensino;
- Combater o insucesso e abandono escolar;
- Orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia;

- Contribuir para que o Concelho de Santa Maria da Feira se afirme como concelho educador capaz de responder aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento, através da sua política educativa assente no conhecimento, empreendedorismo e inovação.

É nesta perspectiva que se pretende continuar a dinamizar um conjunto de projectos já existentes e implementar novas iniciativas de modo a atingir-se os objectivos delineados e, assim, dar um importante passo na elevação da qualidade da educação e formação do município.

Todas as iniciativas promovidas pela Educação assentam em quatro eixos:

- 1.º Eixo – Reabilitação do parque escolar;
- 2.º Eixo – Combate ao abandono e ao insucesso escolar;
- 3.º Eixo – Melhoria da qualidade de ensino;
- 4.º Eixo – Ampliar a procura da formação ao nível secundário e adequar as formações às necessidades.

1º Eixo – Reabilitação do parque escolar;

Medida 1.1 – Construção de novas salas para a educação pré-escolar

As propostas de actuação quanto à construção de salas para o pré-escolar encontram-se justificadas na carta Educativa e têm como base:

- As baixas taxas de pré-escolarização da freguesia;
- A existência, em funcionamento, de instalações degradadas.

Para 2007, pretende-se continuar a alargar o parque escolar, essencialmente através da ampliação e reconversão de escolas já existentes e a reabilitar os espaços de jogo e recreio dos Jardins-de-infância.

Pretende-se, ainda, concluir a colocação de pavimento sintético e dos parques infantis em todos os Jardins-de-infância concelhios. Outra etapa essencial para uma maior segurança das nossas crianças.

Medida 1.2 – Ampliação de escolas do 1º ciclo

A qualificação do primeiro ciclo de ensino básico é uma das grandes prioridades da política educativa, quer governamental, quer concelhia. O 1º ciclo tem sido o parente pobre do sistema de ensino. Há décadas que não se mexia na rede escolar do 1º ciclo. Urge intervir neste nível de ensino e assumir:

O regime normal e as turmas com apenas um ano de escolaridade, como o garante do sucesso educativo no 1º ciclo, e conseqüentemente condição de sucesso em todo o percurso escolar dos alunos.

Acresce o facto de, esta autarquia ser promotora, em parceria com os agrupamentos de escolas, do “ Programa de Generalização do Inglês nos 3º e 4º anos do 1º ciclo e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular”, o que implica que o horário das escolas seja alargado – ESCOLA A TEMPO INTEIRO.

O aumento do tempo de permanência nas escolas, por parte dos alunos, implica que estas sejam dotadas de estruturas de apoio, nomeadamente, refeitórios, polivalente, etc.

Assim, no âmbito da requalificação do 1º ciclo do ensino básico, com vista a melhorar as condições de socialização, apostar no sucesso educativo e dignificar as nossas escolas, estão já a decorrer algumas remodelações e ampliações em algumas escolas de 1º ciclo, estando previstas o arranque de mais intervenções no ano de 2007.

Todas as intervenções visam:

- Criar condições para que a escola possa funcionar com o mínimo de quatro turmas e em regime normal;
- Dotar a escola de equipamentos socio-educativos que não possui;
- Reduzir o nº de salas modulares.

Medida 1.3 – Construção de novas escolas de 1º ciclo

A construção de novas escolas tem como finalidade substituir edifícios degradados ou prover a fusão de pequenas escolas sem condições ou permitir que todas as turmas funcionem em regime normal. Assim, está em fase de projecto a construção da Escola EB1 Murado – Mozelos, o que permitirá a retirada de algumas salas modulares, implantadas em 2006.

EIXO 2 – Combate ao abandono e ao insucesso escolar

Medida 2.1 – Promoção de programas/projectos que visem combater o abandono e insucesso escolar.

Como medidas de combate ao insucesso escolar e à saída precoce do sistema educativo, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira continuará a desenvolver os seguintes programas/projectos:

Acção Social Escolar

Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

O Pelouro da Educação propõe-se a, mediante candidatura anual, apoiar financeiramente os agregados familiares mais carenciados. Estes apoios destinam-se à aquisição de livros, material escolar e didáctico e refeições.

Bolsas de Estudo – Ensinos Secundário e Superior

No seguimento dos anos transactos, a autarquia irá proceder à concessão de bolsas de estudo que têm como objectivo possibilitar a prossecução dos estudos aos jovens residentes no Concelho de Santa Maria da Feira, promovendo uma efectiva igualdade de oportunidades.

As bolsas de estudo serão concedidas em reunião de Câmara, depois do parecer técnico, considerando-se:

- A carência sócio-económica;
- A ponderação global da situação concreta de cada candidato.

Programa de Requalificação dos Refeitórios Escolares

Fornecimento de refeições escolares

Com vista a fornecer a refeição aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo, prioritariamente aos alunos carenciados como é da nossa competência, propomo-nos a aumentar o nº de refeições face à nova realidade da Escola a Tempo Inteiro.

Apoio às salas de refeição

Com vista a garantir o apoio às salas de refeição fornecidas por IPSS's e Escolas EB 2,3/Secundárias, a Câmara Municipal possui tarefas que acompanham os alunos nos refeitórios das EB do 1º Ciclo.

São fornecidas diariamente cerca de 3500 refeições aos alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. Estas refeições são confeccionadas nas cantinas escolares da autarquia, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e em Escolas EB 2/3 protocoladas.

Ao nível das IPSS'S a Câmara Municipal disponibiliza apoio para a elaboração das ementas a implementar, sempre que haja solicitação. O mesmo acontece para o apoio ao nível da formação para as funcionárias ao serviço nas cozinhas.

Sempre que seja solicitado apoio ao nível da alimentação e higiene alimentar, são também planificadas visitas, havendo no final de cada visita a elaboração de um relatório, mencionando os pontos críticos e as medidas correctivas a implementarem.

Programa de educação alimentar

Este programa consiste na planificação e dinamização de acções de sensibilização, sobre a temática da alimentação, destinadas à comunidade educativa (crianças, pais, professores, auxiliares de acção educativa, entre outros).

Programa de Transportes Escolares

De acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro, compete aos municípios assegurar o transporte dos alunos entre a sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino aos alunos dos ensinos básico e secundário, desde que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respectivamente sem ou com refeitório. O referido transporte escolar é gratuito para os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória e comparticipado em 50% para os alunos do ensino secundário.

Refira-se que a autarquia é responsável pela organização e pagamento do transporte de cerca de 6000 alunos, incluindo também as crianças com necessidades educativas especiais.

Transporte de Leite Escolar

No âmbito do Protocolo estabelecido em 23 de Outubro de 1996 entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios, compete às autarquias o transporte do leite escolar da sede do concelho para todas as escolas situadas na sua área geográfica, assegurando os cuidados necessários em matéria de higiene e de acondicionamento, no âmbito do “Programa de Alimentação e Nutrição”.

Gestão dos autocarros municipais

De acordo com as normas aprovadas para o efeito, os estabelecimentos de ensino da rede pública, bem como associações culturais, recreativas, desportivas e instituições particulares solidariedade social podem requisitar os autocarros municipais para visitas de estudo, actividades escolares ou municipais.

Apetrechamento informático

Candidatura PRODEP III: “Apetrechamento Informático nas Escolas do ensino Pré-Escolar em computadores e software educativo no Concelho de Santa Maria da Feira”.

O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira efectuou uma candidatura para o apetrechamento informático no ensino Pré-escolar, a qual passa pela aquisição e instalação de um computador por jardim-de-infância. No presente ano, pretende-se apetrechar todos os Jardins - de Infância com um computador.

Programa de Generalização do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular – “Escola a Tempo Inteiro”

À semelhança do que se verificou no ano lectivo anterior para o Programa de Generalização do Inglês nos 3.º e 4.º anos, o ME desenvolveu um programa que além do Inglês alargou a outras actividades de enriquecimento curricular. No presente ano lectivo, a autarquia, entidade promotora, candidatou-se a este programa com as seguintes actividades: Inglês, Ensino da Musica e Actividade Física e Desportiva. Cerca de 6012 alunos frequentam estas actividades que contribuem para uma escola de sucesso.

Objectivos estratégicos

- Assegurar o desenvolvimento integral e harmonioso das crianças do Concelho de Santa Maria da Feira;
- Promover o sucesso escolar;
- Adaptar o tempo de permanência das Crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias.

Assim, é pretensão deste pelouro continuar a promover estas actividades de Enriquecimento Curricular a todos os jovens do Concelho, de forma a garantir igualdades de oportunidades e acesso à educação.

Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

O concelho de Santa Maria da Feira integra a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares. Deste modo, continuar-se-á a colaborar com as escolas que possuam Biblioteca Escolar. No ano de 2007, não se prevê qualquer candidatura, dada a instabilidade da rede escolar no 1ºCiclo. No entanto, está programada a elaboração de propostas para o aumento da rede de Bibliotecas escolares face às intervenções previstas na Carta Educativa, de forma a cobrir todos os agrupamentos de escolas.

Continua-se a apoiar as escolas que pretendam candidatar-se à modernização da sua biblioteca/centro de recursos educativos, desde que não colidam com a rede escolar do 1º Ciclo.

Programa de Apoio à Família – Educação Pré-Escolar

O Prolongamento de Horário da Educação Pré-Escolar verifica-se a partir de necessidades comprovadas dos horários dos pais e/ ou encarregados de educação, a distância entre o local de trabalho dos pais e o estabelecimento de ensino ou a inexistência de alternativas à qual a família possa recorrer para ser assegurada a guarda da criança após o encerramento das actividades lectivas.

Os pais e/ ou encarregados de educação participam no custo dos serviços de apoio à família que integram a componente sócio educativa dos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as respectivas condições sócio económicas.

Programa de Apoio à Família nas Escolas do 1.º Ciclo

A urgência de se desenvolver um programa que evite, de forma preventiva, o abandono escolar precoce e o trabalho infantil e a necessidade de se ocupar as crianças após o encerramento das actividades lectivas, levou a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a apresentar à comunidade educativa o “Programa de Apoio à Família”.

Este programa tem como principais objectivos a ocupação de forma sadia e criativa das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a prevenção do abandono escolar precoce e do trabalho infantil e a animação dos tempos livres promovendo o envolvimento, satisfação e bem-estar das crianças, bem como valorizar o prazer de brincar.

Programa “ABC do Concelho”

O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira continua a propor às diversas Escolas o programa “ABC do Concelho”, que incluiu uma série de encontros que decorrem em todas as escolas, onde são apresentados, de uma forma lúdica, os diversos monumentos, instituições e equipamentos de relevo existentes nas diferentes freguesias. Posteriormente é realizada uma visita virtual ao concelho, terminando com um jogo também ele alusivo ao concelho.

A fase seguinte deste programa inclui uma visita em autocarro municipal, devidamente guiada por um técnico habilitado, a um ponto do concelho escolhido pelas escolas.

Programa de “Férias Escolares”

A aquisição de uma imagem positiva da escola e reforço de competências individuais, de criatividade e de sociabilidade, a promoção de uma melhor integração num novo ciclo de escolaridade e a prevenção do abandono escolar e o ingresso precoce no mundo do trabalho, através da ocupação saudável e construtiva do tempo de férias de verão, que proporcionem aos jovens a participação em actividades desportivas, culturais, lúdicas e criativas, são os objectivos presentes com o programa de férias escolares da Câmara Municipal.

Programa de Saúde Escolar

O programa de saúde escolar, através da promoção da saúde oral e rastreios visuais é fundamental para prevenir graves doenças, nomeadamente junto das crianças em risco. As parcerias encetadas com os organismos públicos de saúde são exemplo a nível nacional.

O Programa de Saúde Oral é organizado pelo Centro de Saúde de Santa Maria da Feira e o de Rastreios Oftalmológicos pelo Hospital de São Sebastião, contando ambos com o apoio da Câmara Municipal.

Escola de Educação Rodoviária

A Escola de Educação Rodoviária situa-se na cidade de Fiães, e é um espaço de sensibilização rodoviária destinado a alunos, pais, professores e população em geral.

Objectivos:

- Promover a educação rodoviária num processo contínuo, iniciado nos primeiros anos de escolaridade e continuado ao longo da vida;
- Desenvolver projectos educativos que visam a educação e segurança rodoviária, em colaboração com as escolas, alunos, pais e professores;
- Alertar toda a comunidade para a problemática da educação e segurança rodoviária.

“Natal das Crianças”

Cerca 10 000 crianças dos jardins de infâncias e das escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública são presenteadas com um espectáculo muito divertido, assegurado por profissionais de circo – palhaços, mágicos e malabaristas, na época natalícia.

Criação da Assembleia de Crianças

Este projecto, em fase de criação, tem como principal objectivo dar voz às crianças. Será um espaço para os jovens apresentarem e discutirem os principais problemas do Concelho. Pretende-se, assim, formar jovens críticos, interventivos e conscientes do seu papel cívico na sociedade dos nossos dias. No final do ano lectivo de 2006/07 irá decorrer a 1ª “A assembleia de Crianças”, que será constituída por 31 crianças e todos os autarcas do município, no salão nobre da Câmara Municipal.

Medida 2.2 – Dinamização de um projecto de combate ao abandono e insucesso escolar.

O combate ao abandono e insucesso escolar passa também por envolver e responsabilizar cada escola e cada comunidade perante os resultados obtidos. Nesse sentido, há que envolver todos os interessados no acto educativo, pais professores e outros funcionários das escolas, colectividades locais, autoridades locais, empresas, etc., de modo a que mais intensamente contribuam para a melhoria do sistema educativo.

O conselho Municipal da Educação deverá coordenar e orientar um plano de acção que envolva diferentes parceiros por forma diminuir o insucesso educativo.

EIXO 3 – Melhoria da qualidade de ensino

Neste eixo encontram-se também muitos projectos sócio-educativos que visam alcançar uma qualidade educativa e formativa cada vez melhor e que muitas vezes se entrelaçam com as medidas do eixo 3

Medida 3.1 – Criação de condições para um melhor desempenho dos elementos da comunidade educativa.

Programa de Apoio a Projectos Educativos

No âmbito deste programa, são consideradas as candidaturas que promovam o trabalho com a comunidade, práticas pedagógicas, produção e utilização de materiais didácticos, bem como a partilha e utilização de experiências.

Centro de Recursos Educativos Municipal

O Centro de Recursos Educativos Municipal (CREM), localizado na Vila de Lobão em Santa Maria da Feira, é um local aberto à comunidade educativa, um espaço de vivências e de troca de experiências para alunos, docentes e não docentes, mobilizador de vontades e iniciativas de todos os intervenientes no processo educativo. É um espaço

com intenção inovadora em que os recursos materiais e humanos estão ao serviço da construção de novas formas de educação.

Objectivos gerais do CREM:

- Proporcionar novas formas de relação com o saber, permitindo que qualquer utilizador tenha acesso à informação em suportes e linguagens diversificadas;
- Contribuir para uma nova organização dos tempos de aprendizagem, ensino e auto-formação;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso às novas tecnologias;
- Responder a determinadas necessidades e constrangimentos como sejam: carência de instrumentos de trabalho; falta de espaços de reflexão, de troca de experiências e intercâmbio entre todos os intervenientes no processo educativo;
- Desenvolver novas aptidões/capacidades na população escolar orientadas para a utilização das tecnologias de informação e comunicação;
- Promover uma nova organização do espaço de ensino/aprendizagem: o espaço alarga-se da sala de aula ao C.R.E.M; e deste ao exterior, pela utilização de documentos que prolongam o espaço fisicamente utilizável ou pelo uso directo de recursos exteriores;
- Incentivar a educação para os media,
- Colocar os recursos de que dispõe em diversos suportes ao serviço da comunidade escolar.

Para este ano lectivo, as actividades desenvolvidas pelo CREM tem como tema “Concelho Aberto à Cidadania”, desenvolve-se em três etapas, coincidentes com os períodos escolares, o Eu, o Meio e o Mundo.

Sábados para a família

No sentido de criar uma maior ligação da família com as actividades das crianças, o Centro de Recursos Educativos Municipal promove o projecto “Sábados para a família”. A ter lugar pelo sexto ano consecutivo, pretende ser um espaço aberto à criatividade, à espontaneidade e ao convívio familiar, fortalecendo assim as relações afectivas, principalmente entre pais e filhos.

Neste projecto são desenvolvidas actividades mensais ligadas às artes, ao desporto e dança, aos usos e costumes, à natureza, à culinária, entre outros.

“Clube dos Avós”

O Clube dos Avós é um espaço de partilha de afectos desenvolvido nas Escolas EB1 e Jardins-de-infância da rede pública com prolongamento de horário. Uma vez por mês os idosos juntam-se às crianças para, todos juntos, realizarem actividades lúdico-pedagógicas.

Ciclo de Conferências

Pretende-se com este projecto realizar uma conferência em cada agrupamento de escolas sobre um tema para pais e professores. Os temas são: sexualidade -gravidez na adolescência; alimentação infantil; hiperactividade; estudo acompanhado em casa: técnicas para ajudar os filhos; motivação; importância do brincar para o desenvolvimento da criança; doenças Infecto-contagiosas. O tema será seleccionado pelo respectivo agrupamento.

Jornadas da Educação

Cada vez mais a sociedade reclama responsabilidade, tolerância e democracia na educação, e estes valores só podem ser manifestos se a participação dos pais, professores e educadores for activa e cooperante.

As Jornadas da Educação têm como principal objectivo oferecer aos agentes educativos a oportunidade de partilhar e favorecer o intercâmbio de práticas educativas consideradas exemplares para melhor se compreender os desafios e obstáculos que hoje enfrentamos no seio educativo.

As VI Jornadas da Educação pretendem fomentar a reflexão e a abordagem em torno de temas que preocupam todos os elementos da comunidade educativa.

Rede Internacional de Cidades Educadoras

Depois da aprovação pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal, a proposta de adesão de Santa Maria da Feira à Rede Internacional de Cidades Educadoras foi aprovada pela Assembleia-geral desta Associação, reunida em Tampere, na Finlândia.

A "Carta das Cidades Educadoras" – Declaração de Barcelona de 1990 e Declaração de Génova de 2004, manifesta a preocupação em reflectir e aplicar na sua vivência os seus Princípios, assumindo que para além de educativa a cidade deve ser educadora, o que implica uma intencionalidade, uma consciencialização e um trabalho transversal, coordenado ao nível dos vários agentes educadores da cidade, espaço apropriado, recriado por todos os seus cidadãos, sendo por isso um espaço de cidadania e formação ao longo da vida.

Periodicamente, os municípios portugueses que integram esta rede reúnem-se para partilhar experiências e práticas pedagógicas que dinamizam nos seus concelhos.

No ano de 2007, o município de Santa Maria da Feira será o organizador do II Congresso da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras.

Conselho Municipal de Educação

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, oficializou a criação dos Conselhos Municipais de Educação em cada um dos concelhos do país. Em consequência, a Assembleia Municipal aprovou a 24 de Abril de 2003, sob proposta da Câmara, o Regulamento e a composição deste órgão consultivo. Entretanto, o Regulamento foi aprovado em Diário da República no dia 25 de Agosto de 2003.

Representação da Autarquia nas Assembleias de Escola

Nos termos do decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, que decreta a autonomia e gestão dos estabelecimentos educativos, está prevista a participação de um representante da autarquia nas Assembleias de Escola.

Deste modo, a autarquia tem assento nas Assembleias dos 11 Agrupamentos Escolares existentes no concelho.

Fiscalização dos espaços de jogo e recreio

No âmbito de uma maior segurança e salubridade nos espaços de jogo e recreio dos Jardins-de-infância do concelho de Santa Maria da Feira, serão realizadas vistorias periódicas a todos os espaços de jogo e recreio dos jardins-de-infância do concelho.

Plano de Segurança nas Escolas

O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em colaboração com o Pelouro das Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente continua a levar a cabo um esforço redobrado para dotar os edificios escolares com os sistemas de segurança eficazes com vista a evitar os assaltos e os distúrbios.

Neste sentido serão elaborados os planos de emergência, em parceria com outros Pelouros e Protecção civil.

“Dia do Acolhimento ao Novo Professor”

Esta actividade constitui uma jornada de trabalho que incluiu uma sessão de boas vindas no Salão Nobre dos Paços de Concelho, onde os professores que leccionam pela primeira vez no concelho de Santa Maria da Feira recebem documentação diversa sobre a realidade sócio-económica, cultural e também turística do concelho, culminando com uma visita guiada pelos pontos históricos do concelho.

Medida 3.2 – Divulgação dos resultados de desempenho do sistema educativo e formativo do concelho e de cada unidade que o compõe.

Para que possa ser atingida uma melhor qualidade do processo educativo é necessário que em cada momento seja promovida a sua avaliação pela organização que o desenvolve.

Não se trata de avaliar o desempenho dos alunos mas sim o desempenho de toda organização, da sua estrutura, e de cada parte que a compõe tendo em vista detectar pontos fortes e pontos fracos que importa corrigir.

É a partir desta avaliação que é possível definir planos de melhoria que conduzam a melhores resultados.

Apesar da auto-avaliação ser uma tarefa de cada escola importa apoiar externamente, dinamizando o processo e promovendo a troca de experiências e de resolução de dificuldades.

Assim, o Pelouro da educação propõe-se criar um *Observatório da Educação e Inovação*, com a missão de prestar um serviço de referência na produção e divulgação de informação sobre o sistema educativo no Concelho de Santa Maria da Feira. Este organismo estará vocacionado para a recolha, tratamento, análise e divulgação de informação estatística e estudos relativos ao sistema educativo.

É pretensão deste pelouro continuar a trabalhar em colaboração com a Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação do Porto para apoio e acompanhamento técnico.

4º Eixo – Ampliar a procura da formação ao nível secundário e adequar as formações às necessidades

A Iniciativa *Novas Oportunidades* representa um novo impulso no caminho da qualificação dos portugueses que Santa Maria da Feira tem de acompanhar.

É urgente combater os défices de formação e de qualificação que o Concelho apresenta, quer a nível dos jovens quer a nível dos activos.

A elevada taxa de abandono escolar e o elevado insucesso no ensino básico implicam que poucos sejam os jovens que frequentam o ensino secundário. Acresce o facto de as taxas de insucesso escolar no 10º ano serem elevadas. Tudo isto contribui para que o nº de jovens com o 12º ano seja diminuto. É urgente fazer do 12º ano o referencial mínimo de formação.

A pouca procura que as formações profissionalizantes têm deve-se a diversos factores que interessa combater de uma forma concreta. Vamos referir três:

- Desvalorização social das formações;
- Falta de informação e orientação profissional;
- Desadequação das formações oferecidas.

Assim, o Pelouro da Educação propõe – se ser o elemento aglutinador e desenvolver um plano de acção envolvendo todos os parceiros com vista a aumentar as ofertas educativas e formativas articuladas com as necessidades do Concelho.

Mostra Concelhia de Formação Profissional

Esta intervenção ao nível da realização de uma Mostra Concelhia de formação visa contribuir para superar as dificuldades reveladas pelos jovens em optar por um curso ou profissão, após o 9º ano.

Esta mostra tem, ainda, como objectivo reunir entidades de formação secundária, pós-secundária, entidades de formação profissional e ligadas ao emprego, que apresentem a oferta educativa e formativa existente.

Universidade Júnior 2007

A Divisão da Educação do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, irá proporcionar a alunos do 2º, 3º ciclo, 10º e 11º ano de escolaridade do concelho, dos vários estabelecimentos de ensino do município, apoio ao nível do transporte e ao nível da inscrição, que incluem, as despesas relacionadas com o seguro, alimentação e a frequência nos programas durante uma semana.

A estes alunos serão proporcionadas aventuras de exploração das Ciências, das Artes e das Letras, através da realização de projectos de elevada qualidade científica, sempre apoiados pelos Professores e Investigadores das várias faculdades da Universidade do Porto, juntando-se aos cerca de 5000 alunos oriundos de todos os pontos do país.

Esta iniciativa tem como objectivos:

- Descobrir como é a universidade;
- Explorar e conhecer as várias faculdades;
- Trocar ideias e conhecer novos projectos;
- Conhecer e conviver com alunos oriundos de diversos pontos do país;
- Realizar pequenos projectos sobre vários temas.

Gabinete de Informação e Aconselhamento Vocacional

Este projecto de criação de um gabinete de informação e aconselhamento vocacional visa apoiar os jovens na escolha de um percurso escolar e/ou profissional, dar informações sobre profissões, saídas profissionais, orientação vocacional e requalificação de recursos humanos no Concelho de Santa Maria da Feira.

Pretende ser um local de apoio e de aconselhamento aos munícipes, disponibilizando informações sobre cursos, estágios, empregos, profissões e ainda sobre possibilidades de criação de emprego próprio.

Medida 4.1 – Criação de um órgão municipal para a formação

Este órgão, que deverá funcionar sob a supervisão do Conselho Municipal de Educação, terá como finalidade:

- Verificar em cada momento e de forma prospectiva as necessidades de formação do concelho;
- Colaborar com os centros formativos: escolas secundárias, escolas profissionais e centros de formação, na definição e proposta às entidades competentes de novas formações;
- Informar continuamente os jovens e as famílias das oportunidades de formação existentes;
- Apoiar com informação actualizada os processos de orientação, nomeadamente os existentes nos diferentes estabelecimentos de ensino básico;
- Apoiar o estabelecimento de redes entre centros formativos e empresas, tendo em vista o desenvolvimento de processos de estágio, de integração de novos técnicos, de apoio à formação, etc.;
- Desenvolver processos de troca de experiências de sucesso entre as entidades formadoras;
- Desenvolver processos de avaliação de resultados escolares e extra-escolares da formação: adequação da formação, empregabilidade, etc.

Cultura

“A cultura deixou de se considerar como um luxo de uns poucos para proclamar-se como direito de todos (...) A cultura, e conseqüentemente a acção sócio-cultural, não são um luxo supérfluo, uma mera auréola de prestígio. Não se deve concebê-la como um gasto, antes pelo contrário, como um poderoso agente cuja influência se faz sentir em diferentes aspectos:

- *Reforço da identidade cívica: a política cultural reforça a identidade e a coesão social. Permite aumentar o sentimento de pertença a uma terra, multiplica as ocasiões de encontro, diminui as tendências para o individualismo social, explora a identidade colectiva.*
- *Integração de minorias desfavorecidas: os programas culturais, devidamente coordenados com estratégias mais amplas, estão aptos a prevenir ou a diminuir as condutas desviantes dos jovens, desenvolvem a autoestima de jovens em risco, promovem a integração de pessoas com incapacidades e minorias étnicas.*
- *Aumento da qualidade de vida: ter oportunidades para exercitar o direito à cultura supõe uma melhoria na qualidade de vida e afigura-se como um elemento susceptível de aumentar o sentimento de pertença a uma comunidade.*
- *Mobilização política: nalguns casos, a política cultural serve para os responsáveis locais marcarem a diferença e chamarem a atenção dos governantes para as potencialidades e para os problemas da sua região.*
- *Requalificação urbana e regeneração económica: as políticas culturais contribuem para a criação de emprego, para a imagem da cidade no exterior, para o turismo, para a recuperação de espaços degradados.”*

Aguileta – Cultura y Ciudad (tradução livre)

Acção Cultural

Em 2007, procurar-se-á manter a política cultural que tem notabilizado o município de Santa Maria da Feira. O ano de 2007 assentará numa linha de programação, vasta e diversificada, que visa atingir e criar os mais diversos públicos. Por outro lado, incentivará a programação cultural local, estimulará a capacidade criativa e promoverá a descentralização cultural. A par do desenvolvimento do projecto do Convento dos Lóios e da 2.ª fase do Museu do Papel, 2007 verá o nascimento físico do Centro de Artes de Rua, cuja localização se aponta para o antigo Matadouro Municipal. Propõe-se a realização dos seguintes eventos principais:

- Ópera Infantil – Orquestra Sinfónica de Jovens e Academias de Música
- Festa das Fogaceiras
- Comemorações do 25 de Abril
- Semana Santa
- Encontro de Bandas de Santa Maria da Feira
- Imaginarius'07 – Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira
- Feira de Artesanato das Terras de Santa Maria
- Festa Europeia da Música
- Viagem Medieval em Terra de Santa Maria
- Animação de Verão
- Festival para Gente Sentada
- Festa de Natal para Pessoas Portadoras de Deficiência
- Festival de Cinema Luso-Brasileiro
- Programação de Sala
- Simpósio Sete Sóis Sete Luas
- Encontro de Tunas do concelho de Santa Maria da Feira
- Encontro de Teatro de Estudantes
- 600 anos da Carta da Feira Franca da Terra da Feira

Associativismo Cultural:

PAAC 2007 – Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio – Cultura

O PAAC – Cultura, programa de apoio ao associativismo cultural, será mantido como forma importante de apoio municipal ao desenvolvimento do trabalho das associações.

Associativismo Cultural – outras acções:

- Edição do Guia do Associativismo;
- Acções de Formação de Quadros do Associativismo;
- Apoio logístico e técnico às diversas organizações das associações.

Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira

Este projecto é constituído por jovens músicos do concelho e conta, na sua organização e administração, com a parceria das Academias de Música de Santa Maria da Feira e Paços de Brandão, bem como do Conservatório de Música de Fornos. Reconhecendo, então, o potencial artístico deste projecto cultural de promoção da música, temos como objectivos a:

- Manutenção das formações Orquestra Sinfónica e Banda Sinfónica de Jovens do Concelho de Santa Maria da Feira e da sua estrutura associativa;
- Participação das propinas e atribuição de bolsas de estudo de aperfeiçoamento artístico como incentivo aos jovens que frequentam o projecto;
- Manutenção e renovação dos protocolos para o desenvolvimento do ensino da Música com as estruturas oficiais de ensino existentes no concelho.

Bibliotecas e Arquivo

O plano de actividades e orçamento para o ano de 2007, no que se refere à Rede Concelhia de Leitura Pública reflecte a preocupação contínua de prestar um serviço de qualidade total, no âmbito das orientações internacionais para as bibliotecas de leitura pública e do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a Norma ISO 9001:2000..

Este plano sustenta-se nos seguintes vectores:

- manter a qualidade dos serviços prestados, assegurando a manutenção do certificado de qualidade;
- criar novos serviços associados, sobretudo, à mediação entre o cidadão e a informação bem como à disponibilização de serviços virtuais e digitais;
- desenvolver actividades de extensão cultural, cumprindo o princípio da biblioteca como centro de cultura e para a cultura, sublinhando o papel da biblioteca na promoção da leitura;
- disponibilizar a biblioteca para utilização da comunidade, nomeadamente, através do acolhimento de eventos externos;
- promover projectos em rede e parcerias com entidades locais, nacionais e internacionais.

O plano reflecte ainda a necessidade de:

- dar continuidade à actualização dos fundos documentais segundo critérios definidos na política de aquisição de documentos que valoriza, percentualmente, as sugestões apresentadas pelos leitores;

- dar continuidade ao processo de digitalização dos jornais concelhios com o objectivo de preservar as unidades documentais em suporte de papel, que constituem uma das melhores formas de preservação da memória local;
- aumentar a proximidade dos serviços da biblioteca junto dos cidadãos, descentralizando os mesmos, qualificando os serviços prestados nos pólos já existentes e criando novos, nomeadamente, dando início ao projecto de criação de um pólo em S. Paio de Oleiros;
- disponibilizar o Portal de Informação da Biblioteca para garantir, de uma forma dinâmica, a prestação de serviços virtuais e digitais potenciados pelo Sistema de Informação existente na biblioteca;
- promover curtas formações para os utilizadores, na utilização da Internet, contrariando a tendência da existência de um fosso, cada vez maior, entre info-excluídos e info-incluídos;
- manter as actividades do núcleo pedagógico, reforçando, estrategicamente, a sua vocação para a promoção da leitura com a necessária cooperação com outras entidades e com a integração em redes;
- manter a qualidade e diversidade de actividades de extensão cultural para adultos, especificamente:
 - na área das artes plásticas, dando prioridade a jovens e, neste sentido, criando um concurso nacional de jovens artistas;
 - na promoção de actividades em cooperação com outras instituições locais e nacionais;
 - na realização da conferência anual sete sóis sete luas;

- consolidar, através do SABE e de acordo com as suas competências, a rede de bibliotecas escolares através da assistência técnica e de formação informal de professores e técnicos de educação que trabalham nas bibliotecas escolares;
- promover a formação dos técnicos da biblioteca no sentido de garantir a prestação de serviços inovadores e com padrões de alta qualidade;
- garantir a qualidade dos espaços e equipamentos através da manutenção adequada;
- e garantir a manutenção do certificado de qualidade, no sentido de, de acordo com um conjunto normativo internacional, manter a uniformização de procedimentos e a monitorização dos processos bem como a produção de dados fiáveis e mensuráveis necessários à aplicação do SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública.

Rede Municipal de Museus

As verbas indexadas às diferentes rubricas enunciadas para a Rede Municipal de Museus tem por objectivo suportar um conjunto de despesas inerentes a uma dinâmica comum aos dois museus que integram a rede. Estas verbas são especificamente destinadas a serviços ou aquisições, nomeadamente a nível de investigação, de conservação e restauro e de comunicação, potenciando-se sinergias comuns aos dois espaços museológicos.

Museu Convento dos Lóios

As grandes despesas de investimento para este museu dizem respeito à obra de recuperação arquitectónica e adaptação do edifício quinhentista a museu municipal, candidatura aprovada pelo Plano Operacional da Cultura.

A exposição permanente tem como objectivo primeiro, identificar e mostrar as diversas vivências de uma região, concretizadas na criação de núcleos de Arqueologia, História, Etnografia, Indústria e Arte, explicando a origem do Homem, a evolução e o desenvolvimento da vasta região da Terra de Santa Maria.

O segundo objectivo revela-se no papel que o Museu Convento dos Lóios assume no seio da Rede Municipal de Museus, pois ele é o pólo central da Rede. Neste sentido, a exposição permanente vai integrar um vasto conjunto de elementos interpretativos da região em que se insere, permitindo uma contextualização dos diferentes museus que compõe a Rede, visto que, apesar da multiplicidade temática, se assumem como partes de uma uniformidade cultural representativa.

Para a exposição permanente foram considerados como temas estruturantes: as origens do povoamento, a estruturação da Terra de Santa Maria ao longo da Idade Média, a caracterização do mundo rural com as suas actividades cíclicas, alfaias e tradições hoje quase desaparecidas, a sua religiosidade simbolizada através da Festa das Fogaceiras, a história do concelho, o seu desenvolvimento e afirmação no contexto nacional através do seu rico património.

As áreas destinadas a exposições temporárias, reserva e serviços técnicos, centro de documentação, direcção e serviços administrativos e sanitários localizar-se-ão no futuro edifício anexo ao Convento dos Lóios, previsto para a segunda fase de expansão do museu.

Museu do Papel

Durante o ano de 2007 concluir-se-ão as obras respeitantes à recuperação do edifício da antiga fábrica dos Azevedos/2.^aFase do Museu do Papel, cujo custo total atingirá os 800 mil euros.

Paralelamente será necessário proceder à:

- Aquisição de mobiliário específico para o novo edifício do Museu do Papel/ antiga fábrica dos Azevedos, nomeadamente armários e cadeiras para o auditório;
- Interligação deste novo edifício com a antiga fábrica de Custódio Pais (1.^a fase do Museu do Papel, aberta ao público desde 2001), a nível de comunicações, e complemento de equipamentos, nomeadamente, a nível informático, audiovisual, e reforço dos sistemas de segurança;
- Criação de novas acessibilidades e reconversão do percurso museológico (percursos para visitantes com dificuldades motoras, incluindo elevador) nos edifícios já abertos ao público;
- Aquisição de Mobiliário e Equipamento Informático para a requalificação dos espaços expositivos das áreas manufactureiras e industriais, nomeadamente, equipamento de segurança e equipamento de som e de imagem.

No que diz respeito às actividades a desenvolver, o Museu do Papel dará continuidade à consecução do Projecto Educativo Despertar o Museu a Novos Públicos, tendo ainda como despesas previstas:

- A execução de projecto de acolhimento e comunicação, através da colocação de um grande painel entre os dois edifícios que integram o museu;
- Reparações no museu, nomeadamente a nível manufactureiro e fabril;

- Despesas inerentes à organização de eventos temáticos, bem como à deslocação e participação em Feiras, Exposições e Jornadas, relacionadas com a História do Papel em Portugal.

Castro de Romariz

Este projecto vem sendo desenvolvido desde 2003, de acordo com as directrizes elencadas para a integração do Castro de Romariz na Rede dos Castros do Noroeste Peninsular.

Esta Rede propõe que alguns destes povoados, melhor posicionados ao nível da investigação, de estruturas de acolhimento e da apresentação de plano de divulgação e promoção, concretizem, de uma forma conjunta, uma proposta de candidatura para elevação destes povoados a Património da Humanidade, que é aprovada pela UNESCO.

O projecto municipal engloba de um modo geral, a realização de escavações arqueológicas, consolidação de estruturas, arranjos exteriores, construção da unidade de acolhimento como centro interpretativo da estação, assim como o projecto de estudo cultural e de divulgação, prevendo-se a publicação de monografia sobre o povoado. Este Projecto foi alvo de candidatura ao Programa Operacional da Cultura – P.O.C. – que deu entrada a 31 de Outubro de 2006.

Arqueologia

Com a elaboração do guião da Exposição Permanente do Museu Convento dos Lóios, que tem por base dar a conhecer a História do Concelho e da antiga Terra de Santa Maria, é importante que se investiguem os testemunhos arqueológicos que foram deixados pelo Homem através dos tempos, no nosso território.

Investigação e escavações arqueológicas no Castro de Fiães, de modo a ser possível o conhecimento sobre o *modus vivendi* daquele povoado, que apresenta uma amplitude cronológica de cerca de 700 anos.

Carta Arqueológica

A Carta Arqueológica reveste-se de excepcional importância para o conhecimento *in situ* de vestígios e testemunhos arqueológicos que foram sendo deixados pelos nossos antepassados.

De acordo com a Lei do Património, - Lei nº 107/2001 -, de 8 de Setembro, é obrigatório a existência de um cadastro patrimonial não esquecendo as referências aos vestígios arqueológicos.

Desporto

Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo

O planeamento estratégico é um instrumento utilizado num determinado momento e para um período de tempo, que guia a autarquia na produção de decisões e acções, a partir do conhecimento da sua própria situação, do que faz e porque o faz, para atingir objectivos predefinidos.

O processo é estratégico porque envolve a preparação da autarquia para o cumprimento intencional de objectivos, da escolha do seu futuro e das actividades necessárias para o atingir de acordo com as alterações do seu ambiente.

Propõe-se para 2007 a conclusão deste documento, sua apresentação e implementação.

Missão

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem como missão, na área do Desporto, desenvolver e apoiar iniciativas de natureza desportiva dirigidas a todos os segmentos da população, bem como criar as condições materiais e fomentar o estabelecimento de parcerias com o movimento associativo, privado, público e academias, que contribuam para a generalização do acesso à prática desportiva.

Visão

Santa Maria da Feira será um modelo de excelência na utilização do Desporto como meio de saúde, educação, socialização e criação de valor para os seus cidadãos e comunidades desportivas. Recursos humanos qualificados e motivados destacam-se por exceder as expectativas da população, promovendo a qualidade de vida no concelho.

Objectivos Estratégicos

- Aumentar a prática e a cultura desportiva;
- Incentivar o desenvolvimento de uma cultura desportiva;
- Realizar a manutenção e remodelação de espaços desportivos;
- Construir espaços desportivos;
- Aumentar os recursos humanos existentes e melhorar a eficiência dos processos;
- Melhorar a resposta às solicitações dos cidadãos e comunidades;
- Promover a inovação nos serviços aos cidadãos e comunidades;
- Promover uma utilização ambientalmente correcta dos recursos utilizados;
- Aumentar a qualificação dos recursos humanos em áreas estratégicas;
- Disponibilizar conhecimento a vários segmentos da população;
- Dispor de instrumentos ao nível de tecnologias de informação e comunicação de suporte estratégico;
- Divulgar a acção da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no âmbito desportivo;

- Envolver diferentes interessados em projectos com finalidades comuns;
- Identificar formas inovadoras com grupos de interessados;
- Rentabilizar os recursos existentes;
- Desenvolver novas fontes de receita;
- Aumentar o valor para os cidadãos e comunidades.

Três Eixos de Intervenção

Tendo em consideração o exposto anteriormente, são do âmbito deste pelouro o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de actividade desportiva, bem como a reparação, remodelação e a construção de novas infra-estruturas desportivas municipais e ainda o apoio a diversos níveis, nomeadamente a nível associativo.

Todas estas áreas de intervenção têm como principal objectivo possibilitar a prática desportiva a todos os cidadãos, de uma forma contínua e com qualidade segundo três eixos fundamentais:

Eixo I – Aumento da Prática e da Cultura Desportiva

Eixo II – Manutenção, Remodelação e Construção de Espaços Desportivos

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Eixo I - Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Consideramos neste eixo o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de actividade física e desportiva, dirigidas à população em geral.

Programa “Conquiste a Boa Forma”

Este programa tem como público-alvo preferencial a população em idade activa, entre os 20 e os 55 anos, que habitualmente não pratica desporto. Desenvolverá durante este ano as seguintes actividades:

- Manhãs Vivas
- Voleibol de Praia
- Cicloturismo
- Andar a Pé
- Classes de Manutenção (continuidade das aulas de academia desenvolvidas durante as manhãs vivas, prolongando-as durante os meses de Inverno, conferindo-lhes, assim, um carácter regular e sistemático. Será desenvolvido em parceria com as Juntas de Freguesia, 2 vezes por semana, de Setembro a Maio, em espaços cobertos e ministrada, sempre, por professores qualificados)

Programa “Movimento e Bem Estar”

Este programa é desenvolvido pela Divisão Social da Câmara Municipal e destina-se à população sénior. O desenvolvimento deste programa encontra-se no plano de actividades da Divisão Social.

Actividade Física e Expressão Motora

(Ver Pelouro da Educação)

Olimpíadas Escolares

Programa dirigido aos 3º e 4º ano do 1º Ciclo. Propõe-se um conjunto de torneios inter escolas, por agrupamento, nas modalidades de Basquetebol, Futebol 7, Andebol, Atletismo, Voleibol. Os torneios inter agrupamentos (finais) realizar-se-ão nas mini olimpíadas. Sendo estes torneios realizados aos sábados, poderão ter a parceria dos sábados para a família e das festas de fim de ano dos agrupamentos de escolas.

Comemorações de Momentos Temáticos

- Dia da saúde
- Dia do coração
- Dia do Idoso

Eixo II – Manter, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Depois de realizada a Carta das Instalações Desportivas, pôde-se constatar que existem espaços da responsabilidade da autarquia em bom, razoável e mau estado de conservação e a falta de outros.

Através do estudo da procura desportiva pôde-se constatar que há uma forte procura para modalidades de interior e/ou de ar livre.

Perante isto, é intenção deste Pelouro, manter os espaços desportivos que se encontrem em bom e razoável estado de conservação, remodelar e/ou substituir os que se encontrem em mau estado de conservação.

Manutenção

Pretende-se a manutenção dos pavilhões municipais, no que toca a pisos, pintura exterior e interior, canalizações, iluminação, balizas, tabelas de basquetebol, entre outras.

Remodelação / Apetrechamento

Será pertinente a remodelação de alguns polidesportivos, pela pouca utilização, pelo seu desgaste, pela sua localização, etc.

O apetrechamento de alguns também é recomendado, nomeadamente balneários e iluminação, em especial aqueles que têm maior procura.

Gestão de Instalações e Equipamentos Desportivos Municipais

Será mantido o protocolo com a Empresa Municipal Feira Viva, relativo à gestão das piscinas municipais e pavilhões da Lavandeira e de Arrifana. Será dada prioridade à contínua melhoria do serviço prestado aos utentes e à modernização e segurança dos equipamentos afectos.

Pavilhão Municipal de Gião/lobão:

- Gestão da cedência de espaços;
- Manutenção das estruturas e dos equipamentos desportivos.

Pavilhão Municipal de Lourosa:

- Gestão da cedência de espaços;
- Manutenção das estruturas e dos equipamentos desportivos;

Polidesportivos Municipais:

- Manutenção das estruturas e dos equipamentos desportivos

Equipamentos desportivos de utilização geral: parede de escalada; tiro com arco; manobras com cordas (escalada, slide, pontes e rappel); insufláveis:

Gestão e manutenção destes equipamentos

Eixo III - Associativismo Desportivo

É sobejamente reconhecido o valor social do associativismo desportivo, facto que justifica a disponibilização de meios e formas de apoio que viabilizem o seu trabalho e premeiem o seu esforço.

Os clubes e associações desportivas são parceiros sociais de indiscutível interesse público, que contribuirão para o objectivo de possibilitar a prática desportiva a todos os cidadãos, de uma forma contínua e com qualidade.

Plano de apoio ao associativismo concelhio – desporto

O PAAC – Desporto, programa de apoio ao associativismo desportivo, será mantido como forma importante de apoio municipal ao desenvolvimento do trabalho dos clubes.

Protocolos de Utilização de Espaços Desportivos

Serão disponibilizadas horas para treino às associações desportivas sem espaço desportivo próprio ou com manifesta falta de espaço face ao elevado número de atletas que dinamizam.

Estas horas serão atribuídas em espaços desportivos próprios da autarquia e outras em espaços escolares protocolados para o efeito.

Espaços Desportivos Municipais:

- Pavilhão Municipal de Gião/Lobão;
- Pavilhão Municipal de Lourosa;
- Pavilhão da Arrifana (gestão Feira Viva, cultura e desporto, em)

Espaços Desportivos não Municipais:

- Escola E.B. 2,3 Fernando Pessoa – Feira;
- Escola Secundária de Santa Maria da Feira;
- Escola Secundária Coelho e Castro – Fiães;
- Escola E.B. 2,3 de Lourosa;
- Junta de Freguesia de Sanfins.

Protocolos de Desenvolvimento de Modalidades Desportivas

Procurando a diversidade na oferta desportiva, nomeadamente nos escalões de formação, considerando a dificuldade que algumas modalidades têm em se afirmar, apesar dos esforços consideráveis dos seus dirigentes, propõe-se, através deste protocolos disponibilizar meios e formas de apoio que viabilizem o seu trabalho e premeiem o seu esforço, mediante a celebração de contratos-programa que têm em vista os seguintes objectivos:

- Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução de planos concretos de promoção do desporto;
- Permitir que os apoios financeiros sejam, em cada circunstância, os mais adequados ao programa de desenvolvimento desportivo em que se integram;
- Fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada plano ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;

- Reforçar o sentido dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros são concedidos;
- Permitir a avaliação do grau de cumprimento dos objectivos desportivos inscritos nos contratos-programa.

Desporto Adaptado

Nos últimos anos tem sido desenvolvido um importante trabalho de promoção do desporto adaptado. Este trabalho será redobrado, sensibilizando-se, por exemplo, as organizações dos Grandes Prémios de Atletismo a incluírem provas para o desporto adaptado e trazendo até nós o exemplo dos atletas que tantas alegrias têm dado aos portugueses nos Jogos Para-Olímpicos.

Actividades Desportivas Organizadas pelas Associações e pela Câmara Municipal

Englobam-se aqui os apoios às organizações dos clubes e o acompanhamento técnico e logístico destas mesmas iniciativas pelo Pelouro do desporto, bem como as actividades desenvolvidas pela Câmara que se destinam às associações desportivas.

Actividades Desportivas de Âmbito Concelhio Promovidas pela Câmara Municipal:

- Torneio de Futebol de Santa Maria da Feira
- Torneio de Futsal de Santa Maria da Feira
- Promovidas pelas associações e apoiadas pela Câmara Municipal:
- Torneio de Futsal dos Dragões de Mozelos
- Torneio de Futsal de Lourosa
- Mini-olimpíadas concelhias de Santa Maria da Feira

Actividades Desportivas de Âmbito Regional

- Grande Prémio de Atletismo de Santa Maria de Lamas
- Corrida do Castelo
- Grande Prémio de Atletismo de Argoncilhe
- Grande Prémio de Atletismo de Fornos
- Grande Prémio de Atletismo de S. Paio de Oleiros
- Grande Prémio de Atletismo do Vale
- Grande Prémio de Atletismo de Lourosa
- Grande Prémio de Atletismo de Mozelos
- Grande Prémio de Atletismo de Pigeiros
- Encontros de Cicloturismo de Lourosa
- Encontro de Cicloturismo de Pigeiros
- Encontro de Cicloturismo de Rio Meão
- Encontro de Cicloturismo de Paços Brandão
- Campeonato Regional de BTT – Lourosa

Actividades Desportivas de Âmbito Nacional

- Troféu BTT – Núcleo de Travanca
- Corta Mato do Desporto Escolar
- Troféu Trial 4x4 – Campeonato Nacional
- ExpoAventura
- Volta às Terras de Santa Maria – Troféu Fernando Mendes
- Acção Formação Andebol

Actividades Desportivas de Âmbito Internacional

- Torneio Internacional de Paços Brandão – Futebol de 7
- Torneio internacional de Paços Brandão - Basquetebol

Outras actividades

- Colaboração na organização de actividades da responsabilidade de vários sectores da Câmara Municipal e da Empresa Municipal Feira Viva, Cultura e Desporto:
- Viagem Medieval (Floresta Encantada, Jogos Medievais)
- Festival da Juventude

Juventude

Missão

Garantir que no município de Santa Maria da Feira: os diferentes serviços camarários destinados aos jovens tenham canais entre si (coordenação); se incentive os jovens a participar mais activamente na comunidade feirense (participação); haja mais igualdade e mais oportunidades para os jovens (mais oportunidades); seja fomentada a participação dos jovens nos órgãos de consulta municipal (voz).

Identificar, a todo o tempo, os principais problemas / preocupações da juventude e que actualmente passam por: educação/formação, emprego (primeiro), delinquência e exclusão social, toxicodependências, sexualidade (educação), ambiente (desenvolvimento sustentável), tempos livre, desporto e informação.

Objectivos

- Proporcionar à juventude feirense condições para a sua formação humanística e cívica em contexto de sociedade democrática;
- Aproveitar o contributo juvenil como mais valia para o processo de desenvolvimento global e integrado do concelho de Santa Maria da Feira;
- Criar condições de participação dos jovens na vida social e pública a nível local, regional, nacional e internacional;

- Fomentar o processo de coesão social da juventude feirense;
- Investir na condição da vida juvenil;
- Prevenir o aparecimento de condutas desviantes ou de risco pessoal e social;
- Apoiar o Associativismo Juvenil Concelhio;
- Democratizar o acesso as novas tecnologias de informação;
- Reestruturar o modelo de gestão da Rede Municipal das Casas de Juventude;
- Dinamizar a criação de uma rede de informação jovem;
- Incentivar a mobilidade juvenil dos jovens do Concelho de Santa Maria da Feira

Áreas de intervenção

Cartão JÁ! / Cartão Jovem

O "Cartão JÁ - Cartão Jovem Municipal" destina-se aos Jovens Múncipes, residentes no Concelho de Santa Maria da Feira, com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos, inclusive. Em 2007, e fruto da instalação da Loja Ponto Já em Fiães, iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude e do Instituto Português da Juventude, avaliar-se-á a possibilidade deste cartão funcionar em simultâneo com o cartão jovem.

Iniciativa Juvenil

A Câmara Municipal pretende apoiar todos os jovens que pretendam desenvolver iniciativas originais, elaborar iniciativas culturais, de lazer e de entretenimento para a comunidade em geral. Excluem-se deste plano todas e quaisquer candidaturas apresentadas em nome individual ou cuja proveniência seja a de uma Associação, mesmo que Juvenil. Entende-se como seus destinatários os grupos informais de jovens que, em determinado espaço geográfico e temporal, se mobilizam para concretizar uma ideia.

Rocktaract

O Rocktaract é um Concurso de Música Moderna, organizado em parceria pela Câmara Municipal e pelo Rotaract Club da Feira. Este concurso pretende dar voz a bandas de todo o país, sem registo discográfico editado, e tem como objectivos principais promover a divulgação de novos talentos, promover o intercâmbio de experiências na área da música, e incentivar as camadas mais jovens da população a ocupar os seus tempos livres em actividades de carácter cultural e artístico. Este ano assistir-se-á a mais uma edição.

Rock.VFR

Organizado pela primeira vez em 2006, o Rock.VFR pretende ser mais uma mostra de novos talentos musicais emergentes. Se anteriormente os vencedores do Rocktaract tinham como prémio a participação no Rock Feira, pretende-se, agora que este projecto deixou de existir, “dar palco” a quem inicia uma carreira que se pretende de sucesso, e que, dentro das suas obrigações, a Câmara pretende apoiar. Como motivação acrescida, surge o facto de em palco, serem acompanhadas por algumas das melhores “novas bandas” nacionais.

Festival da Juventude

Em 2006 foi pela primeira vez colocada em prática a tentativa de concentrar o Festival da Juventude num mesmo local, e num período mais reduzido de tempo.

Tendo-se manifestado uma aposta ganha, no seu regresso, em 2007, propomos a manutenção do mesmo formato, com o intuito de fazer um festival na verdadeira acepção do termo, acrescentando um sem número de actividades a este projecto, que ao longo dos anos fidelizou um público bastante heterogéneo.

Desta forma, tentar-se-á oferecer diversas formas de cultura, cinema, animação, desporto e música, num mesmo espaço, rentabilizando o investimento e os recursos.

A realização da edição de 2007 está prevista para o mês de Setembro, novamente para tentar não sobrepor as diversas actividades dos meses de Verão, e com o intuito de marcar, no Concelho de Santa Maria da Feira, o final das férias e o início das aulas.

A Casa Municipal da Juventude, como interlocutor privilegiado que é, surgirá como elemento dinamizador desta actividade, contribuindo para a participação e interacção dos jovens do Concelho nesta iniciativa.

Espaço Net / Loja Ponto JÁ

O anteriormente denominado “espaço.net – espaço internet de Santa Maria da Feira”, está agora inserido na recém inaugurada “Loja Ponto JÁ“, numa parceria entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e o Instituto Português da Juventude. Os objectivos deste espaço, em termos de tecnologias da informação, mantêm-se os mesmos:

- Apoio ao uso da Internet por todas as camadas da população, promovendo o funcionamento em rede e a circulação e disponibilização de informação;
- Acesso gratuito à Internet a todo o município, funcionando em horários alargados de abertura ao público;
- Alargar e melhorar a informação disponível e as formas de aprendizagem;
- Familiarizar os cidadãos com o uso das tecnologias de informação, especialmente a Internet;
- Disponibilizar apoio através de monitores devidamente habilitados para organizarem nesses locais sessões de demonstração pública do uso da Internet, de acesso a serviços de interesse público, de construção de páginas na Internet e de outras acções de dinamização do uso da Internet;
- Contribuir para a formação e certificação básica dos cidadãos em Tecnologias de Informação.

Em termos de outras funcionalidades, foram acrescentados os seguintes serviços: Biblioteca, equipamento audiovisual e sala de estudo/reuniões. Pretende-se que seja um posto de informação para os jovens, mas mais do que isso, que se torne num verdadeiro ponto de encontro e troca de experiências. Assim, além dos referidos objectivos, relacionados com o acesso à Internet a toda a população, outros objectivos mais específicos, direccionados para uma população juvenil têm agora o seu enquadramento, a saber:

- promover e divulgar informação local, regional e internacional aos jovens;
- recolher, seleccionar, divulgar e dinamizar a informação recebida;
- fomentar a transversalidade dos Departamentos da Área da Juventude;
- criar parcerias que potenciem a prestação e dinamização do serviço;
- promover e desenvolver os valores de cidadania;
- promover oportunidades para os jovens;
- promover a integração e participação dos jovens;
- promover o aconselhamento dos jovens;
- promover a mobilidade juvenil;

Casas da Juventude

A Casa Municipal de Juventude e os seus três pólos (Arrifana, Souto e Lobão) tem pautado a sua acção ao longo dos tempos pelo estreito contacto com os jovens, nomeadamente na oferta que faz de um espaço de encontro e convívio, permitindo a ocupação de tempos livres, o acesso a informação e divertimentos do seu interesse, bem como através da disponibilização de ferramentas informáticas consideradas fundamentais nos tempos actuais e às quais nem todos têm acesso. Este ano estes espaços serão reequipados e passarão a funcionar em rede com a Loja PONTO JÁ.

Outras iniciativas

- Empreendedores XXI
- Conselho Municipal da Juventude
- Voluntariado Jovem
- Novos Talentos
- Palco Secundário
- TE – Teatro Estudante

Orçamento para 2007

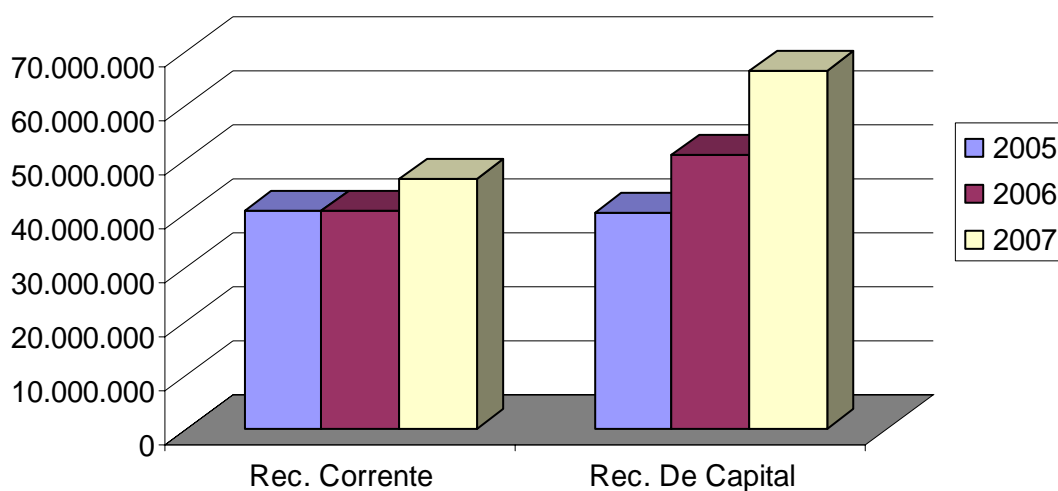
O orçamento para 2007 atinge tanto na receita como na despesa o valor de 112.819.883 €, o que representa uma subida de 23,5 %, numa percentagem muito superior à taxa de inflação prevista.

Os quadros seguintes traduzem a estrutura do orçamento e permitem comparar as previsões com as dos anos anteriores.

Orçamento da Receita

	Valores em euros		
	2005	2006	2007
Rec. Corrente	40.546.422	40.487.254	46.443.687
Rec. De Capital	40.305.067	50.845.848	66.376.196
Soma	80.851.489	91.333.102	112.819.883

Gráfico 1 - Análise do Orçamento da Receita

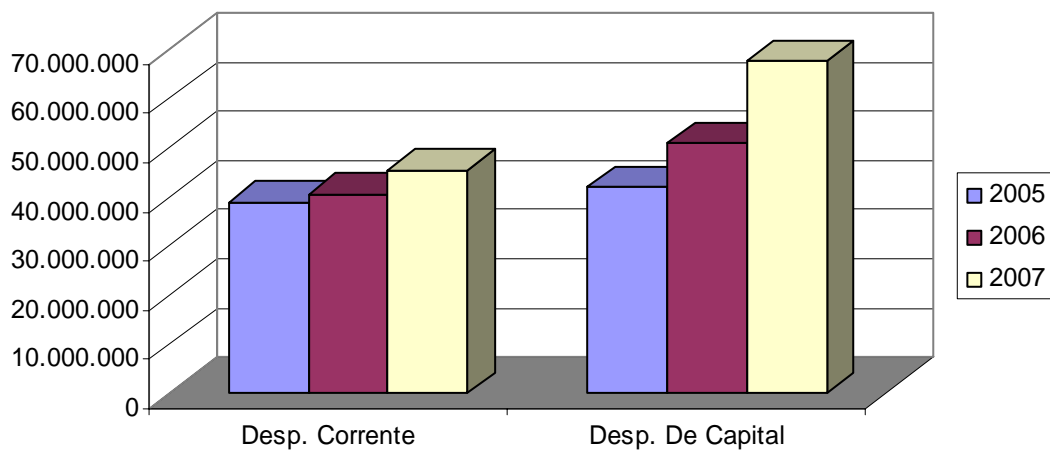


Orçamento da Despesa

Valores em euros

	2005	2006	2007
Desp. Corrente	38.879.979	40.427.304	45.414.123
Desp. De Capital	41.971.510	50.905.798	67.405.761
Soma	80.851.489	91.333.102	112.819.883

Gráfico 2 - Análise do Orçamento da Despesa



Análise da Variação da Despesa Corrente e de Capital prevista para 2007 face ao ano anterior, por Classificação Orgânica

Orgânica	2006			2007					Var. % TOTAL
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Var. %	Capital	Var. %	Total	
01 Administração Municipal			9.544.173,00					7.482.349,16	-21,60%
01.01 Assembleia Municipal	30.752,00	0,00	30.752,00	38.938,00	26,62%	0,00	0	38.938,00	26,62%
01.02 Câmara Municipal	4.030.504,00	854.188,00	4.884.692,00	3.694.653,07	-8,33%	1.026.783,09	20,21%	4.721.436,16	-3,34%
01.03 Op. Financeiras	797.729,00	3.831.000,00	4.628.729,00	954.015,00	19,59%	1.767.960,00	-53,85%	2.721.975,00	-41,19%
02 Dep. Administ. e Finanças	5.813.464,00	2.404.767,00	8.218.231,00	5.904.822,57	1,57%	2.450.228,57	1,89%	8.355.051,14	1,66%
03 Dep. Jurídico - Administrativo	565.991,00	0,00	565.991,00	724.900,00	28,08%	0,00	0,00%	724.900,00	28,08%
04 Dep. Urbanismo	859.430,00	4.099.177,00	4.958.607,00	856.045,57	-0,39%	4.422.922,47	7,90%	5.278.968,04	6,46%
05 Dep. Planeamento	1.945.401,00	142.422,00	2.087.823,00	1.547.832,45	-20,44%	699.358,30	391,05%	2.247.190,75	7,63%
06 Dep. Ambiente e Obras Municipais	11.113.943,00	29.315.514,00	40.429.457,00	11.918.619,14	7,24%	45.383.933,63	54,81%	57.302.552,77	41,73%
07 Com. Relaç. Pub. e Internacionais	757.802,00	143.246,00	901.048,00	748.261,13	-1,26%	213.460,93	49,02%	961.722,06	6,73%
08 Div. Biblioteca Doc. e Arquivo	1.121.391,00	179.303,00	1.300.694,00	1.120.151,12	-0,11%	101.589,93	-43,34%	1.221.741,05	-6,07%
09 Div. Acc. Cult. E Turismo	3.361.805,00	2.856.574,00	6.218.379,00	4.666.510,94	38,81%	3.273.966,78	14,61%	7.940.477,72	27,69%
10 Div. Juventude e Desporto	1.996.134,00	2.227.291,00	4.223.425,00	2.269.606,26	13,70%	2.359.295,95	5,93%	4.628.902,21	9,60%
11 Div. Educação	6.195.844,00	3.460.689,00	9.656.533,00	8.957.291,50	44,57%	4.638.493,74	34,03%	13.595.785,24	40,79%
12 Div. Acção Social	1.837.114,00	1.391.627,00	3.228.741,00	2.012.475,89	9,55%	1.067.766,97	-23,27%	3.080.242,86	-4,60%
TOTAL	40.427.304,00	50.905.798,00	91.333.102,00	45.414.122,64	12,34%	67.405.760,36	32,41%	112.819.883,00	23,53%

a) Este valor resulta da não orçamentação em 2007 do valor referente ao empréstimo a contratar em regime de conta caucionada.

O valor só será orçamentado após a sua efectiva contratualização.

A análise do mapa previsionar da despesa permite concluir desde logo, um aumento claro do investimento (32,41%) em 2007, relativamente ao ano anterior.

O mapa que demonstra a variação da despesa corrente e de capital por classificação orgânica mostra um aumento global das despesas correntes em cerca de 12 % resultado de uma política contínua de transferências de competências para as autarquias locais que obrigam a despesas correntes obrigatórias, nomeadamente, na área da educação que resulta da celebração de diversos programas com a DREN, como por exemplo:

- “Programa de generalização do ensino do Inglês e outras actividades de enriquecimento curricular” - Escola a Tempo Inteiro (Valor de 1.644.510 €);
- “Programa de generalização do fornecimento de refeições aos alunos do primeiro ciclo” - Fornecimento de refeições (Valor de 1.252.800 €).

A Despesa Corrente indexada à Div. Acc. Cult. e Turismo sofreu um aumento de 38,81% face ao ano anterior, este valor resulta do facto das transferências para a empresa municipal serem consideradas nesta orgânica, facto este que não se verificava em 2006.

Verificamos ainda, uma diminuição absoluta das despesas de capital em várias orgânicas, nomeadamente, Divisão de Acção Social e na Div. Biblioteca Doc. e Arquivo, nesta última resulta do facto de estar já na fase final o grande investimento na área da certificação e na adopção de novas tecnologias.

Nas despesas com pessoal prevemos um aumento de 6% em relação ao valor orçado em 2006, compensada por uma diminuição da prestação de serviços, além da previsão da alteração das tabelas de vencimento da função pública, e as perspectivas de progressão na carreira. De referir ainda que se a Despesa com Pessoal em 2006 representava 13,4% do total das despesas, em 2007 representa apenas 11,2%, ou seja, verifica-se uma diminuição do peso das despesas com pessoal no total da Despesa Orçamentada.

Por último, salientamos o facto de que, se em termos percentuais o orçamento teve um aumento de 23,53% face ao ano anterior, cerca de 41,73% (57.302.552,77 €) do total orçado foi indexado ao Dep. Ambiente e Obras Municipais apesar da diminuição em valores reais das transferências do OE e das restrições impostas ao endividamento municipal, esta subida está suportada pelas candidaturas aprovadas a Programas Comunitários.

Para prever de forma genérica a normal necessidade de suprir temporariamente as disponibilidades de tesouraria, a Câmara solicita à Assembleia Municipal, como tem sido feito em anos anteriores, que a autorize a contrair empréstimos de curto prazo, eventualmente sob a forma de conta corrente ou de aberturas de crédito, que se mostrem necessários nos termos e até aos limites legais.

Para que estas autorizações possam significar uma maior fluidez do processo também se solicita à Assembleia que delegue na Câmara Municipal, não só o cumprimento das formalidades legais prescritas na legislação aplicável, como também a sua apreciação e decisão definitivas.

A Câmara Municipal, como sempre, confia e espera que a Assembleia Municipal aprovará as Grandes Opções, o PPI, o PAM e o Orçamento para 2007, que submetemos à sua apreciação.

Santa Maria da Feira, Dezembro 2006

O PPRESIDENTE DA CÂMARA

(ALFREDO OLIVEIRA HENRIQUES)

ANEXO

Santa Maria da Feira e o novo QREN

Santa Maria da Feira e o novo QREN

O posicionamento de Santa Maria da Feira em relação aos fundos europeus disponíveis para o período 2007/2013 resulta de uma profunda reflexão do executivo camarário e será de facto um documento estratégico de desenvolvimento do município para os próximos anos, com reflexos esperados a médio e longo prazo na qualidade de vida das respectivas populações.

As propostas apresentadas foram desenvolvidas com base na experiência e no conhecimento adquirido na execução dos anteriores QCA e incorporam projectos ambiciosos definidos anteriormente, que na altura não foram considerados prioritários, mas que hoje se justificam plenamente, perante a evolução do desenvolvimento do município, tendo em conta a região em que se insere, a nova realidade que representa a adesão à Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) e, essencialmente, a evolução da economia do concelho e às ameaças que os principais sectores de actividade económica enfrentam.

É público e notório que Portugal revela grandes debilidades ao nível do desempenho, traduzido na falta de competitividade e inovação das nossas empresas e na falta de capacidade de afirmação internacional.

Santa Maria da Feira enfrenta actualmente graves problemas, traduzidos no preocupante aumento do desemprego, que poderá constituir uma ameaça para a coesão social.

Num contexto internacional, em que o desenvolvimento sustentável se transformou na principal ambição dos processos de planeamento e de programação das políticas públicas e passou a ser a motivação essencial das sociedades, as prioridades estratégicas definidas pretendem ir ao encontro desse conceito.

Tendo em conta que as prioridades estratégicas que têm vindo a ser divulgadas pelo governo para o novo QREN deverão assentar em quatro domínios essenciais para assegurar, de forma sustentável, o crescimento da economia e do emprego:

- **Promover o crescimento sustentado**
- **Garantir a coesão social**
- **Qualificar as cidades e o território**
- **Assegurar a governação eficiente**

O município de Santa Maria da Feira pretende definir todo o seu quadro de desenvolvimento em estreita ligação com os eixos referidos.

2 – A evolução recente de Santa Maria da Feira e da região onde se insere

Nos últimos anos, o Concelho de Santa Maria da Feira sofreu notáveis transformações.

A par de uma forte expansão urbana, verificou-se um significativo aumento da população, resultado da crescente mobilidade entre municípios, em busca de focos de emprego e melhores acessibilidades

O desempenho económico de Santa Maria da Feira conduziu a uma situação de pleno emprego e até de escassez de mão de obra, que se traduziu num claro aumento do nível de vida da população e que provocou até fenómenos de migração e imigração, até então desconhecidos. Esta situação inverteu-se significativamente nos últimos anos.

Conscientes de que o território tem também uma importante função social e que no contexto actual é imperativo aumentar a competitividade e reduzir o desemprego, entendemos ser necessário criar condições para impulsionar o sector económico.

A partir de compromissos equilibrados e salvaguardando valores e recursos naturais tudo faremos para evitar a deslocalização de empresas e captar investimentos para o Concelho.

É importante realçar que o Concelho de Santa Maria da Feira tem duas valências fundamentais a nunca esquecer: uma população laboriosa, inteligente, diversificada, com uma razoável coesão e com aptidões provadas no seu labor diário; um território vasto, cheio de valências e amplas capacidades de desenvolvimento, onde há que administrar bem as interfaces internas e as exógenas, já que é atravessado por linhas de comunicação nacional de grande porte e tem contiguidades com vários concelhos vizinhos.

O crescimento anterior centrou-se, essencialmente, em torno de três sectores de actividade: indústria do calçado, da cortiça e da construção civil, sectores fortemente ameaçados actualmente pelos fenómenos de deslocalização, no que diz respeito à indústria do calçado, do aparecimento de materiais alternativos, no que diz respeito ao sector da cortiça, e saturação do mercado, no que diz respeito à construção civil.

Importa por isso diversificar os sectores de actividade, atrair novos investimentos e desenvolver o empreendedorismo sempre patente na região, conforme referido anteriormente.

De referir ainda o relativo atraso do Concelho no que diz respeito ao abastecimento de água para consumo humano, drenagem e tratamento das águas residuais e rede de águas pluviais, sendo por exemplo a taxa de cobertura de saneamento, com tratamento, muito baixa. Sendo certo que esta situação sofrerá melhorias significativas nos próximos anos, continuará a ser prioritário nos próximos 8 anos a execução das redes em baixa, com todas as implicações que tais obras terão na rede viária, o que implicará um esforço acrescido do Município na sua repavimentação e requalificação.

Numa breve análise SWOT podemos afirmar que a região de Santa Maria da Feira tem as seguintes características:

<p>Pontos Fortes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empreendedorismo • Oferta cultural • Espaço disponível para novos empreendimentos • Equipamentos de saúde • Espaços naturais e zonas verdes • Termas e Vales do Uíma e do Caster • Grandes eixos viários • Segurança • Localização estratégica 	<p>Pontos fracos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca diversidade industrial • Baixos níveis de escolaridade • Taxa de desemprego elevada • Transportes • Rede Viária e suas ligações • Tratamento de Águas Residuais • Poluição de linhas de água
<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incremento ao Terciário • Aumento dos níveis de escolaridade • Diversificação do tecido empresarial • Turismo cultural e de negócios • Turismo da Natureza e Termal • Habitação de qualidade • Formação e reconversão de mão-de-obra 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deslocalização de empresas • Concorrência às rolhas naturais • Escassez de oferta de emprego • Agravamento de desigualdades na distribuição do rendimento • Emigração

O agravamento das condições de empregabilidade da região, associado à falta de competitividade das empresas, em particular as que integram sectores industriais de utilização de mão-de-obra intensiva e pouco qualificada, nomeadamente as indústrias de calçado e da cortiça, a baixa qualificação dos activos associado ao

fenómeno emergente da emigração, bem como o baixo nível de investimento em actividades de inovação, que potenciem o surgimento de novas actividades, conjugado com o período alargado de crise que o país vive, tem claras repercussões ao nível local com o agravamento dos fenómenos de vulnerabilidade social.

3 - O futuro

Dentro das prioridades estratégicas definidas pelo novo QREN, e tendo em conta a breve análise SWOT efectuada, entendemos que Santa Maria da Feira deverá concentrar-se no aumento da capacidade competitiva das empresas, devendo para isso apostar na melhoria da qualidade dos activos através de formação contínua, na valorização dos recursos humanos e da qualidade de gestão, bem como na qualificação do tecido empresarial.

Atendendo ao súbito crescimento do desemprego no concelho entendemos como prioritário garantir a coesão social existente, através de políticas de crescimento do emprego.

Exemplo dessa prioridade estratégica será o projecto de expansão do Europarque e todo o conjunto de serviços associados, assente em quatro sectores básicos: conhecimento e inovação; turismo de negócios e lazer; convenções, exposições e feiras; saúde e investigação.

Neste domínio merece também especial destaque o arranque e desenvolvimento dos parques empresariais da cortiça e da reciclagem de materiais (PEC e PERM) e a intenção de reverter antigas unidades industriais desactivadas em nichos de incubadoras de empresas.

O Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais (PERM) resultante da constatação da existência de graves problemas ambientais e conflitos paisagísticos, provocados pela existência de sucatas, especialmente concentradas ao longo da Estrada Nacional nº 1, principal via de atravessamento desta região, tem como objectivo a criação de uma área de localização empresarial destinada ao sector de recuperação e reciclagem de materiais, criando um conjunto de serviços específicos de utilização colectiva para as áreas do ambiente e criando condições para o

aparecimento de indústrias conexas à actividade de recuperação de materiais e à indústria tecnológica.

O Parque Empresarial da Cortiça (PEC) tem como objectivo a criação de uma zona industrial destinada ao sector da cortiça, criando um conjunto de serviços específicos de utilização colectiva para a indústria da cortiça, evitando a sua deslocalização e gerando um conjunto de economias de escala que tornem o sector ainda mais competitivo e, simultaneamente, assegurando boas práticas ambientais.

Estes objectivos terão de ser associados à melhoria da qualificação escolar e profissional da população, sendo intenção do município apostar na criação de centros escolares dotados de todas as valências e apostar em novos estabelecimentos de ensino ao nível do secundário e profissional, bem como potenciar a instalação de centros de inovação e desenvolvimento associados aos dois grandes pólos universitários existentes a Norte e a Sul (Porto e Aveiro).

A aposta na renovação do parque escolar será um objectivo prioritário.

Quanto à prioridade estratégica definida como “Qualificação das cidades e do território”, entendemos que deve estar associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, assegurando ganhos ambientais no que diz respeito à protecção e valorização da natureza e da biodiversidade, gestão dos recursos hídricos, qualidade do ar, energias renováveis, planeamento do território, transportes e rede viária, etc.

Dado o significativo atraso do Município na execução das redes de abastecimento de água, redes de drenagem de esgotos e redes de águas pluviais, Santa Maria da Feira continuará a apostar na execução destas infra-estruturas nos próximos 8 anos.

Paralelamente, e dado que tais intervenções na rede viária provocam grandes estragos que obrigam à sua repavimentação e requalificação, é intenção da Câmara investir fortemente neste sector, e paralelamente na implementação de toda a sinalética nas Freguesias com postura de trânsito aprovada.

O Município pretende também avançar com a reabilitação de ribeiras e linhas de água, associada à despoluição que se irá verificar nos próximos anos com a construção e entrada em funcionamento do sistema de recolha, transporte e tratamento das águas residuais.

A devolução das linhas de água às populações passará pela execução de uma rede de caminhos pedonais e ciclovias associadas às principais linhas de água, tornando esses espaços, de novo, em locais aprazíveis e valorizadores das propriedades e zonas envolventes, por onde correm.

Pretende-se ainda proceder à renovação da frota automóvel, com utilização de energias alternativas e tecnologias que assegurem a eficácia energética, e proceder à execução de percursos pedestres e ciclovias em áreas urbanas, de forma a potenciar a prática de actividade física regular e saudável.

O Município dispõe ainda de um conjunto de zonas verdes e de lazer em áreas urbanas que pretende requalificar, de forma a permitir a sua utilização regular pelas populações: Parques do Engenho Novo, Parque das Guimbras, vale do Uíma, Vale do Inha, etc. são espaços já reservados para esse fim.

A recuperação das antigas pedreiras desactivadas permitiria a reconversão desses espaços em zonas verdes e de lazer e asseguraria entretanto a adequada deposição de resíduos de demolição de construções e inertes.

Associado ainda a este objectivo de qualificação do território estará toda a rede viária e de transportes, sendo por isso fundamental a conclusão dos grandes eixos viários planeados. O Concelho de Santa Maria da Feira encontra-se servido por um grande número de vias de comunicação, sendo a A1, a EN1, o IC24, o IC1 e as futuras A32, Variante Feira/Arouca e Variante Covide/Canedo, as vias que apresentam maior capacidade de tráfego viário, uma vez que desempenham uma função estruturante. Ao nível concelhio, salienta-se ainda a construção da Variante Feira-Nogueira, já com traçado definido e do Eixo das Cortiças, que desempenharão um papel essencial na redução do tráfego viário das estradas nacionais 223 e 326.

Neste capítulo, e tendo em conta a execução de um grande parque de exposições associado ao projecto de expansão do Europarque, torna-se necessária a abertura de novos nós de acesso na A1 e no IC1.

A saturação de tráfego nos acessos á GAMP e o grande fluxo de pessoas com a nova realidade do Europarque tornam prioritário avançar com a expansão da linha do metro para sul, em trajecto paralelo a EN1 por ser o espaço de concentração da maior parte da população do Concelho.

A extensão da linha do metro para sul vem ao encontro da nova realidade da GAMP e permite em simultâneos importantes ganhos ambientais e de tempo na mobilidade intra-regional, aumentando assim a atractividade e competitividade do território.

A carência de oferta de transportes colectivos é outro dos grandes problemas do planeamento da região, situação que suscitou a elaboração de Estudo sobre o sistema de transportes de Entre-Douro e Vouga, Espinho e Ovar, o qual permitiu a definição de objectivos e estratégias que o sistema de transportes deverá alcançar.

Governança eficiente

Dentro deste eixo é pedida imaginação criativa, empenhamento, estudo das realidades, atenção às aspirações e necessidades da população e o engenho para dar a todos a máxima liberdade... sem ser à custa dos restantes, portanto num quadro de respeito pela cidadania, diálogo e procura de soluções de mediação activa.

Entendemos como prioritário para o município de Santa Maria da Feira a concentração dos vários serviços municipais (actualmente dispersos) num único edifício, construído segundo regras de eficiência energética, projectado de acordo com o modelo de organização dos serviços municipais que potenciam a eficiência e eficácia da gestão e que assegure a utilização das mais modernas tecnologias de informação e comunicação.

A ligação em rede das diferentes instituições públicas, nomeadamente as Juntas de Freguesia, e a conectividade e interacção dos cidadãos com os diferentes serviços

públicos, a aposta em novas tecnologias e software de gestão pública, que permita a eficiência e a eficácia dos serviços públicos será outra das apostas prioritárias do Município.

A Área social, com o desenvolvimento e implantação de serviços destinados a dar resposta aos novos desafios que se colocam, e a permanente interacção com a sociedade civil, designadamente IPSS, a atenção permanente aos empreendimentos de habitação social, prevenindo os problemas e antecipando soluções será outra das áreas prioritárias.

Conclusão

No que diz respeito ao Município de Santa Maria da Feira e sem prejuízo de intervenção noutras áreas que se entendam prioritárias, apresentamos os projectos, que vão de encontro ao enquadramento estratégico definido para o município, tendo em conta os quatro grandes eixos prioritários definidos no QREN:

- Ambiente:
 - Conclusão da rede de equipamentos de distribuição de água (construção de reservatórios e fecho das redes);
 - Construção das redes de saneamento;
 - Construção das redes de águas pluviais;
 - Requalificação e despoluição dos rios Uíma, Inha e Cáster;
 - Unidade de tratamento de resíduos sólidos urbanos

- Empregabilidade:
 - Ampliação e reconversão do Europarque;
 - Criação de Parques Empresariais;
 - Parque empresarial da cortiça
 - Parque empresarial de reciclagem de materiais
 - Outros parques empresariais
 - Centros de formação e incubação de empresas;
 - Formação e valorização de recursos humanos

- Mobilidade:
 - Conclusão da rede Rodoviária Nacional (A32, IC24, Feira/Arouca, Covide/Canedo);
 - Abertura de novos nós de acesso ao Europarque na A1 e IC1 e ligação ao mar;
 - Prolongamento do Metro do Porto para sul;
 - Centro Coordenador de Transportes;
 - Construção do Eixo das Cortiças (variante às EN223 e EN326)

- Educação
 - Construção de centros escolares e requalificação do parque escolar